

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL E A  
ESPORTIFICAÇÃO DO FUTEBOL PROFISSIONAL (1971-1979)**

*Sandro Luis Montanheiro Francischini*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo

Submetida à defesa em sessão pública realizada às 10h30 no dia 25/02/2005.

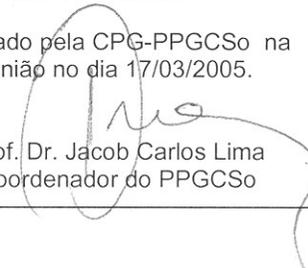
Banca Examinadora:

Dr. Luiz Henrique de Toledo

Dr. Marco Antonio Villa

Dr. José Paulo Florenzano

Homologado pela CPG-PPGCSO na 104ª. reunião no dia 17/03/2005.

  
Prof. Dr. Jacob Carlos Lima  
Coordenador do PPGCSO

São Carlos  
2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F818cb

Francischini, Sandro Luis Montanheiro.

Campeonato brasileiro de futebol e a esportificação do  
futebol profissional (1971-1979) / Sandro Luis Montanheiro  
Francischini. -- São Carlos : UFSCar, 2006.

143 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2005.

1. Sociologia do esporte. 2. Antropologia. 3. Futebol. 4.  
Campeonato brasileiro. 5. Integração. I. Título.

CDD: 306.483 (20ª)



**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

*Sandro Luiz Montanheiro Francischini*

---

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo  
Orientador e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

---

Dr. Marco Antonio Villa  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

---

Dr. José Paulo Florenzano  
Pontifícia Universidade Católica/PUC-SP

## Resumo

Esta dissertação intitulada **Campeonato Brasileiro de Futebol e a *esportificação do futebol profissional (1971-1979)*** tem como propósito abordar o Campeonato Brasileiro de Futebol, cujo marco inaugural é 1971, e suas implicações sócio-históricas. Pelo modelo de organização dos campeonatos organizados pela CBD observamos que a notória “paixão” do brasileiro pelo futebol não pode ser vista como algo da “essência” da cultura brasileira, mas também como uma deliberada construção social que mobilizou vários agentes e, no período aqui delimitado (1971-1979), destaca-se o empenho do projeto militar de nação, mas sobretudo da elite política em instrumentalizar o futebol na obtenção de dividendos eleitorais. Mas é claro que esse dirigismo estava assentado em estruturas simbólicas mais amplas e o projeto de nação então em voga era maximizar o exemplo do futebol brasileiro, um esporte vitorioso. Lembrar que o futebol brasileiro conquistara definitivamente a taça Jules Rimet ao vencer pela terceira vez a Copa do Mundo em 1970, no México.

Se existia uma unidade simbólica em torno do selecionado, reconhecida no plano internacional, internamente o futebol estava fracionado em competições estaduais e interestaduais, em consonância ao universo da política jogado no plano de seus localismos. Foi preciso promover essa unidade, que outros nos outorgavam “de fora”, para dentro do país e consolidar no plano futebolístico a idéia da nação forte. Sendo assim, o Campeonato Nacional veio como uma necessidade que transbordava os limites de um mero simbolismo esportivo, mobilizando as várias esferas da vida pública, primeiro governadores, deputados, depois prefeitos, vereadores, num escalonamento que se seguiu até o esgotamento do modelo de aliciamento dos clubes na busca da “completa integração”, num jogo assentado no personalismo de dirigentes e na lógica do favorecimento dinamizado pelo bipartidarismo então vigente.

Este trabalho foi dividido em três capítulos: no primeiro fizemos um breve mapeamento das instituições que organizam e comandam o futebol brasileiro e mundial. Ainda neste capítulo enfocamos as primeiras competições até o surgimento do primeiro Campeonato Brasileiro destacando os fatos que precederam o mesmo como, por exemplo, a briga por uma vaga na primeira edição do Nacional.

No segundo capítulo mostramos o avanço das ingerências políticas, sendo mais ativa nesse momento a participação de governadores de estados, deputados federais entre outras autoridades objetivando integrar seu estado na competição Nacional. Outro ponto deste capítulo foi a maneira como o presidente máxima do futebol brasileiro administra as pressões vindas de diversos setores. Primeiro exigiu-se que os interessados possuíssem estádios de grande capacidade e em seguida observamos que a força política valia mais em detrimento dos critérios técnicos. Devido ao carisma do presidente da CBD João Havelange que neste período estava em campanha para conseguir a presidência da FIFA relatamos um perfil da trajetória de Havelange até sua chegada a líder da entidade máxima do futebol mundial.

No terceiro e último capítulo destacamos a completa integração com mudança de esferas que passam a disputar uma brecha no certame nacional. Tais disputas são feitas no âmbito regional com participação de prefeitos, vereadores e liderança locais. Enfatizamos ainda a queda deste modelo que provocou sérios problemas financeiros aos clubes sejam

eles grandes, médios ou pequenos com o sucateamento da entidade culminando com o surgimento da Confederação Brasileira de Futebol.

**Palavras-chave: Campeonato Brasileiro, Nacionalização, Futebol, Política, Organização, Eleições, Calendário Nacional.**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a orientação do Professor Dr. Luiz Henrique de Toledo, que em muito me ajudou a percorrer esse longo caminho até chegar à finalização dessa dissertação. Outro professor, Marco Villa, fez importantes observações no momento da qualificação, agradeço pelas sugestões e críticas. E em segundo lugar, à FAPESP, pelo suporte financeiro, fundamental para o desenvolvimento desse trabalho. Quero lembrar também as funcionárias Derci, Janaína, da graduação, Ana Virginia e Ana, da pós e a funcionária do CECH Vanda pelo convívio quase que diário na universidade.

Em especial, gostaria de agradecer à minha mãe Maria Helena Montanheiro Francischini que, embora não tenha conhecimentos acadêmicos, em muito me incentivou a fazer este trabalho. Aos meus irmãos também: Helen, Angélica, Fábio e Fabrício que, seguindo caminhos diferentes, não deixaram de me incentivar.

Aos meus amigos da turma de graduação: Malu, Juliano, Richard e Marcelo, que durante esse tempo sempre deram sugestões que ajudaram na feitura deste trabalho.

Ainda na turma de graduação deixo um especial agradecimento à querida amiga e irmã, Cristina Maria Castro, que colaborou fundamentalmente na minha carreira acadêmica, mesmo antes de eu entrar na pós-graduação, vindo a desempenhar um papel definitivo também na construção dessa dissertação.

À minha turma de mestrado, que me recebeu bem e também desempenhou um papel importante, agradeço a todos que conviveram comigo nessa caminhada destaco os seguintes nomes: Miliana, Lulis, Nelson, Claudirene, Pedro, Mateus, Michele, Cristiane Olga, Reginaldo, Rene, que, na medida do possível, ajudaram em muito na confecção desta dissertação.

Aos meus amigos da UFSCar, que conheci durante essa longa caminhada e que sempre se propuseram a me ajudar, segue os nomes de alguns deles: Paulo Ferreira, Carmen, Paulo (TO), Nanda GPS, Fernanda Flávia, entre outros.

Aos meus amigos de Ribeirão Preto, em especial D. Ana, André, Daniel e Eduardo, que, há mais de 15 anos, vem acompanhando e incentivando a minha caminhada e sempre estiveram dispostos a colaborar. Ainda em Ribeirão Preto, agradeço ao incentivo de minhas amigas Felícia e Fabiana Oliveira, Josiane, Fátima Rosário e, em especial, a Professora Marlene.

Voltando a São Carlos, não posso esquecer de agradecer às pessoas de D. Juçara e Donizete Campos, que me receberam muito bem quando no início de 2002 voltei a residir em São Carlos e, nos últimos anos, assistiram ao desenvolvimento do meu trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, desde o começo até o fim, incentivaram na conclusão deste trabalho.

# Sumário

APRESENTAÇÃO .....	9
CAPÍTULO I - Unidade nacional e a bola .....	11
Primeira parte: breve mapeamento das instituições que organizam o futebol profissional .....	12
1. A FIFA e seus filiados.....	12
2 No Brasil.....	14
2a. A sede da CBD .....	15
2b. O CND: disciplinar o desporto brasileiro. ....	16
2c. No caminho da CBF, a CBD .....	19
Segunda parte: contexto e surgimento do <i>nacional</i> .....	23
1. Antecedentes .....	23
2. Os campeonatos regionais e a situação dos clubes .....	25
2a. Preparativos para o <i>nacional</i> .....	30
2b. A loteria esportiva como captadora de recursos e mobilização simbólica do <i>ethos</i> do jogo .....	34
2c. 1971: começa o <i>Nacional</i> .....	38
2d. Um balanço do primeiro campeonato <i>nacional</i> .....	41
CAPÍTULO 2 - Racionalidade ou carisma? .....	48
Primeira parte: a lógica das influências .....	49
1. O <i>nacional</i> de 1972: aspectos organizativos e a dinâmica das influências políticas .....	49
2. A ampliação do <i>nacional</i> .....	59
2a. A segunda vaga.....	61
3. Normas e regulamentos do nacional de 1973 .....	64
Segunda parte: João Havellange.....	67
1. O nacional de 1974 e o fim da “era Havellange”.....	67
1a. A transição na CBD.....	71
1b. 1975: primeiro campeonato nacionalizado sem Havellange.....	75
1c. João Havellange: um breve perfil .....	78
CAPÍTULO 3 - Expansão e crise do modelo personalista .....	84
Primeira parte: a completa integração .....	85
1. O “brasileirão” de 1976.....	85
1a. <i>Tabelinha</i> entre futebol e política .....	86
1b. São Paulo: mais vagas .....	88
2. Heleno Nunes .....	94
3. O “brasileirão” rumo à integração .....	94
3a. Conhecendo o país: um <i>guia do nacional</i> para os torcedores .....	97
4. 1977 e 1978 .....	101
4a. Contornando a crise .....	108
4b. A transição CBD-CBF.....	112
5. A completa integração em números .....	118
Segunda parte: um balanço final .....	122
1. A estrutura do futebol brasileiro: uma retomada panorâmica.....	122
2. Os campeonatos estaduais .....	124
3. Fórmulas e regulamentos do Campeonato Nacional .....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	133
REFERÊNCIAS .....	138
ANEXO.....	142

## Índice de tabelas

Tabela 01 - Particularidades dos estádios que sediaram jogos do campeonato brasileiro nos anos 70. ....	56
Tabela 02 - Quadro situacional dos clubes pós-brasileiros 1977-1978. ....	110
Tabela 03 - Números do campeonato Brasileiro, 1971-1973. ....	118
Tabela 04 - Quadro informativo por região e Estados participantes do Campeonato Brasileiro, 1971-1979..	120
Tabela 05 - Comparação de representatividade no Campeonato Brasileiro, 1971-1979, segundo suas respectivas regiões.....	121

## APRESENTAÇÃO

A presente dissertação, intitulada **Campeonato Brasileiro de Futebol e a esportificação do futebol profissional (1971-1979)**, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, é fruto de uma pesquisa documental e bibliográfica realizada com o amparo da Fapesp. Para além da pesquisa documental nos jornais O Estado de São Paulo, Diário da Manhã de Ribeirão Preto e Revista Veja, centrei-me, sobretudo, no periódico denominado Placar, pelos seguintes motivos: a) esta foi a primeira revista esportiva efetivamente nacional, embora existissem outras publicações de relevo, anteriores ao campeonato nacional, tais como Manchete Esportiva, que tinha um apelo, digamos, mais regionalizado; b) cabe notar que a editora Abril nacionaliza algumas publicações, criando, entre outras, duas revistas importantes, Realidade, em 1966, e Veja, em 1968; c) segundo Juca Kfourri, em entrevista por mim realizada, Placar foi o meio que se destacou na consolidação de um projeto de Campeonato Nacional, contrastando aos outros meios de comunicação que operavam, à época, em níveis mais regionalizados. Cabe notar ainda que, enquanto havia uma censura explícita na mídia política, nas editorias de esporte, sobretudo em Placar, reinava uma certa liberalidade de se exercer um jornalismo mais crítico e contrastivo e que, ainda segundo Kfourri, o semanário recebia, no máximo, advertências.

Dividi o trabalho em três capítulos. No primeiro faremos um breve mapeamento das instituições que organizam o futebol profissional. Nesta etapa abordaremos o debate acerca da sede da CBD, a disciplina do desporto nacional por meio do CNB e a tentativa de alocar o futebol em uma confederação exclusiva. Ainda neste capítulo apresentaremos os contextos que precederam o surgimento do campeonato nacional, nessa parte destacaremos os primeiros campeonatos ocorridos no princípio do século XX, passaremos pelo torneio Rio-São Paulo, Taça Brasil, Taça de Prata até a realização do primeiro Campeonato Nacional. A situação econômica dos clubes, juntamente com os campeonatos regionais também serão aqui mencionados. Outro fenômeno concomitante desenvolvido paralelamente ao campeonato nacional, e que conseguiu atrair o público torcedor por todo país, foi a loteria esportiva. O desenrolar da primeira edição do Nacional e um resumo deste campeonato são os dois últimos itens deste capítulo.

No segundo capítulo seguimos enfocando a organização dos Campeonatos Nacionais até o ano de 1975, enfatizando ainda mais a política de influências na inclusão das equipes. Na segunda parte mostraremos como foi a trajetória de João Havellange, então presidente da CBD, rumo à presidência da FIFA. A transição na CBD após a vitória de Havellange nas eleições da FIFA em 1974 também é mostrada e ainda destacaremos o primeiro campeonato brasileiro organizado sob a administração do almirante Heleno Nunes.

A completa integração será focalizada no terceiro capítulo, onde finalizaremos a análise dos aspectos da dinâmica de influências na indicação de clubes para a competição. Um dos aspectos enfocados é a relação política entre políticos de carreira e a CBD com o objetivo de garantir uma vaga no campeonato. A situação falimentar dos clubes e a desorganização do calendário atestam o esgotamento de um modelo calcado na *pessoalização* da política e numa moldura simbólica que sustentou o ideário do nacionalismo do regime. Ainda neste capítulo, enfocaremos como se desenvolveu a administração de Heleno Nunes no comando da CBD e a criação da Confederação Brasileira de Futebol.

## CAPÍTULO I - Unidade nacional e a bola

**Primeira Parte: breve mapeamento das instituições que organizam o futebol profissional** (1. a FIFA e seus filiados; 2. no Brasil; 2a. a sede da CBD; 2b. o CND: disciplinar o desporto brasileiro; 2c. no caminho da CBF, a CBD).

**Segunda Parte: contexto e surgimento do *nacional*** (1. antecedentes; 2. Os campeonatos estaduais e a situação dos clubes; 2a. preparativos para o *nacional*; 2b. a loteria esportiva como captadora de recursos e mobilização simbólica do *ethos* do jogo; 2c. 1971: começa o *nacional*; 2d. um balanço do primeiro campeonato nacional).

## **Primeira parte: breve mapeamento das instituições que organizam o futebol profissional**

### **1. A FIFA e seus filiados**

Neste item apresentamos, ainda que brevemente, as principais entidades administrativas que organizam o futebol profissional no que diz respeito tanto aos seus aspectos organizacionais quanto a observância das regras do jogo e dos regulamentos que regem os campeonatos. Todo o esforço organizacional do futebol esteve centrado, para além do seu aspecto burocrático, fortemente na FIFA, entidade que se empenhou na difusão das regras do jogo como um dos fundamentos da universalização e popularização desse esporte, como demonstra Toledo (2002). A FIFA (Federação Internacional de Futebol Associação), órgão máximo do futebol jogado profissionalmente foi fundado no ano de 1904 e, primeiramente, não contou com a participação dos ingleses, tidos como os “inventores” do futebol associação, pois acreditavam em princípio ser desnecessária a criação de uma liga unificada (Carrano, 2000), mas o argumento de fundo que sustentava essa posição era a possibilidade da perda do controle do núcleo duro que agrega os valores do jogo, ou seja, as regras<sup>1</sup>. Os ingleses somente ingressaram na FIFA quando do surgimento da *International Football Association Board*, que passaria a controlar as regras do futebol e suas alterações<sup>2</sup>.

A América do Sul foi o primeiro continente a formar uma confederação e isto ocorreu no ano de 1916 quando é criada a CSF (Sul-americana de Futebol), sendo esta subordinada a FIFA. Segundo os idealizadores da CSF o objetivo seria promover a integração esportiva dos países do continente sul-americano.

No ano seguinte à sua fundação é organizado o primeiro campeonato sul-americano e já em 1919 o Brasil seria a sede de um torneio que sairia vencedor, aliás, esta data marca, como um rito de passagem, o reconhecimento internacional do futebol brasileiro, mas, sobretudo, descortina todo um processo de auto estima esportiva muito discutido por toda uma bibliografia socio-antropológica e historiográfica a respeito da relação entre futebol e

---

<sup>1</sup> A propósito das regras e uma análise sobre os fundamentos sociológicos do jogo ver Toledo (2002).

<sup>2</sup> Conforme Franciscan (1996)

identidade nacional<sup>3</sup>. Autores como Pereira<sup>4</sup>, sobretudo, irão identificar em 1919 um marco histórico e simbólico fundamental da passagem do futebol amador para o profissional, ou seja, as bases de constituição e esforço em projetar a nação por intermédio de um determinado esporte deve ser visto como um processo que vinha ocorrendo desde antes de 1933, marco de uma cronologia oficial que data o surgimento do futebol profissional no país. Em 1924 a FIFA acenava com a possibilidade de organizar um torneio entre seleções, sendo este campeonato uma realidade seis anos mais tarde, tendo como sede e vencedor o Uruguai.

Somente na década de 50 é que surgem as demais confederações continentais, e isto se deveu ao crescimento e visibilidade da copa do mundo e a necessidade de expandir o futebol para outros continentes. A FIFA já não conseguia organizar as eliminatórias da copa e em 1954 é fundada a União Européia de Futebol Associação (UEFA). Na ramificação dessas entidades organizativas aparecerão os campeonatos e já em 1957 é criada a copa dos campeões, envolvendo os clubes vencedores dos campeonatos nacionais europeus. Segue outro campeonato, a Recopa, que congregava os vencedores das copas realizadas nos países em paralelo ao certame nacional e para os clubes melhores classificados (à exceção dos campeões, é claro) nas competições nacionais, que teriam como alternativa a disputa da copa Uefa. Finalmente, no âmbito dos selecionados europeus é criada a copa européia de seleções, tendo sua primeira edição em 1960. Desde cedo estes torneios são amplamente valorizados pelos clubes e seleções, aumentando a importância e influência da recém criada entidade européia.

A Confederação Africana de Futebol foi criada no ano de 1954 e passados três anos precisamente registra-se a fundação da Confederação Asiática de Futebol. Em 1961, a Concacaf, que congrega os países da América do Norte e Caribe, começaria a exercer as suas funções como confederação continental e, por último, apareceria a federação da Oceania. Dessa forma, as entidades nacionais são subordinadas as confederações continentais e estas, por sua vez, subordinada a própria FIFA, exemplificando a atual CBF (Confederação Brasileira de Futebol) é subordinada a CSF que está ligada à FIFA.

---

<sup>3</sup> Sobretudo os trabalhos reunidos no volume *Universo do Futebol* (DaMatta *et al*, 1982), que praticamente inaugura os estudos mais sociológicos sobre o futebol brasileiro, abrindo caminho para uma antropologia do esporte (Toledo, 2001).

<sup>4</sup> Pereira (1997).

## 2 No Brasil

Até 1914 não havia uma entidade que respondesse administrativamente pelo futebol em termos nacionais. O que existia, de fato, eram somente as ligas metropolitanas e a primeira delas a ser constituída foi a paulista, fundada nos primórdios da prática esportiva no país<sup>5</sup>, no ano de 1901, com o objetivo de agregar alguns times notadamente vinculados aos extratos sociais mais endinheirados.

Com relação à formação de uma Confederação Nacional é observada uma intensa disputa pela hegemonia política do futebol envolvendo os dois principais núcleos urbanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Autores como Caldas e Santos Neto registram esse momento ao destacarem a existência de duas federações, a saber, a Federação Brasileira de Futebol e a Federação Brasileira de Esportes, sendo a primeira sediada em São Paulo e a segunda no Rio de Janeiro. Caldas destaca que ambas foram criadas em 1914 com uma diferença de 50 dias de uma para outra: a “dos paulistas” em 25 de setembro de 1914 e em 15 de novembro a entidade carioca.

Além de lutarem pelo reconhecimento interno, que projetava suas respectivas sociedades, paulista e carioca, dentro do torvelinho da modernização que ditava econômica e simbolicamente o *ethos* nas capitais internacionais através de um esporte que já despontava como um grande mobilizador de sociabilidade popular também brigariam pela legitimidade internacional através de organismo máximo do futebol representado pela FIFA. Caldas destaca ainda que na tentativa de “superar” os cariocas a federação controlada pelos paulistas divulgara um suposto telegrama oriundo da FIFA reconhecendo a entidade paulista como Confederação “oficial” do Brasil, mas isto segundo o autor não passou de um blefe logo descoberto.

Mas após intensos debates, objetivando possíveis acordos, o mesmo somente ocorreu em 1916 com a junção das duas federações formando a Confederação Brasileira de Desporto (CBD), tendo sua sede fixada no Rio de Janeiro. Mas como é de domínio público e até hoje uma demanda em permanente discussão, alimentando uma contenda que se arrasta pela crônica especializada regional, os paulistas sempre reclamam da “carioquização” da CBD, desde a organização dos campeonatos brasileiros de seleções estaduais, que perduraram de 1922 a 1965.

---

<sup>5</sup> Para maiores detalhes desse processo consultar Caldas (1990).

Em meio ao confronto entre os adeptos do profissionalismo e os defensores do amadorismo<sup>6</sup> ocorreria uma nova cisão no futebol brasileiro com o aparecimento da Federação Brasileira de Futebol (FBF). A CBD, mesmo nesse momento de turbulência, já era reconhecida pela FIFA como organismo máximo do futebol brasileiro e quando da chamada “pacificação” ocorrida no ano de 1937, que para alguns cronistas marca definitivamente a vitória do regime profissional, a FBF deixa de existir. Portanto, a partir desta data a CBD centralizaria o aspecto organizacional do futebol profissional brasileiro até 1979, quando ocorre uma outra reformulação no desporto em nível nacional.

## **2a. A sede da CBD**

Uma questão sempre polêmica envolvendo a organização do futebol brasileiro é a disputa pela sede da CBD. Em 1916, tal como já foi citado, a instituição foi sediada no Rio de Janeiro. Durante o Estado Novo, precisamente em 1941, objetivando disciplinar as práticas desportivas no país, como veremos mais adiante, por intermédio do artigo 47 do decreto-lei 3199 de abril de 1941 foi estabelecido que as confederações, federações e as ligas estariam sediadas segundo o seguinte critério: as confederações teriam “suas sedes na capital federal, as federações (exceção as do Distrito Federal) ficarão sediadas nas capitais dos estados ou territórios e as ligas ficarão sediadas nos municípios” (Manhães, 1986:133). Como a capital federal era a cidade do Rio de Janeiro a CBD foi oficialmente instalada neste local. Mas, em 1960, ocorreu a transferência da capital do país para Brasília, porém a CBD permaneceu no Rio de Janeiro, bem como ficaram ainda nesta cidade alguns órgãos pertencentes ao governo federal.

Mas nota-se que esta nunca foi uma questão meramente formal ou logística. Em julho de 1970 a *Revista Veja* destacava que o deputado do MDB paulista, Franco Montoro defendia a mudança para Brasília da sede da CBD e que, segundo o deputado, tal iniciativa daria um melhor tratamento ao futebol, mais distanciado das pressões locais. Este pedido foi formulado ao ministro da educação e cultura Jarbas Passarinho, que se prontificou a estudar o assunto.

---

<sup>6</sup> Há uma significativa bibliografia que trabalha esse tema da passagem do amadorismo para o profissionalismo, a propósito consultar Caldas (1990), Araújo (1996), Pereira (1997), entre muitos outros.

No mesmo mês, o jornal *O Estado de São Paulo* publicava uma reportagem enfatizando uma reunião envolvendo Jarbas Passarinho e o presidente do CND, Gal Elói Menezes, na qual foi pedido ao presidente do Conselho Nacional de Desporto um estudo da obrigatoriedade da mudança da sede da CBD. Em caso afirmativo, o Ministro pediria ao Gal Elói Menezes que lhe enviasse os dados para que viabilizassem as providências cabíveis em acordo com o que estava regido pelo decreto-lei 3199, no artigo 47. Não pude observar qualquer desdobramento significativo dessa iniciativa.

Fábio Fonseca, em Placar de fevereiro de 1971, defendeu tal idéia e acrescentou que o CND deveria mudar-se para Brasília, pois o mesmo acreditava que tais atitudes poderiam melhorar o tratamento dispensado ao futebol, pois as mudanças afastariam as influências regionais.

De tempos em tempos esta discussão é retomada, sobretudo a partir dos estados da federação que se sentem alijados dos processos decisórios concentrados no Rio de Janeiro. Discussão que sinaliza uma tensão estrutural no futebol brasileiro, qual seja, a relação entre as demandas locais (regionais) e o ideário de um “futebol nacional”, aliás, tensão presente na crise que desembocará na opção, para alguns salvacionista, de criação de um campeonato nacional, como veremos mais adiante. Esta tensão, exemplificada aqui no plano organizacional reverbera em outros planos do campo futebolístico, tal como ocorre com o fenômeno do “bairrismo”, ainda frequentemente manifesto no interior das crônicas esportivas<sup>7</sup>.

## **2b. O CND: disciplinar o desporto brasileiro.**

Nos tópicos anteriores identificamos as principais instituições que controlam politicamente o futebol mundial e brasileiro. Como podemos observar, baseados na literatura a respeito e salvo um ou outro episódio esporádico mais evidente, no Brasil, até 1937, as elites governantes pouco fizeram no sentido de capitalizar politicamente os esportes como um projeto político deliberado e co-partícipe da gestão pública, instrumentalizando suas instituições decisórias tal como a CBD. É a partir do governo Vargas, sobretudo durante o Estado Novo, que a ingerência do Estado no desporto

brasileiro estará em consonância com as novas políticas que sustentavam o regime. Se pensarmos a partir da ótica da interdependência entre as esferas que compõem a vida social (econômica, política e a lúdica), tal como propõe Norbert Elias na sua análise da formação do ethos civilizacional em algumas das sociedades européias modernas, bem como o lugar ocupado pelos esportes como catalisadores desse processo no plano da sociabilidade, veremos que o advento do Estado Novo constituiu num marco fundamental e uma nova etapa no desenvolvimento dos esportes no país<sup>8</sup>.

Como mostra Manhães (1986:133), em 1940 o governo Vargas, consoante ao espírito da época, pretendia conferir mais “disciplina” a prática do desporto. Fato explicitado no discurso do então ministro da educação e saúde Gustavo Capanema proferido neste mesmo ano, e que afirmava que para completar o êxito do desporto brasileiro o governo deveria burocratizar a vida esportiva do país desejando dar-lhe mais “disciplina” institucional. Se no plano formal das regras o futebol se apresentava consolidado na sua forma de jogar, institucionalmente essa universalização deveria ser viabilizada politicamente.

E assim, objetivando disciplinar o desporto brasileiro e coadunando com as expectativas do projeto varguista de nação, é sancionado o decreto lei 3199, de abril de 1941, criando o Conselho Nacional de Desportos (CND), com as seguintes atribuições: incentivar por todos os meios o desenvolvimento como prática de desporto educativo por excelência e ao mesmo tempo exercer uma rigorosa vigilância no profissionalismo. Assim sendo caberia ao CND incentivar fiscalizar e orientar as práticas desportivas no Brasil, com isso as novas ligas e federações somente poderiam funcionar com a autorização do CND.

Com o surgimento do CND as confederações passariam a executar as deliberações deste órgão e dessa maneira o governo assumiria o controle do desporto brasileiro.

---

<sup>7</sup> O bairrismo consiste numa tomada de posição partidária da parte dos cronistas esportivos ou órgãos de comunicação, comprometendo o “lugar” do debate supostamente neutro propalado pelo jornalismo esportivo. Para uma análise sobre a construção do fato esportivo e o fenômeno do bairrismo ver Toledo (2002).

<sup>8</sup> Há um certo consenso na literatura em identificar três etapas no processo de consolidação institucional do futebol: “três momentos impulsionaram o futebol na direção do profissionalismo: primeiro, em 1933, com o fim do amadorismo marrom, que remunerava os jogadores às escondidas dadas as proibições estatutárias desse regime esportivo (...) segundo, na primeira metade dos anos 1940 com as regulamentações centralizadoras do Estado Novo, que unificaram as diretrizes administrativas dos esportes no país com a criação do CND (...) O terceiro momento consiste no atual processo, que visa ao aumento da ingerência da iniciativa privada nas várias esferas administrativas do futebol e a revisão do papel do Estado no domínio esportivo (Toledo, 2002:292)

De acordo com este decreto-lei em seu artigo 47, tal como já dissemos, as ligas ficariam sediadas nos municípios, exceção às ligas das capitais. As federações, excetuando a do Distrito Federal, teriam suas sedes localizadas nas capitais estaduais ou territórios e por fim as confederações ficariam sediadas na capital federal, que em 1941 ainda era a cidade do Rio de Janeiro.

Ainda por este decreto-lei as ligas seriam formadas pelos clubes (entidades de caráter privado), as federações por ligas e estas, por sua vez, formariam as confederações.

Manhães aponta que o futebol ficou vinculado a uma confederação eclética, pois caberia a CBD cuidar do atletismo, do voleibol e do basquetebol, entre outros esportes além do próprio futebol. Muitos diretores de clubes, tais como Arnaldo Guinle do Fluminense carioca eram contrários a criação do CND e defendiam a formação de uma confederação exclusiva para o futebol, fato que ocorreria décadas mais tarde.

Apesar dos focos de oposição ao CND e principalmente da alocação do futebol em uma confederação responsável por diversas modalidades esportivas, contrariando alguns dirigentes do futebol defensores de uma instituição exclusiva para a modalidade, prevaleceu o projeto do governo Vargas, que gerenciou um modelo para os esportes fortemente apegado ao centralismo administrativo.

No próximo tópico, e aproximando mais de nosso objeto de estudo - os campeonatos nacionais surgidos a partir de 1971 - mostraremos as primeiras correntes de opinião em direção a formação da Confederação Brasileira de Futebol. Se há uma literatura que discute o momento do centralismo administrativo nos esportes nacionais<sup>9</sup> esboçada acima, devo me valer nos próximos tópicos dos dados documentais. O material jornalístico observado está circunscrito aos anos de 1970 e 1971, datas importantes, como veremos, que marcam a formação de um ambiente de discussão em torno da necessidade da nacionalização do futebol, em específico, para além do esforço unificador e burocrático inaugurado no momento anterior, quando se pensou o esporte como um todo e cujo marco assenta-se no regime varguista.

---

<sup>9</sup> Ainda em relação aos aspectos do centralismo no âmbito esportivo consultar Goldenzweig (1995), *Os dois corpos do sujeito: educação física e nação no Brasil sob Vargas*, dissertação de mestrado, PPGAS-Museu Nacional.

## 2c. No caminho da CBF, a CBD

Como já foi dito, a partir da criação do CND em 1941, esta modalidade esportiva foi alocada em uma confederação de característica eclética (CBD), apesar da posição defendida por muitos dirigentes que vislumbravam uma maior autonomia ao gerenciamento do futebol. No decorrer da pesquisa documental observamos que este tema permaneceu sendo amplamente debatido ao longo dos anos 1970 e 1971, porém, como se sabe, a consolidação de uma entidade exclusivamente dedicada ao futebol surgiria somente em 1979.

Em *A Gazeta Esportiva* de março de 1970, em meio a preparação da Seleção Brasileira visando a disputa do mundial que seria realizado no México, este tema voltou à baila devido à crise que passava o esporte nacional<sup>10</sup>. Segundo os defensores da “tese separatista”, a criação dessa nova entidade poderia resolver as crises pelas quais passava o time brasileiro. Mais adiante, em fevereiro de 1971, este debate voltaria a ser focado por *Placar*, em sua edição de 5 de fevereiro<sup>11</sup>. Para a realização dessa discussão a revista destacou a opinião de 3 jornalistas e 3 diretores de futebol. Destacaremos a seguir a opinião de cada um deles para melhor contextualizar o debate.

O jornalista João Máximo, chefe da editoria de esportes do Correio da Manhã (GB) mostrava-se favorável à criação de uma confederação única para o futebol, argumentando que a CBD tinha o direito de cobrar taxas<sup>12</sup> das atividades esportivas interestaduais, denunciando ainda a falta de transparência de João Havellange<sup>13</sup>, que deixava de cobrar essa porcentagem de algumas federações menores em troca de votos políticos. Mas o argumento central apresentado pelo jornalista era que o futebol profissional já há muitas décadas sustentava o esporte amador, uma vez atrelado às decisões do CND.

O diretor de futebol do Clube Atlético Mineiro, Fábio Fonseca, que à época cumpria mandato de deputado federal pela ARENA<sup>14</sup>, mostra-se também favorável ao

<sup>10</sup> Neste período houve a troca de treinador (substituição de João Saldanha por Zagalo), cortes de jogadores devido a contusões, jogadores convocados que ainda estavam lesionados, como por exemplo Tostão, e além disso no campo o Brasil não desenvolvia um bom futebol.

<sup>11</sup> *Placar* teve seu primeiro número circulando no ano de 1970 e logo destacou-se como a mais importante revista semanal de esportes, dando uma cobertura privilegiada ao futebol, tal como já mencionamos na apresentação desse trabalho.

<sup>12</sup> Nos jogos interestaduais cabia a CBD cobrar 5% do valor da renda obtida nos jogos.

<sup>13</sup> Presidente da CBD.

<sup>14</sup> Aliança Renovadora Nacional era o partido governista num sistema bipartidário. Veremos no capítulo 3 que valia a máxima "aonde a ARENA vai mal, um time no nacional".

desmembramento do futebol dos outros esportes, argumentando que o futebol não podia mais aceitar a dependência dos esportes amadores, ou seja, para ele o futebol também sustentava o esporte amador. Destacava ainda que a criação da Confederação Brasileira de Futebol era imprescindível e em relação à sobrevivência das outras modalidades existia a captação de recursos que viriam da recente criada Loteria Esportiva, como veremos mais adiante.

Menos entusiasta em relação a “tese separatista”, o capitão José Boneth, ex-supervisor da seleção brasileira (1969) e ex-supervisor do Vasco Da Gama (1970), ponderava outras questões e sua preocupação era saber como ficaria amparado o esporte amador após a desvinculação do futebol da CBD. Embora o futebol constituísse uma confederação à parte, resolvendo uma demanda particular, a CBD continuaria eclética, abrigando ainda 21 modalidades esportivas. Além do mais, como seriam redistribuídos os recursos e qual o peso que o futebol assumiria nessa nova configuração? A preocupação do capitão Bonetti era com o futuro do esporte amador, com a distribuição das verbas entre essas modalidades e o futebol. Segundo o capitão, o futebol ganharia muito, principalmente na liberdade de fazer seu próprio planejamento, uma vez não estando atrelado a agenda administrativa e política da CBD.

Para o presidente da federação carioca, Otávio Pinto Guimarães<sup>15</sup>, a CBD desempenhava um papel importante, citando como exemplo a conquista inédita do tricampeonato mundial em 1970. Mas outra questão de natureza política se apresentava na visão do dirigente e que merecia ser considerada, ou seja, a CBD detinha a filiação e o reconhecimento do principal organismo mundial (FIFA) e temia, portanto, pela criação de mais uma entidade que poderia isolar o futebol brasileiro.

Dentro de uma mesma linha argumentativa já apresentada, qual seja, a de que a loteria esportiva poderia destinar recursos para o esporte amador, o jornalista Fernando Martins (Folha da Tarde, Porto Alegre) reafirmava a tese “separatista” e vislumbrava nesta fonte de recursos a saída para o esporte amador e a independência em relação ao futebol.

Numa visão ainda mais preocupada com o futebol, o radialista Ênio Rodrigues (Rádio Bandeirantes) também reivindicava a independência do futebol que, segundo ele,

---

<sup>15</sup> Presidente da federação carioca no período (1968 a 1985).

daria uma autonomia financeira aos clubes, pois a CBD estava sobrecarregada com diversas atividades. Portanto, fazia necessária, também em sua opinião, a criação de uma confederação exclusiva para o futebol.

Ao analisarmos a enquete trazida por *Placar* sumarizada acima observamos que a maioria dos entrevistados era favorável à criação de uma confederação exclusiva para o futebol. Os jornalistas Fernando Martins e João Máximo defendiam tal iniciativa porque a loteria esportiva, um sistema de apostas baseado nas competições futebolísticas, destinaria recursos para o esporte amador e, além do mais, numa visão mesmo ingênua, criticavam os dirigentes que obtinham vantagens político-financeiras com o futebol. Fábio Fonseca, diretor do clube Atlético Mineiro destacava ainda que a nova entidade poderia moralizar o futebol<sup>16</sup> e também ressaltava a importância da loteria esportiva na destinação de verbas para o esporte amador. O argumento utilizado pelo radialista Ênio Rodrigues diferia dos demais entrevistados que esboçavam alguma preocupação com o esporte amador, e acreditava que a nova entidade poderia conferir autonomia aos clubes e assim melhorar financeiramente as suas receitas.

No conjunto das opiniões colhidas pela revista a única contrária à “tese separatista” era do então presidente da Federação Carioca, Otávio Pinto Guimarães, que ressaltava o bom papel desempenhado pela CBD e acreditava que uma nova entidade poderia isolar o futebol brasileiro da entidade máxima do futebol mundial. Talvez o dirigente carioca equivocou-se, pois o surgimento de uma nova confederação exclusiva para o futebol certamente estaria filiada à FIFA e, assim sendo, não colocaria o futebol brasileiro à margem.

Vale aprofundar uma observação feita pelo jornalista João Máximo em relação aos usos políticos do futebol e sua crença de que a criação de uma de uma nova entidade exclusiva para o futebol eliminaria a promiscuidade que misturava política com os esportes. Diante do comentário do jornalista resta-nos fazer uma pergunta: será que o uso político e financeiro do futebol deixariam de existir com a criação de uma confederação brasileira de futebol?

---

<sup>16</sup> Este dirigente reclama da atuação dos juízes nas finais da Taça de Prata de 1970.

Esta questão somente poderá ser respondida de maneira mais efetiva a partir de 1979 quando da criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), após uma ampla reformulação por que passou o desporto nacional e o futebol em específico.

De qualquer modo, observamos que a criação e a própria viabilidade de se ter um campeonato nacional, tal como ocorria em outros países, estiveram envoltas a uma discussão sobre a maior autonomia administrativa e política do futebol profissional. Embora tal projeto de maior autonomia acalentado por muitos e exemplificado no debate acima tenha se arrastado ainda por vários anos, o que culminou na criação da CBF em 1979, observamos que um certo consenso se formava entre as elites dirigentes e no interior da própria crônica esportiva em torno da necessidade da desvinculação do futebol de outras modalidades esportivas. Tal discussão também se desenvolvia num plano ainda mais prático e instrumental, tal como exemplificado no debate sobre a sede da CBD aludido mais acima, criticada pelo seu caráter regional.

Esta onda nacionalizante, inaugurada ainda no regime Vargas, ao menos no que diz respeito aos contornos mais burocráticos, e o sucesso do futebol brasileiro amealhado nas conquistas do selecionado nos mundiais de 1958 e 1962, somados ainda a outra onda nacionalizante imposta pelo regime militar a partir de 1964 constituirão no cenário propício para a consolidação e viabilidade da idéia de um campeonato nacional, tema da segunda parte dessa dissertação.

## Segunda parte: contexto e surgimento do *nacional*

### 1. Antecedentes

De modo sumário, vamos inventariar alguns dos primeiros campeonatos que antecederam o campeonato nacional e, tal como ressaltam vários autores, dentre os quais destacamos Santos Neto (2000), nasceram fortemente marcados pela dimensão local e, sobretudo, metropolitana<sup>17</sup>. Em 1901 é fundada a Liga Paulista de Futebol, que no ano seguinte realizou o primeiro campeonato organizado do Brasil. Em 1905, é a vez dos cariocas fundarem a sua liga e em 1906 realizarem um primeiro campeonato.<sup>18</sup> Esses campeonatos regionais são conhecidos até hoje como campeonatos estaduais (“paulistão”, “gauchão” etc)<sup>19</sup>.

No ano de 1922 é disputado, pela primeira vez, um campeonato que transcendia os limites das metrópoles, o Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, caracterizado pelo acirramento entre paulistas e cariocas, emulando no domínio esportivo o forte caráter regionalista que dominava o cenário político institucional do país. Este campeonato teve a sua última edição no ano de 1963.<sup>20</sup> Em 1970 a CBD estudou uma proposta de voltar a promover este campeonato, sendo o mesmo disputado a cada dois anos.

Em 1937, marco do profissionalismo do futebol e marco da maior proximidade de um regime político com o esporte no Brasil, como já foi aludido, é realizado o torneio dos campeões, tendo este campeonato apenas uma edição, vencida pelo Clube Atlético Mineiro.

Já o torneio Rio-São Paulo teve a sua primeira edição em 1933. Na década de 40 houve algumas tentativas de voltar a realizar esta competição, mas devido ao fracasso financeiro, a iniciativa foi abortada em pleno transcurso. Em 1950, este torneio foi

---

<sup>17</sup> Outro consenso observado na literatura é o caráter fortemente urbano adquirido pela prática esportiva. Para uma análise interessante que estabelece a relação entre metrópole e esporte, particularmente o futebol, consultar Sevcenko (1992).

<sup>18</sup> Em todas as capitais estaduais os campeonatos proliferam, e dessa forma o futebol no começo do século XX começa a se expandir.

<sup>19</sup> Muito se discutiu, sobretudo a partir dos anos noventa, sobre a viabilidade financeira dos campeonatos estaduais que para muitos, por estarem presos a uma tradição, inviabilizariam a modernização do futebol brasileiro. Muitos clubes pequenos, extensos campeonatos não lucrativos e pouco captadores dos recursos das televisões enfim, estariam na contramão do profissionalismo. Atualmente há um movimento contrário de valorização desses campeonatos.

<sup>20</sup> Após 1962, este campeonato teve uma única edição, mas de caráter amistoso, no ano de 1988.

reeditado, fazendo parte do calendário do futebol brasileiro com o nome de Torneio Roberto Gomes Pedrosa<sup>21</sup>. Em 1966 ocorre a última edição do Rio–São Paulo cujo desfecho foi, no mínimo, curioso, proclamando 4 campeões<sup>22</sup>.

No ano seguinte, 1967, tal campeonato foi ampliado, sendo convidados alguns clubes mineiros, gaúchos, paranaenses, pernambucanos e baianos, e popularmente este torneio passou a ser denominado “Robertão” ou “Taça de Prata”. O campeonato nacional descende diretamente dessa competição.

Para indicar o representante brasileiro na recém-criada Taça Libertadores da América, a CBD institui a Taça Brasil<sup>23</sup>, com a participação dos campeões regionais. Por falar nos campeonatos estaduais, segundo Proni (2000) as décadas de 40 e 50 são marcadas pela afirmação dessas formas de disputas e para exemplificar tal fato, em 1948 a FPF cria a Lei do Acesso.

Um outro torneio, denominado de “Torneio do Povo”, realizado em apenas 3 edições, sendo que na última contou com representantes da Bahia e do Paraná, embora tendo um caráter amistoso<sup>24</sup>, pode ser considerado um outro ensaio na direção rumo a consolidação de um campeonato nacional. Tal torneio contava com a participação dos mais expressivos clubes de massa dos 4 mais importantes estados do futebol brasileiro e, mais uma vez, o binômio torcedor-renda aparecia como principal elemento na viabilização de um calendário esportivo<sup>25</sup>.

Em 1970 a FIFA já aventava a realização de um Campeonato Mundial de Clubes, sendo que cada continente indicaria seu representante, mas tal idéia acabou ficando somente no papel, e fez parte de mais uma das investidas dessa entidade em difundir o futebol em outros continentes, tais como o Asiático e o Africano.

---

<sup>21</sup> Ex-atleta do São Paulo Futebol Clube e dirigente da Federação Paulista de Futebol.

<sup>22</sup> Corinthians, Santos, Vasco e Botafogo. Nos anos 90 esse torneio volta a ser reeditado, fazendo parte da abertura do calendário brasileiro e, em 2002, houve a tentativa frustrada de formar uma liga Rio – São Paulo.

<sup>23</sup> Realizada pela primeira vez no ano de 1959.

<sup>24</sup> . É interessante diferenciar jogos oficiais, pautados por um calendário esportivo e fixador de uma tradição competitiva dos jogos amistosos, que possuem um caráter esporádico, episódico e menos competitivo. Mas é curioso notar como esse caráter informal foi estendido para caracterizar todo um torneio, o “Torneio do Povo”.

## 2. Os campeonatos regionais e a situação dos clubes

O ano de 1970 foi considerado como atípico devido à Copa do México e uma das reivindicações era a implantação de um calendário mais racional que atendesse às necessidades financeiras dos clubes. O jornal *A Gazeta Esportiva*, no primeiro semestre, destacava com maior ênfase a preparação do selecionado, dada a proximidade da copa do que o *Nacional*, em seguida vinham os noticiários dos grandes clubes paulistas culminando com as notícias do esporte amador. O próprio jornalismo mantinha-se fiel ao aspecto regionalista (bairrista) que historicamente marca o jornalismo esportivo.

As atenções da CBD estavam totalmente voltadas para a preparação do time brasileiro e o calendário daquele ano ficou assim definido: no primeiro semestre, a partir de março, ocorreria a preparação para o mundial, início dos estaduais em abril, mas os mesmos seriam paralisados durante as disputas da copa, reiniciando-se uma semana após a final no México; no segundo semestre estavam previstas as finais dos estaduais e a realização daquela que seria a última versão da Taça de Prata. Assim sendo, este calendário deixaria os grandes clubes sem as suas principais estrelas no primeiro semestre acarretando prejuízos durante o início dos torneios estaduais.

Não apenas os clubes grandes viviam problemas financeiros como os clubes pequenos também sentiam tais dificuldades. Em *A Gazeta Esportiva* de 23/05/1970, é noticiado que os salários dos jogadores do Botafogo de Ribeirão Preto estavam atrasados e os mesmos entraram em estado de greve, ameaçando não entrar em campo na próxima partida pelo estadual, contra o Juventus na capital.

Segundo os especialistas, esta crise financeira podia ser explicada pela falta de organização, estrutura e um calendário mais racional. João Saldanha (1963) em *Os Subterrâneos do Futebol* defende a implantação desta forma de calendário.

Portanto, pela forma como estava organizado o calendário deste ano, observa-se uma intensa atividade dos clubes com alguns deles chegando a fazer setenta jogos na temporada, considerado um absurdo para esta época. Mas o objetivo primordial da CBD era

---

<sup>25</sup> Os participantes do torneio do povo foram os seguintes: Flamengo, Corinthians, Internacional (RS), Atlético (MG), Bahia e Coritiba.

a conquista definitiva da taça Jules Rimet para a qual não poupou esforços, dessa forma, não se mostrava preocupada com a situação financeira dos clubes.

Em maio, o jornal *A Gazeta Esportiva* mostrava os gastos que a CBD teria com a seleção brasileira e que girava em torno de seiscentos dólares por dia, sendo incluídos os gastos com alimentação, salários, transportes, diárias, hospedagens e material esportivo.

Para cobrir tais custos a CBD apontava as seguintes fontes de recurso: campanha publicitária organizada por Mauro Salles, realização de amistosos da seleção visando arrecadar grandes rendas, campanha publicitária da Shell e, por fim, obter recursos oriundos do governo federal. Enquanto a CBD investia somas pesadas na conquista do tri-campeonato os clubes estavam com o “pires na mão”.

Em meio à euforia pela conquista do tri-campeonato, os clubes mineiros rebelaram-se contra o deficitário campeonato estadual, alegando ser grande o prejuízo para disputá-lo. *Placar* (julho/1970) destacava que os dirigentes reclamavam do excessivo número de jogos disputado as quartas, quintas, sábados e domingos. Com isso, as rendas eram fracas e não pagavam sequer os aluguéis de campo. Os dirigentes mineiros lembram ainda que o torcedor estava saturado, pois a Copa mal tinha acabado e, em seguida, sem descanso, já estávamos em plena vigência do campeonato em disputa.<sup>26</sup>

Em janeiro de 1971, *Placar* faz uma ampla análise da situação dos clubes, enfatizando a fragilidade dos campeonatos regionais e o uso destes certames para colheita de dividendos políticos por parte dos presidentes de federações. Nos próximos parágrafos vamos exemplificar com alguns estados, mostrando em que situação se encontravam os clubes no princípio de 1971.

Começamos pelo Rio Grande do Sul, onde Rubens Hoffmeister para ganhar a presidência da federação gaúcha fez inúmeras promessas aos clubes do interior, entre elas, garantir a participação no estadual da primeira divisão. Conseqüentemente, Hoffmeister teve que inchar esse campeonato, o que desagradou os grandes clubes gaúchos<sup>27</sup> que ameaçavam não participarem do Regional de 1971. Para se ter uma idéia de tal uso político

---

<sup>26</sup> Apesar de a TV ter transmitido a Copa, muitos dos jogos foram exibidos em tapes exaustivamente, o que ajudou a colaborar com a saturação do torcedor.

<sup>27</sup> Internacional e Grêmio.

o “gauchão” contou com a participação de 25 equipes, tendo até mesmo desistência e ameaça de desistência da parte de alguns clubes<sup>28</sup>.

Em Santa Catarina, além das dificuldades financeiras, faltava um estádio adequado para a realização de jogos e o estádio pertencente à federação era considerado como um dos piores do Brasil. Aqui, novamente, a alternativa à crise esbarrava na promessa hegemônica de construção de um grande estádio.

Ao chegarmos no Paraná observamos revolta semelhante àquela do Rio Grande do Sul, pois os três grandes paranaenses<sup>29</sup> ameaçaram não disputar o certame estadual, alegando dificuldades financeiras. Os dirigentes paranaenses argumentavam que o torneio regional era deficitário e acrescentavam que estavam cansados de sustentar os clubes pequenos do interior. Para justificar o apoio recebido dos clubes interioranos, José Milani aumentou o número de participantes no estadual provocando a tal revolta dos grandes clubes do estado.

O campeonato mineiro de 1970 foi marcado pelo prejuízo e em 1972, os dois principais quadros<sup>30</sup> ameaçaram abandonar o estadual para jogarem amistosos, amealhar recursos em excursões pela Europa e América Latina, pois o argumento de seus dirigentes era que tais jogos seriam mais lucrativos.

Os problemas financeiros proliferaram ainda pelo nordeste, na Bahia o Esporte Clube Bahia ainda lamenta os prejuízos colhidos na disputa da Taça de Prata de 1970. Em Pernambuco, os três principais rivais<sup>31</sup> iniciam 1971 sem dinheiro, sem técnico e nem sabiam de quais competições poderiam participar.

Para exemplificar como a desorganização campeava o futebol, o Pará ainda não conhecia o campeão estadual do ano anterior, intensas disputas pelo poder, com a fundação de uma federação sem legitimação oficial e os clubes sem dinheiro.

Como observamos, as finanças, a desorganização, falta de estrutura faziam parte do cotidiano do futebol brasileiro. Este momento de crise foi propício para que se amadurecesse um certo consenso em torno da idéia de um campeonato nacional,

---

<sup>28</sup> O Grêmio de Bagé desistiu e a equipe do Rio Grande foi convidada a permanecer no campeonato.

<sup>29</sup> Coritiba, Atlético e Ferroviário.

<sup>30</sup> Atlético Mineiro e Cruzeiro.

anunciando um lento mas contínuo declínio dos campeonatos estaduais, que se estenderia até os anos noventa, auge da crise desses certames regionais.

Nas décadas de 1950/60 os estaduais ganharam força principalmente pela entrada dos clubes interioranos. Apesar de tais campeonatos terem aumentado a rivalidade, os mesmos passaram a ser utilizados como forma de obter vantagens políticas, vide os exemplos do Paraná e Rio Grande do Sul. Para agradar os clubes do interior, estes torneios acabariam tendo o número de participantes exageradamente ampliado, aumentando custos, provocando elevados prejuízos.

*Placar* (12/02/1971) ressalta que as grandes rendas eram registradas somente nos grandes confrontos<sup>32</sup>. Quando aconteciam jogos entre pequenos e grandes as rendas não eram tão boas principalmente porque os clubes pequenos não atraíam o grande público das capitais.

O repúdio de gaúchos e mineiros chegou a tal ponto que os mesmos defendiam a ampliação da Taça de Prata no que tange ao período de disputa e até mesmo à criação de um campeonato nacional em dois turnos, na verdade, esta última proposta não passava de um sonho.

Para amenizar a situação dos clubes a partir de fevereiro de 1970 os mesmos teriam direito a um percentual por participarem da loteria esportiva, embora esses recursos não cobrissem as dívidas. Na edição 48 de *Placar*, o jornalista Marco Aurélio Guimarães aponta alguns absurdos cometidos pelos clubes brasileiros, dos quais destacamos os seguintes: elencos compostos por um número elevado de profissionais ficando na faixa de 40 a 70 jogadores, sendo que, no máximo, só podiam ser utilizados 16.

Os clubes cariocas quando iam jogar em São Paulo ficavam concentrados de 3 a 4 dias, gastando com hospedagens, diárias e transportes. Diante da situação dos clubes, o jornalista defendia a implantação de um calendário mais racional. De qualquer forma, a idéia de um calendário “racional” passava pela transformação da Taça de Prata.

---

<sup>31</sup> Sport, Santa Cruz e Náutico.

<sup>32</sup> Na Bahia, o clássico Bahia X Vitória (Bavi), no Paraná, Atlético e Coritiba (Atletiba) e no Rio Grande do Sul, Grêmio X Internacional (Grenal) e assim por diante.

Em março de 1971, conforme relata *Placar* (n. 52), ocorreu um Fórum de Esportes e Educação Física promovido pelo jornal *Folha de S. Paulo* e Rádio e TV Bandeirantes onde foram apresentadas algumas propostas com finalidade de melhorar o desporto nacional. Segue abaixo algumas sugestões oriundas de tal fórum.

Mandato de dirigentes de clubes, federações e confederações no máximo de 4 anos, sendo permitida uma reeleição. Dirigentes que fossem eleitos para cargos políticos<sup>33</sup> deveriam afastar-se das suas respectivas funções nos clubes, federações e confederações. Os contratos dos atletas deveriam ser registrados na delegacia do trabalho, sindicato e associação de clubes.

Ao proferir seu discurso nesse fórum, o então Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho defendia a limitação dos jogos por temporada, prometendo estudar a questão da Lei do Passe e a condição do jogador como um patrimônio do clube<sup>34</sup>. A limitação de jogos por temporada considerada ideal deveria ficar na faixa de 60 a 70 jogos, isso dependeria da quantidade de partidas realizadas no exterior. Na opinião de *Placar* o número ideal seria de 50 jogos por ano.

A revista aponta ainda o descaso em relação aos associados dispensado pelos clubes por parte do clube, pois estes deveriam aproveitar melhor suas sedes sociais para poder trazer de volta o convívio dentro dos clubes.

A CBD também apresentou suas propostas mostradas em *Placar* (n. 57) em abril de 1971, assim enumeradas: Cidades com menos de 100.000 habitantes não poderiam contar com clubes profissionais. A capacidade mínima exigida dos estádios deveria fixar em 20.000 torcedores. Seria feita uma pesquisa de mercado para auferir a capacidade de consumo do futebol. A CBD pediu ao IBGE informações sobre população, poder aquisitivo por estado e a preferência por futebol.

---

<sup>33</sup> Legislativos ou executivos.

<sup>34</sup> Embora essa questão na época fosse bastante discutida, com alguns poucos jogadores se destacando no debate, entre eles Afonsinho, a lei do passe se arrastou por décadas, vindo a ser extinta com a regulamentação da lei Pelé em 1998.

Se tais propostas entrassem em vigor, muitos clubes poderiam desaparecer. Mas o vice-presidente da federação paulista Paulo Machado de Carvalho<sup>35</sup> pensava diferente, pois segundo o dirigente paulista tais medidas não afetariam o Estado de São Paulo. No entanto, *Placar* derruba o argumento de Paulo Machado de Carvalho ao mostrar que dos 57 clubes filiados à federação, 6 são da capital, sobrariam 12 que preenchiam os requisitos exigidos e, assim sendo, restava fazer uma questão: E os outros clubes paulistas, como ficariam diante dessas propostas se as mesmas entrassem em vigor?

Segundo *Placar*, tais propostas de limitação a participação dos clubes profissionais era idéia do presidente da FPF, José Ermírio de Moraes, e novamente *Placar* deixa uma questão: quem defenderia os clubes pequenos do interior se o próprio presidente da federação alinhava-se a proposta de limitação dos clubes profissionais em atividade?

Nas demais regiões do país poucos sobreviveriam à degola, a não ser aqueles times localizados em cidades populosas e com estádio com capacidade para 20.000 torcedores. Colocando em números, em relação à proposta dos 100.000 habitantes, apenas 72 municípios sobrariam.

Embora tais propostas ficassem apenas no discurso ou papel, sendo poucas delas, ou quase nada, colocadas em prática, às condições de crise estavam dadas e o Campeonato Nacional aparecia como um apanágio para quase todos esses males.

## **2a. Preparativos para o nacional**

No início de 1971 *Placar* (12/02/1971), exultava em manchete a criação do *Nacional*: “Até que enfim o Campeonato Nacional”

Em fevereiro de 1971, Antonio do Passo, então diretor de futebol da CBD, anunciava a realização do Primeiro Campeonato Nacional, o qual seria uma espécie de Taça de Prata (“Robertão”) ampliado e que, segundo *Placar* (idem), seria a salvação financeira dos clubes desgastados nas disputas regionais (campeonatos estaduais).

---

<sup>35</sup> Conhecido dirigente do futebol, foi presidente do São Paulo Futebol Clube, além de um grande líder nas comunicações, ao fundar as rádios Record, Jovem Pan e TV Record. Foi o chefe da delegação brasileira nas conquistas de 1958 e 1962.

A Taça de Prata de 1970 contou com 17 agremiações<sup>36</sup> e este primeiro *nacional* teve 20 clubes, e a luta para conquista de uma dessas vagas foi intensa, estabelecendo critérios ambíguos na seleção dos clubes. Os primeiros 14 clubes, considerados “grandes” porque populares vinham dos estados economicamente mais importantes (SP, RJ, MG e RS) e na guerra dos bastidores pelas vagas restantes os vencedores seriam os generais José Guilherme e Odemar Maria, respectivamente presidentes das federações mineira e cearense, e Rubem Moreira, presidente da federação pernambucana.

A 3ª vaga seria ocupada por um outro clube mineiro de menor expressão, o América, que não participava de uma competição de âmbito nacional desde 1968. Israel Pinheiro, governador mineiro e torcedor americano, desempenhou um papel fundamental nesta costura política. Em reunião com o então presidente da CBD, João Havellange, a vaga foi sacramentada e, para exemplificar que a escolha dos ocupantes das 3 vagas restantes teve caráter político, *Placar* (28 de maio de 1971) destacava a seguinte frase do presidente da CBD: “Vim fazer um convite, na minha festa mando eu.”

Portanto, essa primeira “festa” esportiva teria a presença de 20 convidados assim distribuídos: 5 de São Paulo, 5 do Rio de Janeiro, 3 mineiros, 2 gaúchos, 2 pernambucanos e 1 convidado da Bahia, Ceará e Paraná.

É importante salientar que o empenho pessoal de João Havellange na CBD somava ao seu capital político novas chances de viabilizar um projeto mais pessoal, qual seja, a de pleitear uma candidatura à presidência da FIFA.

Após tornarem públicas as 20 vagas do *Nacional* não faltaram lamentações. Roffmeister, presidente da Federação Gaúcha, reclamou que Havellange lhe prometera a 3ª vaga ao seu Estado. No outro extremo do país, os amazonenses mostravam-se indignados, pois cumpriram todos os requisitos exigidos pela CBD, sobretudo o mais importante, que vinculava a crença de que os torcedores e o critério renda dos jogos constituíam os alicerces “moral” e financeiro do futebol profissional, construindo um estádio<sup>37</sup> com capacidade para 75.000 pessoas, mas mesmo assim ficara de fora.

---

<sup>36</sup> Internacional, Grêmio, Coritiba, Palmeiras, São Paulo, Corinthians, Santos, Ponte Preta, Flamengo, Fluminense, Vasco da Gama, Botafogo, América, Clube Atlético Mineiro, Cruzeiro, Bahia e Santa Cruz.

<sup>37</sup> Vivaldo Lima (“Vivaldão”). Há que se destacar o *boom* de estádios surgidos nos anos 70 em inúmeras capitais do país, todos com este forte apelo arquitetônico para o gigantismo, atendendo tanto a demanda

Enquanto sulistas e amazonenses reclamavam, alguns Estados mostraram-se conformados, como Pará e Santa Catarina, que reconheciam a falta de condições para atenderem aos critérios técnico (estádio) e financeiro (capacidade de mobilização torcedora) exigidos pela CBD.

Nos maiores centros esportivos, Rio de Janeiro e São Paulo, os critérios de indicação vinculavam-se aos desempenhos e performances dos clubes nos campeonatos estaduais mais os quatro melhores classificados por renda. Observa-se aí que critérios esportivos supostamente meritocráticos e interesses político financeiros misturavam-se.

No Rio de Janeiro, o time de menor expressão torcedora, o Olaria, clube do subúrbio carioca, que naquele momento pleiteava uma vaga no *nacional* pelos critérios meritocráticos, pois estava fazendo uma boa campanha no campeonato estadual, ameaçava a hegemonia do América. Mas através de uma manobra em que se alterou a tabela do Campeonato Carioca objetivando beneficiar o clube americano a conquistar mais pontos e ficar numa posição mais favorável na tabela de classificação, o Olaria ameaçou abandonar as disputas do estadual. Entretanto, com a interferência do governador estadual, o Olaria desiste de tal atitude, mesmo ficando fora do *Nacional*.

No estado de Pernambuco entraria no *Nacional* o campeão estadual e o time com melhor desempenho e renda, portanto eram 2 vagas para 3 times pleiteantes de forte apelo torcedor, Santa Cruz, Náutico e Sport Recife. Na Bahia já se sabia que o indicado seria o Esporte Clube Bahia, o que provocou indignação nos torcedores do Vitória, que esperavam tal vaga. Dois representantes baianos somente no *nacional* de 1972.

No Paraná não valeu a isonomia dos critérios, pois mesmo que, supostamente, uma equipe pequena atrevesse a ser campeã estadual, os presidentes dos principais clubes paranaenses enfatizaram que valeria somente o critério renda e que se fosse preciso iriam a “tapa” para disputar a vaga. No Rio Grande do Sul também era certa a participação da dupla da capital (Grêmio e Internacional).

É interessante notar como um campeonato esportivo como o *Nacional*, lugar aparentemente desvinculado das esferas mais duras da vida social (econômicas e política) e

---

institucional (renda) quanto o apelo torcedor propenso aos jogos ao vivo. Nota-se hoje um progressivo esvaziamento dos estádios, entre outras razões motivado pelas formas mais tecnológicas de fruir uma partida

mesmo ainda em seus primórdios, ia descortinando, numa espécie de radiografia, certos impasses e limites institucionais. Como mostram Klein & Andinino (1997), um dos empecilhos na viabilidade de se fazer um campeonato Nacional era o precário sistema de transportes e os custos envolvidos com o mesmo. Para amenizar tal problema, a CBD reclamava uma maior ingerência do governo federal e uma das demandas era que se fornecessem subsídios para cobrir os custos das viagens num país de dimensões continentais, somados ainda a criação de um fundo de transporte com recursos extraídos das rendas de todos os jogos interestaduais. Mais uma vez, nota-se que o critério renda, portanto participação e engajamento popular em massa consistiam num dos pilares na viabilidade de um campeonato nacional. Ainda estávamos distantes do futebol midiático.

Os critérios de disputa, anunciados em fevereiro de 1971, eram os seguintes: os vinte clubes seriam divididos em dois grupos com 10 cada um, jogariam entre si dentro da mesma chave. Classificariam para a segunda fase os 5 melhores de cada grupo, os 10 finalistas disputariam o título nacional em 2 turnos.

Porém, em julho a CBD modificara a forma de disputa. Na primeira fase os 20 clubes continuariam sendo divididos em 2 grupos com 10 cada um, mantendo os 5 classificados por grupo. No entanto, os 10 classificados seriam divididos em 2 grupos com 5 cada, os 2 melhores de cada chave disputariam o título nacional em um quadrangular de turno único.

Para auferir os classificados para a 2ª fase eram determinados os seguintes critérios: os 3 primeiros colocados por pontos ganhos mais os 2 melhores por renda, critério este que, evidentemente, causou muita polêmica, conforme veremos mais adiante.

Não tardou muito tempo para surgirem as primeiras críticas ao regulamento, principalmente em relação ao calendário e, sobretudo a importância atribuída ao critério renda. Nos estados com apenas dois times de expressão popular, tais como o RS, que abriga o Grêmio e o Internacional, reclamava-se da ausência de mais jogos com apelo popular, portanto mobilizadores de renda, dada a incerteza de haver o confronto tradicional (o Grenal), pois seriam poucos os jogos que poderiam corroborar com tal critério no momento da classificação, por isso os gaúchos pediram à CBD marcar os confrontos contra cariocas e

---

de futebol. Para uma análise interessante sobre um marco pioneiro, o Maracanã, consultar Moura (1998).

paulistas, em sua maioria, em seus respectivos campos na tentativa de equilibrar com os maiores centros (SP e RJ) que possuem vários clássicos<sup>38</sup>. Em alguns casos, nem haveria o confronto regional, pois algumas equipes eram as únicas representantes dos seus estados, e, portanto dependeriam dos jogos em casa contra as equipes tradicionais.

Já os cariocas apontavam para outros problemas e mostram-se preocupados com o curto período em que seria disputada a primeira fase, marcada para terminar em 16 de setembro, isto provocaria um tempo de inatividade dos clubes que poderia perdurar até 3 meses. Nota-se que numa época em que não existia o fluxo contínuo de recursos vindo dos contratos publicitários (mídia e patrocinadores) a ausência de jogos incidia diretamente na receita dos clubes.

Portanto, a proposta carioca foi o prolongamento da primeira fase, sendo a mesma realizada em 19 rodadas, ou seja, todos contra todos na fase inicial. Mesmo durante as disputas da fase inicial, os cariocas ainda reclamavam, pedindo o prolongamento da primeira fase, só que agora os jogos seriam dentro dos próprios grupos, totalizando 18 partidas.

Pelo calendário da competição, os clubes jogariam no primeiro semestre os estaduais, o mês de julho seria reservado aos jogos do selecionado brasileiro, e o *Nacional* teria seu início em agosto e o seu término previsto para dezembro.

O objetivo deste tópico foi mostrar como se desenrolaram os preparativos para o *Nacional*, enfatizando a luta dos clubes e federações para garantirem sua vaga neste novo torneio. Seguiremos na descrição dos fatos desta primeira edição do campeonato nacional mas, antes, faremos um parêntese para abordar um fenômeno que praticamente nasceu da demanda pela nacionalização do futebol e que atendia plenamente a esta etapa do futebol assentada na permanente mobilização torcedora, a loteria esportiva.

## **2b. A loteria esportiva como captadora de recursos e mobilização simbólica do *ethos* do jogo**

Em 1970, o governo federal lança a loteria esportiva, que rapidamente se constituiu na coqueluche nacional pela rápida ascensão social. Nesta loteria, o torcedor, agora

---

<sup>38</sup> Clássico é a denominação para os jogos que envolvem os grandes times de expressão popular.

apostador<sup>39</sup>, teria que acertar na totalidade o conjunto dos resultados dos jogos escolhidos previamente<sup>40</sup>. Cada concurso, chamados de “teste”, conteria 13 jogos e a administração ficava a cargo da Caixa Econômica Federal.

A teoria social do esporte geralmente dicotomiza as categorias jogo e esporte. É comum atribuir ao domínio dos esportes valores que estão ligados à competência técnica, aos desempenhos individuais e coletivos norteados pelo mérito e performance baseadas em regras fixas previamente e reconhecidas por todos. Já o domínio do jogo operaria mais no plano da imprevisibilidade e do acaso. Nota-se que, entretanto, tal como muitos autores apontam (DaMatta, 1982; Toledo, 2002), no futebol, mesmo o organizado profissionalmente, essas duas dimensões convivem lado a lado e as loterias, que se aproximam da noção de jogo de azar, seriam a face institucional que melhor atesta essa relação de ambivalência entre jogo e esporte, muitas vezes vistos como esferas completamente autônomas da vida social.

Logo no início do ano de 1970 o jornal *A Gazeta Esportiva* enfatizava os propósitos do governo em lançar oficialmente um sistema de apostas atrelado ao futebol, a loteria esportiva, que circularia em junho em plena vigência do campeonato mundial de seleções. De modo didático, a matéria ainda instruía os procedimentos que os apostadores (torcedores) deveriam proceder para fazerem suas apostas.

Os primeiros concursos da loteria esportiva foram realizados a partir de abril (1970), tendo como base o Rio de Janeiro, mas logo caiu no agrado dos apostadores que esperavam ansiosamente pelo resultado final aos domingos à noite, em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal. Em junho, foi a vez de São Paulo receber a novidade sendo bem recepcionada pelos paulistas, porém os demais estados só tinham acesso à loteria esportiva através dos “atravessadores”, sistemas paralelos de apostas. Visando eliminar tais atravessadores, em 1971, o governo federal expande a loteria para outros estados como, por

---

<sup>39</sup> . Essa conversão do torcedor em “apostador” nesse momento agrega mais significados e importância ao papel desse ator no futebol profissional, tal como acontece atualmente com a redefinição do torcedor em “consumidor”. Essas metamorfoses do papel do torcedor podem ser melhor observadas em Toledo (2002, capítulo 3).

<sup>40</sup> Vitória do time da casa, empate ou vitória do visitante ou, mais precisamente, coluna 1, coluna do meio e coluna 2.

exemplo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco e, por fim, já em 1972, esta novidade corria por todo o território nacional.

De certo modo, em consonância ao espírito que o debate em torno do campeonato nacional instilava, a loteria prestava-se a “nacionalizar” os times, fazendo-os conhecidos pelo território. Aliás, entrar para um teste da loteria foi motivo de muitas disputas pelos clubes, sobretudo aqueles de menor expressão, pois constituía numa vitrine das mais importantes, fazendo circular jogadores, valorizando seus passes, aquecendo o mercado e, como se sabe, capitalizando os clubes que dependiam em muito das transações dos atletas, algo minorizado hoje com a extinção do passe.

Mas a loteria esportiva tornou-se rotineira também na vida esportiva do torcedor, alimentada por uma forte campanha publicitária sustentada quase que diariamente nos meios de comunicação, assim, logo deixaria de ser uma novidade para se incorporar às dimensões da sociabilidade esportiva. A *Revista Placar* trazia toda semana as dicas para as melhores apostas, mostrando a situação dos clubes envolvidos no concurso, as rádios (Bandeirantes e Tupi, entre outras) acompanhavam de forma direta os jogos pertencentes ao “teste da semana”.

Exemplos desse apelo midiático podem se vistos nas páginas esportivas do jornal *O Estado de São Paulo* quando aparecem as chamadas da Rádio Bandeirantes convocando os torcedores a ouvirem a transmissão do jogo principal da rodada e acompanharem o andamento dos jogos da loteria esportiva: “Futebol é com a Bandeirantes: Palmeiras X Portuguesa e ainda todos os jogos da loteria com o escrete do rádio” (*O Estado de São Paulo*, 8/08/1971). De certo modo, a loteria expande o prazer pelo futebol ao instituir um regime de apostas que poderia ser feita mesmo à revelia do engajamento aos fundamentos do esporte, se aposta por prazer, para ficar rico.

Como ressaltamos, *Placar*, em suas edições, dedica várias páginas para enfatizar a situação dos clubes, os últimos resultados e até as possíveis “zebras”.<sup>41</sup> Abaixo seguem algumas manchetes de *Placar* incentivando o torcedor a fazer suas apostas: “Loteria – Informes exclusivos da Europa” (12/12/1972); “Loteria – 13 dicas” (12/02/1973).

---

<sup>41</sup> Zebra consiste numa categoria nativa muito utilizada para explicar um resultado inesperado, seria o predomínio da sorte, domínio do jogo, sobre o desempenho esportivo, ou ainda, é como se a dimensão do jogo englobasse o desempenho esportivo.

Portanto, observamos acima que a imprensa esportiva destinava uma ampla cobertura à loteria esportiva, diferentemente do que acontece nos dias atuais, sobretudo porque a importância estratégica que se atribuía à captação de recursos vindos do engajamento voluntário torcedor era crucial e se adequava a moldura institucional do futebol profissional da época, que de maneira muito pronunciada tinha no torcedor uma fonte de renda das mais significativas. Atualmente e com a maior ingerência dos meios de comunicação, notadamente as televisões, esse papel torcedor ficou bastante minimizado, quer dentro do estádio, quer fora. Ao torcedor-consumidor ou de poltrona estão destinados outros apelos consumistas, além disso, as loterias e os jogos de azar institucionalizados se multiplicaram e rivalizam com a esportiva.

Dentro dessa perspectiva, e segundo o decreto lei 423, de janeiro de 1970, a divisão do montante arrecadado nos concursos da loteria esportiva seria assim distribuída: 40% para a Legião Brasileira de Assistência (LBA), 30% para o Fundo de Alfabetização e 30% para o Desporto Nacional.

Em princípio a CBD não gostou desta distribuição, lembrando que o governo ficaria com 70% do volume arrecadado, pois a LBA e bem como o Fundo de Alfabetização pertenciam a esfera governamental. (*A Gazeta Esportiva*, 23/01/1970). Ao questionar o Ministro de Educação e Cultura, a CBD recebe como resposta que este é um problema para o Congresso resolver.

Em fevereiro, em meio a esta discussão, os clubes paulistas decidem colaborar com a loteria esportiva argumentando que a mesma poderia trazer bons resultados para o desporto brasileiro. Passado um ano de implantação da loteria esportiva, ficou decidido que os clubes seriam incorporados à sua receita, ou seja, receberiam um percentual por participarem dela.

Tal como exposto acima, portanto, e pela maneira como era distribuída a riqueza vinda da loteria ficava patente o interesse do governo em capitalizar recursos utilizando o futebol. Destaca-se neste período a vitória do selecionado na copa do mundo, o que multiplicava ainda mais a adesão e a mobilização torcedora pelo futebol. Portanto, a viabilidade de um campeonato nacional estava atrelado às condições de maior engajamento torcedor numa permanente mobilização e disposição para o jogo nas suas várias feições (a

competição esportiva em si e a competição pelo enriquecimento rápido), por um lado, e de uma política de captação legal de recursos que sustentasse parte desse arranjo, e a loteria esportiva foi um projeto institucional que atendia a essas demandas.

### **2c. 1971: começa o *Nacional***

No dia 7 de agosto de 1971, São Paulo *versus* Grêmio jogam no Morumbi, dando início às disputas do *Nacional*, que já perdura mais de 30 anos, tendo neste período recebido vários nomes, como por exemplo, “Taça de Ouro” (1980 a 1985), “Copa União” (1987). Entretanto, no início dos anos 70, tal campeonato era conhecido como Campeonato Nacional. Embora o nome deste torneio abrange a totalidade do território nacional na verdade contou em sua primeira edição, como mencionamos, com a presença de apenas 8 estados<sup>42</sup>.

Um dos apelos para que se tivesse o *Nacional*, era que ele seria a salvação financeira dos clubes. Passados 6 meses da criação do novo torneio, precisamente em 6 de agosto de 1971, o jornal *O Estado de São Paulo* trazia declarações de dirigentes de vários clubes que reforçavam essa expectativa, conforme transcrevemos abaixo:

“-O Campeonato Nacional vai ser a salvação financeira do Bahia” (diretor do E. C. Bahia)

“- O Campeonato Nacional é a única salvação dos clubes, pois a torcida não se motiva mais com decisões regionais.” (diretor do Clube Atlético Mineiro)

“- Com essa nova estrutura, dificilmente teremos prejuízos.” (diretor Sport Clube Recife)

“- Creio que teremos lucro, como vem acontecendo desde 1967, quando fomos convidados pela primeira vez.” (Carmin Furiato, diretor do Cruzeiro)

“-Só mesmo um Campeonato Nacional para acabar com as dificuldades financeiras”. (Vadi Helu, diretor do E. C. Corinthians).

Como está evidente nas declarações de alguns diretores, o *Nacional* chega para salvar financeiramente os clubes, essa era a grande expectativa e esperança de quem iria

---

<sup>42</sup> Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Pernambuco.

participar dessa primeira edição. Somente o diretor cruzeirense lembra que desde 1967 é certo o lucro, os demais se mostram esperançosos em obter a tão sonhada salvação financeira.

Enquanto o *Nacional* era para a CBD e federações uma alternativa para a demarcação de espaço político para os clubes, numa visão mais imediatista, consistia numa espécie de “galinha dos ovos de ouro”.

Embora o calendário da competição em sua primeira fase fosse apertado com jogos às quartas, quintas, sábados e domingos, gerando reclamações de alguns clubes, principalmente cariocas, essa etapa do campeonato transcorreu sem muitos percalços até à última rodada.

Como previsto no regulamento, classificariam dois quadros pelo critério renda, e alguns clubes, para alcançar tal meta, através de alguns torcedores que desfrutavam de uma boa condição financeira, compram ingressos para serem distribuídos aos demais torcedores. O exemplo destacado deste fato ocorreu no confronto entre Vasco e Palmeiras, em que comerciantes e industriais vascaínos compraram uma grande quantidade de ingressos para distribuir aos seus funcionários.

Porém, alguns clubes, sentindo-se prejudicados, reclamaram e pediram punição para a equipe cruzmaltina. Mas ao que parece a prática era mais recorrente e a revista *Placar* lembrava que também outras equipes valiam-se do mesmo expediente, tais como Internacional do R. S., e o E, C, Bahia. Sobre esse assunto, o artigo 11 do regulamento dizia o seguinte:

“No caso de prova ou indício de que uma renda bruta de uma partida seja produto de expediente com objetivo meramente classificatório de uma determinada associação, pode a CBD deixar de computá-la em favor dessa associação.” (*Placar*, setembro de 1971).

Ainda segundo a revista esportiva, nesta mesma edição, o regulamento gerava uma dupla interpretação, uma vez que se a renda era um critério de classificação incluído no regulamento não podiam ser colocados sob suspeito os meios de obtenção dessa renda.

Desse modo, o critério renda fora incluído no regulamento para garantir justamente a participação das equipes de massa na fase posterior do *Nacional*, o que assegurava o seu

sucesso antes mesmo da proclamação dos resultados (meritocráticos e financeiros). Como o regulamento garantia dois clubes por chave através desse critério, a atitude de alguns clubes não feriam o regulamento, pois se não era possível obter a classificação pelo critério técnico, buscava-se tal objetivo através de outro, neste caso estar entre os dois de melhores rendas.

A CBD é alvo de pressões por todos os lados (inclusive dos clubes classificados pelo critério técnico) para que se procedesse a mudança no regulamento. João Havellange e Antonio do Passo mostram-se irredutíveis às pressões vindas de alguns clubes, federações e até de pessoas influentes do meio político. Laudo Natel<sup>43</sup> telefonou para o presidente da CBD pedindo medidas saneadoras para a questão. Da Bahia, Havellange recebe o telefonema do governador Antonio Carlos Magalhães<sup>44</sup> que pedia ao dirigente da CBD para não frustrar as expectativas do torcedor da Bahia.

Cercado por todos os lados, a CBD vê-se obrigada a ceder às pressões e finalmente modifica o regulamento do *Nacional* em 1971. Com essa modificação, o critério renda é abolido, e assim classificariam-se somente pelo critério técnico. Conforme o regulamento, as equipes do mesmo grupo jogariam entre si, mas devido à modificação implementada, todas as equipes passavam à segunda fase, e nesta os clubes do Grupo A enfrentariam as equipes do Grupo B. No antigo regulamento classificavam-se 5 equipes, agora com as alterações passa à outra fase as 6 melhores classificadas por série.

As 12 equipes classificadas para a fase seguinte seriam divididas em 3 grupos com 4 cada, divisão esta que seria feita conforme critérios da CBD. Passavam a fase final apenas os campeões de cada grupo, que disputariam através do triangular em turno único.

Dessa forma, o primeiro campeonato, de seu início em fevereiro até setembro, conviveu com 3 fórmulas diferentes de disputa e classificação, prevalecendo esta última que atendia aos critérios mais técnicos ou meritocráticos baseados no desempenho.

---

<sup>43</sup> Governador paulista 1971-1974.

<sup>44</sup> Governador baiano 1971-1974.

## 2d. Um balanço do primeiro campeonato *nacional*

Enfatizamos nas etapas anteriores desse trabalho os preparativos e o desenvolvimento do *Nacional-71*, mostrando as amarras políticas que vão desde os critérios diferenciados de participação dos clubes até as modificações na forma da disputa. Nesse tópico acrescentaremos alguns detalhes que cercaram a primeira edição desse campeonato.

Primeiramente abordaremos a arbitragem, questão sempre polêmica, que cerca qualquer atividade esportiva. Nesta primeira edição não faltaram juízes que foram agredidos ou mesmo tiveram que saírem escoltados dos estádios, fato corriqueiro mesmo num estágio onde a consolidação das regras e sua observância estão respaldadas por instituições como a FIFA ou a *International Board*<sup>45</sup>.

Havia uma polêmica em relação ao trio de arbitragem: o árbitro principal de cada partida deveria ser “neutro”, quer dizer, não ser morador nos estados dos times envolvidos, já os auxiliares, os “bandeirinhas”, poderiam ser oriundos dos estados onde estavam sendo disputados os jogos. Para solucionar o problema, apresentava-se como sugestão que todo o trio de arbitragem fosse “neutro”. Ficou valendo que a partir do segundo campeonato (1972) todo o trio deveria ser "neutro".

Pelo regulamento era permitida a transmissão pela TV direta ou em vídeo-tape para as localidades onde não estariam sendo realizados os jogos pelo *Nacional* naquele horário. A apresentação de vídeo-tape aos domingos somente era permitida após as 22 horas, e nos meios de semana 1 hora após os jogos, ou seja, por volta das 23 horas. Estava sendo estudada uma maneira para que as transmissoras de TV pagassem pela transmissão dos jogos, pois lembramos que as mesmas podiam transmitir desde que pedissem autorização à CBD, a taxa cobrada era simbólica se compararmos aos preços atuais. Esse dado só corrobora a interpretação da centralidade em relação ao papel atribuído aos torcedores e o lugar economicamente estratégico que assumiam nessa configuração nacionalizada de disputa no domínio do futebol profissional.

O outro detalhe a ser observado na primeira edição do *Nacional* foi a baixa média de gols em relação aos últimos anos em que era disputada a Taça de Prata. Em novembro

---

<sup>45</sup> . Mas há que se notar que a arbitragem consiste num dos últimos redutos de amadorismo no futebol. A regulamentação da profissão de árbitro ainda é matéria de discussão e polêmica.

de 1971, *Placar* questiona o medo dos técnicos em perder e ainda lembra que em relação a 1970 poucas equipes mantiveram seus técnicos e que mesmo durante o campeonato algumas equipes já haviam substituído seus técnicos (caso do Ceará e Sport Recife). Como hipótese para se pensar essa queda poderíamos aventar que, pela primeira vez, e de forma continuada, estavam sendo colocados à prova estilos e regionalismos em confronto, o que implicava num número maior de jogos “fora de casa”, acarretando na atitude de cautela ante possíveis derrotas<sup>46</sup>. Jogar “fora” de casa já tornavam as partidas, por princípio, desiguais, embora sempre se saliente o caráter universal e igualdade das disputas e competições esportivas.

Simultaneamente às disputas do Primeiro *Nacional*, a CBD promove um campeonato procurando acomodar os estados não indicados, denominado “Campeonato Nacional da Primeira Divisão”<sup>47</sup>. Este torneio para diminuir custos foi regionalizado, mas a CBD não apoiou de forma clara as disputas do mesmo. Os clubes que desejassem disputá-lo eram obrigados a cobrir os seus custos, o que diferentemente acontecia no outro campeonato, em que através do apoio do governo federal ao conceder subsídios em transportes e hospedagens os 20 maiores clubes do país tiveram que se preocupar menos com os custos da logística.

Em outubro de 1971, *Placar* faz um raio-x desse campeonato, mostrando a precariedade em que os clubes se encontravam, viagens longas e cansativas, sejam feitas de trens ou ônibus, estádios inadequados, rendas fracas com público inexistente, mas, mesmo assim, a CBD não abria mão da taxa de 5 % a que tinha direito dos jogos interestaduais.

Alguns clubes, para poder disputar o campeonato, recebiam algum apoio de sua federação, como por exemplo, ocorre com a Ponte Preta de Campinas, que teve suas viagens pagas pela FPF, que também deixou de cobrar a taxa de 5 % que teria direito nos jogos realizados em Campinas.

Estava previsto no Artigo 9º deste campeonato “paralelo” que a CBD levaria em consideração o título de campeão para convidar a equipe vencedora para disputar o

---

<sup>46</sup> Para uma análise estatística interessante que demonstra o caráter assimétrico de se jogar “dentro” ou “fora” de casa consultar Gláucio Ary Soares (1990) no texto “A vantagem do time da casa”.

<sup>47</sup> Ressaltamos que o campeonato que envolvia os clubes grandes era denominado “Campeonato Nacional de Clubes Divisão Extra”.

*Nacional* em 1972. Mas, na verdade, o que a equipe campeã ganhou mesmo foi o troféu e um diploma, somente<sup>48</sup>.

Mas, mesmo assim, o presidente do Vila Nova mineiro, Fernando Martins, queria reunir todos os clubes desse campeonato para pressionar a CBD e garantir o acesso da equipe campeã no próximo *Nacional*, algo que já ocorria nos campeonatos estaduais nos sistemas de acesso e descenso. Pressão que se mostrou infrutífera, pois a CBD nada definia, pois ainda estavam sendo feitas as costuras políticas e nem mesmo a entidade havia definido o número de participantes do *Nacional* de 1972.

As comparações entre os regionais e o *Nacional* não faltaram. *Placar* (11/1971) ressaltava a rivalidade permanente promovida pelos regionais, que emulava grande euforia e permanente disputa entre torcedores, cotidianizando o futebol como assunto, o que ocorria em menores proporções no *Nacional*, onde as disputas eram mais selecionadas e esporádicas e, de fato, ainda não havia rivalidade entre muitos times que se enfrentavam. Em relação as distâncias, percorria-se muito menos nos estaduais, exceção talvez no Estado de São Paulo, o que pesava a favor dos estaduais. No entanto, no *Nacional* existia a possibilidade de um maior equilíbrio mas incerteza em relação aos resultados entre as equipes participantes, pois havia, no mínimo, 12 equipes que poderiam chegar ao título, enquanto que nos estaduais, no máximo 4 equipes brigariam pelo título, no caso de São Paulo, ou apenas 2 equipes em muitas outras praças esportivas, tais como no RS<sup>49</sup>.

Na opinião do presidente corintiano, Miguel Martinez, iria demorar de 3 a 4 anos para que os dirigentes compreendessem a importância do *Nacional* e que era mais importante conquistar esse título do que ser o campeão estadual.

Na seqüência desse balanço do primeiro Campeonato Nacional, *Placar* enaltece a iniciativa da CBD em organizá-lo, mas aponta alguns erros, conforme veremos a seguir.

A primeira falha, como vimos, foram as constantes mudanças no regulamento, acontecidas durante as disputas, tendo o critério renda sido o alvo principal das críticas. O

---

<sup>48</sup>O campeão foi o Vila Nova de Nova Lima (MG).

<sup>49</sup>Elias (1992) aponta a “incerteza” como um dos aspectos fundamentais na consolidação dos passatempos e divertimentos *esportificados* ao longo do processo civilizatório. Tal incerteza coaduna com o jogo social amplificado observado em outras esferas, tais como na política e na economia: incerteza nas disputas entre iguais nos regimes políticos modernos, incerteza na esfera do mercado econômico, características típicas das sociedades assentadas no individualismo.

calendário foi apertado, com as equipes obrigadas a fazer 2 jogos por semana, colocando os jogadores expostos a freqüentes desgastes e contusões pois não havia tempo para a realização de treinamento adequado que os condicionassem a essa nova modalidade de competição. Para piorar a situação dos clubes, a CBD já trabalha com a hipótese de realizar o Nacional de 72 com 24 clubes, apertando ainda mais o calendário, e para *Placar* o ideal seria 1 campeonato com pontos ganhos realizado em 2 turnos.

Ainda em relação aos critérios de disputa, no final de 1971 foram apresentadas diversas outras, que poderiam ser testadas em 1972, das quais destacamos 2:

A Federação Paulista sugeriu que os clubes fossem divididos em 3 grupos com 8 equipes, classificando-se as 2 melhores de cada um, e as 6 equipes restantes disputariam o turno final. Uma outra fórmula apresentada seria a realização de uma fase classificatória sem a presença dos times grandes, que somente entrariam na fase posterior. No entanto, estávamos em dezembro, e o segundo *Nacional* estava previsto para ter seu início em setembro de 1972, o que protelou qualquer decisão por parte da CBD.

Neste contexto, um outro tema discutido era a duração do campeonato que, para alguns dirigentes mineiros e gaúchos, deveria ficar em 8 meses e alguns deles chegaram a defender o fim dos estaduais. Porém, outros dirigentes, como os da Portuguesa, Santos, São Paulo e Cruzeiro defendiam um campeonato de no máximo 4 meses, argumentando que um campeonato poderia cansar o torcedor. O Fluminense sustentava uma posição ainda mais diversa, defendia um campeonato com apenas 2 meses de duração, proposta essa amplamente criticada pelos demais clubes por razões óbvias já expostas aqui, ou seja, a necessidade de mobilização permanente dos torcedores como geradores dos recursos dos clubes. Uma outra demanda levantada foi a de que a Loteria Esportiva deveria destinar uma verba ainda maior para os clubes.

Para que o Campeonato *Nacional* obtivesse sucesso *Placar* enfatiza que seria preciso que se montassem bons times, regulamentos mais claros que não apresentassem interpretações ambíguas, tabelas bem feitas sem prejuízo de nenhum participante, com um calendário melhor preparado possibilitando que os clubes treinassem evitando contusões dos atletas. Esses fatores poderiam estimular ainda mais os torcedores a comparecer aos estádios, propiciando com isso grandes arrecadações. De qualquer forma, o modelo

assentado nos torcedores como arrimo econômico permanecia inalterado, bastando ajustar e melhorar as condições para ampliar a participação enquanto consumidores desse futebol.

Lembrar que as primeiras investidas contra esse modelo sustentado numa certa passividade consumista dos torcedores partiram de grupos de torcedores que se organizaram em pequenos nichos, tal foi o exemplo pioneiro dos Gaviões da Fiel, que reivindicavam uma participação mais efetiva no domínio do futebol, tanto local, clubístico, quanto em outras instâncias decisórias. Os jornais de época mostram com que veemência muitos dirigentes tentaram inibir essas associações<sup>50</sup>.

O presidente do Clube Regatas Vasco da Gama, Agatino Silveira, enalteceu a importância do governo ter subsidiado as passagens aéreas e as hospedagens, pois sem esse recurso certamente os clubes teriam prejuízo. Devido aos grandes jogos realizados em suas casas, os diretores do Ceará e Sport Recife comemoram, pois garantiram o pagamento de sua folha.

Do ponto de vista dos jogadores, houve uma certa aprovação do primeiro *nacional*. Exemplo dessa acolhida da parte dos jogadores era o conhecido Gerson (jogador da seleção e do São Paulo) que defendia a extinção dos estaduais. César (centro-avante do Palmeiras) destacava a importância de tornar-se conhecido em outros centros, o que certamente ampliava as possibilidades de emprego e visibilidade, ressaltando que era melhor viajar 6 horas de avião do que 5 horas de ônibus, além do aumento das premiações por jogo.

\*\* \*\* \*

Como vimos, o Campeonato Nacional foi disputado pela primeira vez em 1971, mas já vinha sendo engendrado desde os anos 60. Até 1966 a única competição em âmbito nacional era a Taça Brasil, onde as equipes paulistas e cariocas tinham contato com outros centros, principalmente com Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que estavam em plena evolução. Não demorou para as equipes fora do eixo Rio-São Paulo terem o seu destaque, vide o título da Taça Brasil do Cruzeiro em 1966. No ano seguinte, a CBD convida equipes

---

<sup>50</sup> Sobre a formação de essas torcidas consultar, entre outros, Toledo (1996)

de outros estados para se juntarem a paulistas e cariocas, disputando assim a Taça de Prata ou “Robertão”.<sup>51</sup>

Aparentemente e em termos mais formais o que acontece em 1971 foi apenas a mudança do nome do campeonato e o convite estendido a 3 equipes, completando o número de 20 participantes, pois no antigo campeonato contava-se com apenas 17 participantes. A própria CBD reconhecia, quando Antonio do Passo afirmava em fevereiro de 1971 que o *Nacional* seria um “Robertão” ampliado, ou seja, trocava-se o nome, mas o campeonato seria praticamente o mesmo.

Mas nesse mesmo ano o país colhia os frutos do milagre econômico, investia em mega-obras, como a transamazônica e a ponte Rio–Niterói, onde cada conquista era amplamente valorizada pelo governo militar. E o tricampeonato não deixou de ser valorizado, pois nesse contexto, em recepção aos campeões mundiais, o Presidente Médici proferiu uma frase que exemplifica muito bem o valor da conquista e a importância do futebol para o país:

“- O sucesso da seleção é o simbolismo do progresso do Brasil”. (A Gazeta Esportiva, 24/06/1970).

Para além de uma mudança formal ou estritamente concernente ao domínio esportivo, os nomes “Taça de Prata” ou mesmo “Robertão” não coadunavam com o espírito e o simbolismo que cercava o nacionalismo vigente patrocinado pelo regime militar, pois soavam mesmo como algo jocoso ou pejorativo. Com a troca de nome para Campeonato Nacional, ou simplesmente *Nacional*, valorizava-se o sentido mais amplo da importância e centralidade assumidas pelo futebol, embora em sua primeira edição tenha contado com a presença de apenas 8 estados.

Embora este primeiro campeonato ainda não tivesse sido iniciado, a CBD já planejava aumentar o número de participantes no ano seguinte, e mesmo em 1971 Havellange em suas viagens faz promessas, principalmente para Alagoano, Sergipanos e Amazonenses. Essa aparente nova estrutura de favores nitidamente fortaleceu Havellange, candidato a presidente da FIFA.

---

<sup>51</sup> Lembramos que o Torneio Rio - São Paulo já era denominado Roberto Gomes Pedrosa e devido à sua ampliação em 1967 tal competição ganha esse aumentativo.

Como vimos, para os clubes o *Nacional* foi considerado a salvação financeira pois, como já observado nesse trabalho, no ano de 1971 os clubes estavam passando por grandes crises financeiras, federações sem condições de organizar campeonatos, e a novidade parecia ser a solução de tudo. Lembramos que boa parte das equipes convidadas para o primeiro *Nacional* já participava da Taça de Prata.

Certamente os clubes não teriam como cobrir os custos com o *nacional* e para ajudá-los a CBD conseguiu que o governo federal subsidiasse certos custos logísticos, tais como as passagens e os gastos com hospedagens. Tal atitude era uma maneira de diminuir possíveis prejuízos, porém para os clubes de porte médio acabou sendo um campeonato lucrativo.

Portanto, o primeiro *nacional* foi uma experiência inovadora, que lançou o futebol brasileiro por novos caminhos, descortinando e amplificando no domínio esportivo velhas práticas políticas. Em 1972 João Havellange estava em plena campanha para presidência da FIFA e, no âmbito local, tomava todos os cuidados para não perder espaços políticos que pudessem obstaculizar seu projeto pessoal. Portanto, sua atitude durante os anos de 1971 a 1973 seria a de prometer, em visitas realizadas em alguns estados, que os mesmos seriam contemplados no *nacional*. Vivenciava-se a plena expansão do campeonato.

Mas para equacionar o fluxo da demanda, Havellange, adiando a inclusão de muitos Estados, impôs certas restrições “técnicas”, entre elas a necessidade de construir estádios compatíveis com a grandeza do *nacional*. Esta é uma das questões contempladas no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2 - Racionalidade ou carisma?

**Primeira Parte: a lógica das influências** (1. o *nacional* de 1972: aspectos organizativos e a dinâmica das influências políticas; 2. a ampliação do *nacional*; 2a. a *segunda vaga*; 3. normas e regulamentos do *nacional* de 1973)

**Segunda Parte: João Havellange** (4. o *nacional* de 1974 e o fim da “era Havellange”; 4a. a transição na CBD; 4b. 1975: primeiro campeonato nacionalizado sem Havellange; 4c. João Havellange: um breve perfil)

## Primeira parte: a lógica das influências

### 1. O *nacional* de 1972: aspectos organizativos e a dinâmica das influências políticas

Em 1971 os amazonenses ficaram frustrados por não terem sido convidados a participar do primeiro *nacional*, e não pouparam esforços para garantir a presença no ano 1972, expediente seguido por outros Estados, conforme veremos neste tópico. João Havellange estava em plena campanha para presidência da FIFA e sua atitude durante os anos de 1971 a 1973 foi prometer, em visitas realizadas a várias regiões, a presença no certame. É dentro dessa lógica e negociação que podemos inserir a escalada na construção de estádios no Brasil, recurso que Havellange lançava mão como um mecanismo para conter uma ávida demanda<sup>52</sup>. A vaga viria se determinadas condições fossem cumpridas e a obtenção de um estádio estava entre tais exigências. Tal estratégia mostrou-se muito interessante para Havellange, pois transferia o ônus do ingresso no *nacional* aos próprios Estados, e como o ritmo das construções era desigual, garantia um tempo e uma margem de manobra confortável, garantindo um consenso em torno de seu nome.

Mais uma vez o calendário em 1972 estava exíguo, com os estaduais sendo disputados no primeiro semestre e início do segundo e em julho as disputas da Taça Independência (popularmente conhecida como Minicopa), confinando o *nacional* aos últimos três meses do ano. A CBD jogava com a incerteza em relação ao número de equipes que participariam do campeonato.

*Placar (Fevereiro de 1972)* de janeiro trás uma ampla reportagem mostrando a situação falimentar dos clubes, focando, sobretudo, as dívidas com o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). A série de reportagem mostra que apesar dos clubes renegociarem as suas dívidas acabavam não cumprindo com os acordos. Outro alerta feito pela revista era de que o dinheiro do fundo de garantia não estava sendo depositado e quando o jogador precisava usá-lo era surpreendido, pois nada tinha na sua conta. Algumas

---

<sup>52</sup>No período de 1968 a 1973, a economia mostrava um bom desempenho, apresentando altos índices de crescimento. Isso foi possível devido à colaboração dos fatores internos e externos. Nesse momento, a classe média aproveita a oportunidade para não somente financiar aparelhos de TV, mas também carros, casa própria, entre outros bens. O momento também era propício para a realização das mega obras tão conhecidas que marcaram o período, tais como a ponte Rio-Niterói e a Rodovia Trans-Amazonica.

providências estavam sendo colocadas em prática como penhoras de renda e patrimônio. Na matéria publicada em 28 de janeiro de 1972 o fiscal do INPS trazia a seguinte questão: “Por que o Flamengo tem dinheiro para contratar Paulo César, mas não tem para pagar o INPS?”. Os clubes mineiros, argumentando que começariam “do zero” e não atrasariam seus compromissos com o órgão governamental, propunham o simples perdão da dívida, proposta levada ao próprio presidente Médici.

Nos regionais repetiam-se as reclamações, em alguns Estados, os times grandes ameaçavam até mesmo não disputá-lo, preferindo os jogar amistosos no exterior. No Paraná, para evitar que a maioria dos clubes ficasse muito tempo inativo, o campeonato regional de 1972 começaria em outubro de 1971.

Mas no *nacional* de 1972 já eram certas as presenças de um representante de Alagoas, outro do Amazonas, com a Bahia ganhando uma segunda vaga. No Amazonas restava saber quem seria o representante. Aventou-se até mesmo formar uma seleção estadual, proposta que partiu da própria federação, o que evidentemente contrariava o interesse dos times mais tradicionais, tais como o Esporte Clube Nacional, um provável indicado.

O primeiro objetivo de Alagoas era garantir que receberia alguns jogos da Minicopa. Após isso o próximo passo era garantir um representante no *nacional*, fato consumado durante a temporada de 1971. Ainda no início de 1972 havia a ameaça de perder a vaga devido à falta de uma infra-estrutura para receber os grandes jogos: falta de hotéis, campos para treinamentos, entre outros. Mas num esforço conjunto das forças políticas e da imprensa garantiram a disputa da vaga entre os três maiores clubes do Estado: CSA, CRB e CSE, embora a CBD, já em abril, sinalizasse sua preferência pelo CRB. No Estado do Sergipe a vaga contava com o apoio explícito do governador que, por meio de inúmeras reuniões com o próprio Havellange, garantiria um lugar no *nacional*. Como a Bahia havia conquistado a sua segunda vaga, contemplando os seus dois maiores times (E. C. Bahia e Vitória), Pernambuco tentava ampliar para três o seu número de participantes.

No Paraná reivindicava-se também uma segunda vaga, mas tal pedido foi condicionado ao término da construção do estádio Pinheirão, que naquele momento estava com suas obras atrasadas, dificilmente concluídas em 1972. Com o objetivo de indicar um

representante, Santa Catarina igualmente prometia, por intermédio de seu governador, a construção de um estádio e na tentativa de antecipar tal demanda o clube Figueirense reforma seu estádio. Para confirmar a vinculação do estádio à vaga, João Havellange em visita àquele Estado da federação explicitamente afirma: “governador, construa o estádio que eu garanto a vaga” (*Placar*, 8 de Fevereiro de 1973).

É preciso frisar, mais uma vez, que esta era a forma mais cautelosa que João Havellange utilizava para adiar as expectativas de um Estado garantir sua presença no Nacional. Nota-se que pouco importavam os critérios técnicos competitivos tidos como universais do conceito de esporte, aqui falava mais alto um discurso fisiológico. Um exemplo desse fato é a atitude do Clube do Remo que, ao reformar seu estádio, esperava sua indicação. Para os brasilienses<sup>53</sup> Havellange fizera a mesma promessa garantindo a vaga desde que tivessem um estádio.

O torcedor potiguar que já havia sido contemplado com jogos da Minicopa aguardava ansiosamente por sua vaga, argumentando já ter estádio e o mesmo ser utilizado em competição internacional. Em Goiás Havellange faz duas promessas: o estádio seria inaugurado com o jogo da seleção brasileira e o brinde seria dado com a vaga garantida no *Nacional*. Porém, as vagas não foram conseguidas, pois a CBD definiu em 26 o número de participantes do *Nacional* de 1972. Essas vagas seriam confirmadas somente para o campeonato de 1973.

O time do Ceará, por ter participação já garantida na segunda edição do *nacional*, enfrentava o protesto de outros clubes que reivindicavam a obtenção da vaga por critérios mais técnicos e universalistas, ou seja, o campeão estadual. A federação cearense pede a CBD que cumpra o acordo, pois alguns clubes, como por exemplo, o Fortaleza, ameaçava participar do regional com um time juvenil. A entidade máxima do futebol brasileiro sinaliza cumprir a proposta da federação cearense. Paraná objetivava o mesmo critério de indicação, ou seja, o campeão estadual escolhido para a próxima competição, pois se sabia que o clube paranaense preferido da CBD era o Coritiba.

---

<sup>53</sup> Entre os anos de 1980 e 1986, quando o Campeonato Brasileiro indicava clubes por critérios técnicos advindos dos certames regionais, sempre um clube brasiliense participou, como, por exemplo, o Sobradinho (DF) e o Taguatinga (DF). Em 1998, o Gama, após 12 anos de ausência de um clube candango, conquista o direito de participar novamente do brasileiro após vencer a segunda divisão do brasileiro (*Placar*, 1999).

Entretanto, o próprio regulamento, mais precisamente em seu artigo 3º, impunha os obstáculos no cumprimento dos critérios mais meritocráticos em relação aos campeões regionais garantirem suas vagas para o *nacional* de 1972. Para melhor compreender a situação extraímos o seguinte fragmento em Placar: “O campeonato será disputado pelas associações escolhidas anualmente pela diretoria da CBD” (*Placar*, 3 de julho de 1972).

Ainda na edição de 3 de julho de 1972 a Revista Placar publica a lista contendo os 26 convidados da CBD. Foram mantidos vinte participantes da primeira edição mais Sergipe, Vitória, ABC, Remo, CRB e Nacional. O regulamento dividia as 26 equipes em quatro grupos (duas chaves com sete e duas chaves com seis). Procurava-se dividir as equipes de forma regionalizada, mas procurava-se garantir a visita das grandes equipes às regiões norte e nordeste, numa primeira fase. Nota-se aí, na prática, o caráter da integração nacional balizando também o universo esportivo, marca do projeto militar-tecnocrático para o Brasil.

Na outra fase, haveria o confronto dentro das regiões, preservando os clássicos regionais. Para a fase seguinte classificaria as quatro melhores equipes por grupo, as 16 classificadas seriam novamente divididas em 4 grupos dos quais somente o campeão passaria à fase final. A semifinal e final seriam disputadas em uma única partida na casa da equipe de melhor campanha.

Como já enfocado, o calendário brasileiro seria novamente apertado, pois o *nacional* de 1972 teria seu tempo reduzido em relação ao de 1971, sendo que este fora disputado de 07 de agosto a 19 de dezembro de 1971, portanto, um pouco mais de quatro meses ou precisamente 132 dias. No entanto, a segunda edição do *nacional* começaria em 09 de setembro e terminaria em 23 de dezembro, sendo disputado em 103 dias com seis equipes a mais que a edição anterior, portanto, mais jogos para as equipes em curto espaço de tempo<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Esta é uma característica que perdurou por muito tempo no futebol brasileiro e que, da perspectiva de uma sociologia do trabalho, poderíamos observar o maior desgaste e riscos de contusões que os atletas estiveram submetidos. Tais desgastes e precocidade em relação ao término das carreiras futebolísticas acompanharam a moldura institucional conservadora e o baixo nível tecnológico que sustentou o futebol brasileiro até os anos noventa, quando outras formas administrativas, técnicas e científicas foram implementadas, aqui e acolá, em alguns clubes, a propósito Toledo (2000). Mas as discussões sobre a modernização do futebol também permeavam parte da agenda governamental. Em 1971 houve alguns fóruns apresentando propostas para o melhor desenvolvimento do desporto brasileiro. O então ministro Jarbas Passarinho acompanhou essas

Os clubes cariocas criticaram a fórmula apresentada pela CBD, defendendo a realização de uma eliminatória, classificando-se as melhores equipes para se juntarem às grandes. Os mesmos argumentavam contrários às cansativas e longas viagens, jogos em excessos, o que provocaria nos atletas lesões, além de falta de tempo para a realização de treinamentos. Entretanto, enfatizo, a proposta carioca obstacularizaria a idéia de integração por meio do futebol implementada aos poucos pela CBD e embasada no projeto militar de uma grande nação.

Reforçando a preocupação das equipes cariocas, o semanário *Placar* apresentou uma matéria enfocando o grande número de jogadores lesionados, sendo que a maioria delas eram musculares. No entanto, como se nota, os dirigentes pouco se importavam com as condições ideais dos atletas num esporte tido como de alto nível.

Com relação às transmissões dos jogos pela TV foram mantidas as normas de 1971, ou seja, transmissões somente para locais onde naquele horário não estavam ocorrendo jogos. Vale lembrar que até o meado dos anos sessenta, o rádio era disparado o maior veículo de comunicação, enquanto que os jornais e revistas não eram acessíveis devido aos seus custos. A TV chega ao Brasil em 1950, e ainda não estava presente no cotidiano da população brasileira, devido aos índices positivos apresentados pela economia em 1968 o governo colocou em prática um plano de crédito para possibilitar a compra de aparelhos de TV. Por meio dessa iniciativa, em 1970, 40% dos lares brasileiros já tinham um aparelho.

---

discussões e apresenta, em 1972, suas propostas conforme publicação da Revista *Placar* de outubro de 1972. Foram apresentadas as seguintes propostas: a) Os jogadores teriam 20 dias de férias e não poderiam participar de jogos festivos pagos. Após a volta das férias os clubes não poderiam participar de jogos, pois os primeiros 10 dias seriam reservados para treinamento; b) Nenhum profissional poderia jogar mais do que 65 partidas por ano. Tal proposta foi repudiada por alguns clubes, entre eles o Santos Futebol Clube, que ameaçava colocar Pelé somente em jogos amistosos. Para o técnico Zezé Moreira e o diretor são-paulino Manoel Poço, 65 jogos era inaceitável, pois o ideal seria por volta de 85 jogos por ano; c) Criação de um fundo que serviria como assistência para os atletas impedidos de jogar temporariamente ou definitivamente. Os recursos deste fundo sairiam das taxas pagas por emissoras de rádio e TV. Essa proposta causou um amplo debate, pois os grupos ligados ao futebol gostariam que esse dinheiro tivesse outro destino. Para os diretores Manoel Poço (São Paulo) e Felício Brant (Cruzeiro) tais recursos deveriam ser revertidos para os clubes, pois eram eles que pagavam os atletas. Por outro lado, as emissoras de rádio e TV argumentavam que gastavam muito para realizar uma transmissão. Carlos Aimar, comentarista da Rádio Nacional SP defendia uma idéia diferente, afirmando que as emissoras deveriam receber, pois eram elas que divulgam o futebol. Para o ex-atleta Gilmar dos Santos Neves (ex-goleiro do Santos) o jogador deveria receber este dinheiro, pois eram os artistas do espetáculo; d) Somente os profissionais formados em educação física poderiam trabalhar com atletas infantis e juvenis; e) Idade mínima para os infantis seria de 14 anos e a máxima de 18 anos e para os juvenis na faixa

Lembrar ainda que a Copa de 1970 foi a primeira a ser transmitida diretamente para o Brasil e para concretização desse fato o governo federal participou ativamente por meio do Ministério das Comunicações, Embratel<sup>55</sup> e Abert<sup>56</sup>. O governo brasileiro desembolsou ainda 750.000 dólares para garantir o direito de exclusividade de transmissão para o Brasil, sendo o único país a receber as imagens da Copa diretamente na América do Sul.

Mas não foi por falta de tentativas que não ocorreram as “viradas de mesa” na edição deste segundo *nacional*. A lógica da “virada de mesa” coadunava perfeitamente com os expedientes pouco meritocráticos implementados pela própria CBF, característica das organizações em que há pouca autonomia em relação ao corpo burocrático independente das demandas particulares<sup>57</sup>. E.C.Bahia, que estava ameaçado de ficar fora da fase seguinte, tentou, por meio de suas influências políticas, seguir no campeonato. Seus dirigentes argumentavam que, devido às boas rendas em casa, o clube deveria permanecer na próxima fase. Lembramos que, ao contrário de 1971, ano em que era regulamentado o critério renda, este item não fazia parte do regulamento no que se referia à classificação das equipes, mas

---

dos 17 aos 21 anos; f) Para o desenvolvimento do desporto brasileiro o MEC propunha construir uma quadra de basquete, uma de vôlei e uma unidade escolar nos condomínios do BNH (Banco Nacional de Habitação).

<sup>55</sup> Empresa Brasileira de Telecomunicações

<sup>56</sup> Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

<sup>57</sup> Em linhas gerais, segundo os preceitos weberianos, a burocracia é caracterizada pela existência de exercícios definidos, portanto de competências rigorosamente determinadas por leis ou regulamentos. As funções são nitidamente divididas e distribuídas, bem como os padrões de decisões necessários à execução de tarefas correspondentes. Há uma determinada hierarquia, em que os funcionários devem obedecer a uma ordem superior, sendo uma estrutura monocrática e não colegiada, com uma forte centralização. O recrutamento dos funcionários se faz por meio de concursos, o que exige do candidato uma certa especialização, a remuneração é feita por meio de pagamento de salários fixos e ao término de suas funções o funcionário tem o direito de receber uma aposentadoria. Há somente duas maneiras de promoções, por capacidade técnica ou por antiguidade, dependendo da opinião dos julgadores. O cargo deve ser a única ocupação do funcionário, ele não deve se apropriar do cargo, trabalhando desligado dos meios de produção, pois está sujeito às normas disciplinares e ao controle de seu desempenho no exercício de seu cargo. Ao verificar as definições apontadas por Weber, observa-se que a maneira de administrar a CBD (entidade que administra 21 esportes amadores e mais o futebol), não corresponde aos conceitos apresentados pelo autor. Os cargos diretivos da CBD são escolhidos em sua maioria por nomeações, a exceção é a presidência da entidade e seu vice que são eleitos pelos presidentes das federações estaduais. Portanto, não são realizados concursos, mas por outro lado requer dos diretores um certo domínio em leis (esportivas). Para ser indicado a algum um cargo, o candidato deve estar ligado politicamente ao grupo do presidente da entidade. Exemplificando, João Havellange foi eleito presidente da CBD com o maciço apoio dos presidentes das federações estaduais. Para ocupar a direção dos 22 esportes administrados pela entidade, indicou pessoas de sua inteira confiança. Para chegar à presidência da entidade foi fundamental garantir a maioria dos votos dos presidentes de federações. Para manter um domínio de 16 anos, utilizou sua habilidade política fazendo inúmeras promessas e barganhas e trocas. Os funcionários que ocuparam cargos de menor expressão na CBD executavam funções pré-determinadas, ou seja, eram contratados para tais funções específicas, portanto, não estavam garantidas qualquer possibilidades galgar uma carreira na entidade.

sim o critério técnico, onde se classificavam para as fases seguintes as equipes que apresentavam melhor desempenho dentro do campo. *Placar* destacava que tal idéia fracassara, pois os clubes baianos não tinham a mesma influência na CBD que outros grandes, tais como Flamengo, Grêmio ou São Paulo.

No entanto, o campeonato transcorreu sem as “viradas de mesas”, o que não ocorreu na edição de 1971 quando o critério renda foi abolido do regulamento no meio do campeonato, como vimos.

Para amenizar os descontentamentos em relação às equipes que não vinham sendo contempladas com o convite para participarem do nacional nessas duas primeiras edições, organizou-se um campeonato paralelo da primeira divisão (com os times de menor prestígio junto à confederação). Tal iniciativa divisionista não obteve a colaboração da confederação. Para além do caráter aparentemente contestatório de tal certame, o que poderia nos levar a uma crítica da parte desses excluídos em relação à moldura institucional pessoalizada que imperava na confederação, as federações do nordeste acabavam corroborando com tais expedientes conservadores na medida em que reivindicavam junto a CBD os custeios com transportes e hospedagens deste campeonato paralelo da “primeira divisão”.

Não estava garantido que o campeão do então conhecido “torneio da fome” fosse convidado a disputar o *nacional*, e imperava de tal maneira a lógica do favorecimento e fisiologismo que o clube Vila Nova, de Minas Gerais, campeão da edição desse torneio, em 1971, sequer havia sido cogitado a participar do nacional em 1972, enquanto o vice-campeão, o Clube do Remo, um clube de maior prestígio e, digamos, contraprestação dentro da lógica do favorecimento, garantia sua participação pelos caminhos das negociações extra campo. E mesmo assim, com todas as dificuldades, ocorreu o certame em 1972, com o título ficando com o Sampaio Correa, do Maranhão.

Mas retornemos a lógica do favorecimento observando alguns dados relacionados ao *boom* na construção dos estádios. Possuir um grande estádio era sinônimo de poder de troca com a CBD e requisito de acesso ao *nacional*. Porém, já comentamos também que a exigência do estádio foi uma maneira encontrada pela CBD de Havellange de dizer não ou ganhar um tempo na troca de favores em relação aos pretendentes à vaga.

Mas esta troca de favores entre federações e a confederação extrapolava a esfera da política esportiva e engajava outras esferas da moldura institucional brasileira e o que se nota foi que a maioria dos estádios teve um substancial apoio governamental. Por exemplo, o estádio Pinheirão, que foi concluído com o apoio do Estado do Paraná, consumiu CR\$ 1,5 milhão do banco do Estado. Em Teresina, o estádio Alberto Silva, foi construído com o apoio do governo estadual e da Loteria esportiva. Ambos acomodavam mais de 50 mil pessoas.

Alguns estádios ficaram nos projetos, outros não possuíam plantas e, principalmente, sequer eram conhecidas as fontes dos recursos que sustentavam tais empreendimentos. Em Goiás estava sendo planejado um estádio para o ano de 1975 e quando esse ficasse pronto seria inaugurado com um jogo da seleção brasileira. No Acre o futebol estava sendo implantado, mas mesmo assim o governador do Estado anunciava a construção de um estádio para 20 mil pessoas e com uma grande infra-estrutura, como por exemplo, estacionamento e restaurantes. A febre dos estádios alcançou o paroxismo, sobretudo no Recife, com as três grandes equipes reivindicando e planejando grandes monumentos ao mesmo tempo. O Santa Cruz planejava um estádio com capacidade para 80 mil pessoas, o Náutico queria um estádio para 120 mil pessoas e o Sport prometia um estádio coberto. Pelo plano das equipes o primeiro a ficar pronto seria o estádio do Santa Cruz, Sport e Náutico prometiam seus estádios para 1974 (Revista Placar, março de 1972). Na tabela abaixo segue uma lista dos estádios que sediaram jogos da competição nos anos 1970 (Tabela 01).

**Tabela 01 - Particularidades dos estádios que sediaram jogos do campeonato brasileiro nos anos 70.**

<b>Estádio</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>
Aderbal Ramos da Silva (Ressacada)	30.000	Avai F.C.	Florianópolis	SC
Alacide Nunes			Belém	PA
Alberto Oliveira (Jóia da Princesa)	30.000	Fluminense F.C.	Feira de Santana	BA
Alberto Silva (Albertão)	60.000	Governo Estadual doe Piauí	Teresina	PI
Aldo Dapuzzo	15.000		Rio Grande	RS
Alfredo Jaconi	25.000	E.C. Juventude	Caxias do Sul	RS
Antônio Otoni Filho (Cave)	2.500	C.R. Guará	Distrito Federal	DF
Barão de Serra Negra	20.000	E. C. XV de Novembro	Piracicaba	SP
Barão de Serra Negra	17.000		Piracicaba	SP
Beira Rio	50.000	Internacional SC	Porto Alegre	RS

Bento Freitas	25.000		Pelotas	RS
Brinco de Ouro da Princesa	45.000	Guarani F.C.	Campinas	SP
Caio Martins	12.000	Botafogo F.R.	Niterói	RJ
Cícero Pompeu de Toledo (Morumbi)	80.000	São Paulo F.C.	São Paulo	SP
Coaraci da Mata Fonseca	10.000	Prefeitura Municipal de Arapiraca	Arapiraca	AL
Couto Pereira	55.000	Coritiba F.C.	Curitiba	PR
Dr. Francisco de Paula Travassos	36.000	Comercial F.C.	Ribeirão Preto	SP
Eládio de Barros Carvalho (Aflitos)	30.000	Náutico F.C.	Recife	PE
Elmo Cerejo (Cerejão)	30.000	Taguatinga E.C.	Taguatinga	DF
Eng. Alencar de Araripe	25.000	Clube Desportivo Ferroviário	Vitória	ES
Ernesto Sobrinho (Ernestão)	20.000	Joinville E.C.	Joinville	SC
Estádio do Café	45.000	Londrina E.C.	Londrina	PR
Estádio Olímpico	85.000	Grêmio F.P.A.	Porto Alegre	RS
Evandro Almeida (Baenão)	20.000	Clube do Remo	Belém	PA
Francisco Stédile (Centenário)	30.000	Caxias E.C	Caxias do Sul	RS
Germano Crüger (Vila Oficina)	13.000		Ponta Grossa	PR
Godofredo Cruz	25.000	Americano F.C	Campos	RJ
Gov. Prates da Silveira (Silveirão)			Brasília	DF
Governador Ernani Satiro (Amigão)	40.000		Campina Grande	PB
Governador João Castelo	75.000		São Luiz	MA
Heriberto Hulse	30.000	Criciúma E.C.	Criciúma	SC
Ilha do Retiro	50.000	Sport C. Recife	Recife	PE
Índio Condá	15.000		Chapecó	SC
Inhozinho Santos			São Luiz	MA
Ítalo Del Cima	25.000	Campo Grande A.C.	Campo Grande	RJ
Jaime Canet Junior			Maringá	PR
João Guido (Uberabão)			Uberaba	MG
Jonas Duarte	16.000	Anapolina E.C.	Anápolis	GO
José Américo Almeida (Almeidão)	40.000		João Pessoa	PB
José do Rego Maciel (Arruda)	60.000	Santa Cruz F.C.	Recife	PE
José Lancha Filho		Prefeitura Municipal de Franca	Franca	SP
Juca Ribeiro			Uberlândia	MG
Juscelino Kubitschek	20.000	Itumbiara E.C.	Itumbiara	GO
Justiniano de Melo e Silva	12.000	A.A. Colatina	Colatina	ES
Lagoa Nova			Natal	RN
Leonardo Nogueira (Nogueirão)			Moçoró	RN
Lourival Batista (Batistão)	25.000	Governo do Estado de Sergipe	Aracajú	SE
Luiz José de Lacerda (Lacerdão)	25.000		Caruaru	PE
Luiz Viana Filho			Itabuna	BA
Magalhães Pinto (Mineirão)	72.000	Governo do Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG

Major José Levy Sobrinho (Limeirão)	40.000	A.A. Inter de Limeira	Limeira	SP
Marechal Hermes		Botafogo F.R.	Rio de Janeiro	RJ
Mário Alves de Mendonça	20.000	América F.C.	São José do Rio Preto	SP
Mario Filho (Maracanã)	78.000	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ
Moisés Lucarelli	28.000	A.A. Ponte Preta	Campinas	SP
Mourão Filho (Rua Bariri)	18.000	Olaria E.C.	Rio de Janeiro	RJ
Nacional			Brasília	DF
Olímpico Pedro Ludovico	15.000	A.C Goianiense	Goiânia	GO
Orlando Scarpelli	20.000	Figueirense F.C.	Florianópolis	SC
Osvaldo Teixeira Duarte (Canindé)	25.000	A. Portuguesa de Desportos	São Paulo	SP
Otávio Mangabeira (Fonte Nova)	66.000	Prefeitura Municipal de Salvador – BA	Salvador	BA
Palestra Itália	32.000	S.E. Palmeiras	São Paulo	SP
Parque São Jorge (Fazendinha)	14.000	S.C. Corinthians Paulista	São Paulo	SP
Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu)	45.000	Prefeitura Municipal de São Paulo	São Paulo	SP
Pedro Pedrociam (Morenã)	45.000		Campo Grande	MS
Pelezão			Brasília	DF
Plácido Castelo	70.000	Governo do Estado do Ceará	Fortaleza	CE
Pres. Médici			Brasília	DF
Pres. Vargas			Fortaleza	CE
Presidente Médici	12.000		Itabaiana	SE
Proletário Guilherme da Silveira (Moça Bonita)	15.000	Bangu A.C.	Rio de Janeiro	RJ
Raimundo Sampaio (Independência)	18.000	América F.C.	Belo Horizonte	MG
Raulino de Oliveira	25.000	Prefeitura Municipal de Volta Redonda	Volta Redonda	RJ
Rei Pelé			Maceió	AL
Ronaldo Junqueira (Ronaldão)	20.000	A.A. Caldense	Poços de Caldas	MG
Santa Cruz	50.000	Botafogo F.C.	Ribeirão Preto	SP
Santo Rosa	13.000		Novo Hamburgo	RS
São Januário	31.000	C.R. Vasco da Gama	Rio de Janeiro	RJ
Serra Dourada	80.000	Governo do Estado de Goiás	Goiânia	GO
Simões Filho			Salvador	BA
Teixeira de Castro		Bonsucesso F.C.	Rio de Janeiro	RJ
Urbano Caldeira (Vila Belmiro)	22.000	Santos F.C.	Santos	SP
Valmir Campelo Bezerra (Bezerrão)	20.000	S.E. Gama	Gama	DF
Valter Ribeiro		Prefeitura Municipal de Sorocaba	Sorocaba	SP
Vivaldo Lima (Vivaldão)	75.000		Manaus	AM
Willie Davis	23.000		Maringá	PR
Zezinho Magalhães			Jauú	SP

Fonte: CD Rom Revista Placar 2003.

## 2. A ampliação do *nacional*

*“Um jantar fechado exclusivo para os grandes clubes cariocas e paulistas”. Começou assim até convidarem gaúchos, mineiros, baianos, pernambucanos e paranaenses. Com um bom papo, sergipanos, alagoanos, paraenses e amazonenses conseguiram lugar na mesa ainda que ficassem meio de canto. O banquete começou o mesmo. Praticamente poucos trouxeram comida como os baianos e paranaenses e os convidados foram aumentando na base do (se ele entra eu posso entrar). Assim, pulamos de 26 para 30, mais tarde 31 devido a intervenção do governador de Santa Catarina que garantiu o seu representante. Ora, onde come 31 come 36, juntando-se ao banquete o segundo paranaense, o segundo de Amazonas, um de Mato Grosso e um do Piauí” (Placar, 20 de abril de 1973).*

O texto acima exemplifica, de modo jocoso, como ocorreu a ampliação do *nacional* desde o seu nascedouro com o Rio-São Paulo. Quando da criação do primeiro certame, a CBD pode administrar uma pressão ainda desorganizada e atomizada. Já em sua segunda edição, como vimos, a CBD apoiou-se na troca assimétrica de favores entre a posição pessoal de Havellange e as exigências dos grandes estádios. Com este argumento a entidade convenceu os Estados de Santa Catarina, Goiás e o Distrito Federal de que não poderiam ser incluídos no campeonato. Mas em 1973 as pressões tomaram maior sistematicidade, de forma a deixar a CBD em uma posição insustentável a ponto de Antonio do Passo, diretor de futebol do CBD, pedir ao presidente da entidade para não incluir mais times quando o número atingisse 40 participantes.

Porém, as demandas diversificavam-se com o ingresso de outros grupos de pressão para além das federações e colocava em risco a lógica dos estádios como moeda de troca imposta pela CBF, o caso catarinense é revelador.

Santa Catarina sonhava em ter um representante no Nacional de 1972, mas não tinha um estádio adequado. O melhor estádio catarinense era considerado, por muitos, como um dos piores do país. Em fevereiro de 1973, *Placar* publica a reportagem enfatizando um encontro entre o governador catarinense, Colombo Soares e o presidente da CBD João Havellange, que garante a vaga desde que o governador catarinense construísse o estádio. Porém, em março do mesmo ano, quando a CBD finalmente define em 30 o número de participantes, os catarinenses ficam fora, mas a vaga é garantida em abril devido

à intervenção do governador que participou ativamente desse processo. É bom lembrar que dos Estados sulistas, Santa Catarina era o único que não tinha representatividade no *nacional*, mas, politicamente, o papel empenhado do governador nesta ‘costura’ foi fundamental, pois o estádio não foi construído, passando apenas por uma reforma. Garantida a vaga, a briga passava a ser qual equipe representaria o Estado, Avaí ou Figueirense.

O Distrito Federal também pleiteava seu ingresso na competição desde 1972, mas como não foi possível sua inclusão neste ano, pela falta de um estádio, investiu todas as suas forças na reforma e na ampliação do estádio *Pelezão*, de aproximadamente 20 mil para 42 mil pessoas. No entanto, com a publicação da primeira listagem (em março com 30 participantes) sem o representante do Distrito Federal houve uma grande revolta, principalmente com João Havellange, que há muito prometia a inclusão de um clube do distrito federal.

Para a obtenção da vaga houve uma união de líderes políticos e esportivos para pressionar os diretores cebedenses, porém a vaga foi oficializada em maio, sendo que provavelmente a equipe do CEUB<sup>58</sup>, conhecido como academia do planalto, seria o representante distrital.

No Mato Grosso observou-se a disputa entre as cidades de Campo Grande e Cuiabá para a construção de um estádio. Por outro lado, o governador do Estado, José Fragelli e o presidente da federação matogrossense de futebol empenharam-se em garantir uma equipe nesta competição. Para tal finalidade, enviaram um ofício para o presidente da CBD pedindo a inclusão do Estado, argumentando ter estádio e equipes capacitadas a participarem do torneio.

Como em Santa Catarina, a participação do governador do Estado foi importante na obtenção da vaga. *Placar* cita apenas o envio de um ofício, mas não se refere a outros eventos esportivos, mas é bom ressaltar que o Estado recebeu jogos da Taça

---

<sup>58</sup>CEUB: Centro Esportivo Universitário de Brasília.

Independência<sup>59</sup>, tendo Campo Grande como sede das partidas e este fato pode ter colaborado na justificativa de Mato Grosso para oficializar sua vaga.

Em relação ao Estado de Goiás faltava o estádio, anunciado para o ano de 1972 pelas autoridades locais e com o término previsto para 1975. Objetivando apoiar a iniciativa dos goianos, Havellange prometeu inaugurar o estádio com um jogo do selecionado brasileiro e, mais uma vez, a vaga no certame nacional. O que não impediu que, nos bastidores, dirigentes goianos trabalhassem fortemente até a confirmação da oficialização de sua vaga: o Vila Nova (GO) era popularmente mais conhecido e tinha o apoio dos políticos locais, que trabalhavam pela sua indicação. Mas o Goiás tinha a preferência de Havellange, devido o clube ser presidido por um amigo de longa data e, desta forma, a indicação desta equipe tinha seu caminho facilitado.

No Nordeste os maranhenses também não queriam ficar fora da Festa do *nacional*, no entanto, objetivando conseguir seu convite, os dirigentes locais promovem um jantar para João Havellange e assim em maio de 1973 garantiram também sua participação.

## **2a. A segunda vaga**

Para além da inclusão de alguns Estados, outros pleiteavam uma segunda vaga. Na primeira edição do Nacional em 1971, Pernambuco foi o único beneficiado a ter duas vagas, exceto os quatro maiores Estados do futebol<sup>60</sup>. Porém, em 1972 foi a vez dos baianos conseguirem seu segundo representante.

No Paraná, em 1972, a diretoria da CBD condicionava esta segunda vaga ao término do estádio Pinheirão, que estava com o cronograma de obras atrasado. Pretendendo terminar o estádio, os paranaenses fizeram uma parceria envolvendo o governo estadual, que investiu na obra, por meio do Banco do Estado e a federação paranaense, que interveio na conquista de tal financiamento.

Após dois anos de intensa briga os paranaenses foram contemplados com seu segundo participante, o que provocou internamente uma ferrenha disputa entre as equipes do Colorado e o Atlético, pois já era de conhecimento que o Coritiba era o outro indicado

---

<sup>59</sup>Torneio popularmente conhecido como mini-copa, disputado no ano de 1972 para comemorar o 150º aniversário da Independência brasileira.

<sup>60</sup> São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

da CBD. Ao final desta disputa, o escolhido foi o Atlético, provocando uma grande revolta dos dirigentes do Colorado, que ameaçaram abandonar as disputas do regional, ameaça esta deixada de lado devido às graves retaliações de parte da confederação, por exemplo, a sua desfiliação. No processo deflagrado pelos paranaenses por mais uma vaga, cearenses e paraenses também foram contemplados. Por fim, esta luta por mais um representante causou inúmeros problemas para a CBD, pois nos preparativos para 1974, outros Estados mais iriam reivindicar um segundo participante, como veremos mais adiante.

Nos dois maiores Estados da federação, até 1973, eram cinco os representantes, número este obtido pela tradição do torneio Rio-São Paulo, quando ambos os Estados contavam com este número de clubes na disputa da Taça de Prata<sup>61</sup>.

Porém, durante o ano de 1973, sem muita pressão, paulistas e cariocas também garantem os seus respectivos representantes<sup>62</sup>. Em 20 de abril de 1973, *Placar* publica a reportagem especulando que mesmo se o Guarani F.C. fosse o campeão paulista, a equipe não iria participar da terceira edição do *nacional*. Ressalta-se que o clube campineiro fazia uma campanha de destaque no certame bandeirante.

Segundo o argumento da CBD, a indicação de novos representantes destes Estados seria para corrigir possíveis distorções na divisão das equipes em grupos. Antonio do Passo afirmava a importância da inclusão destas equipes (*Placar*, 3 de maio de 1973). O representante carioca seria o Olaria, clube do subúrbio do Rio de Janeiro, lembrando que este já havia sido prejudicado em 1971 por uma manobra dos grandes clubes cariocas para beneficiar o América F.C. conforme apresentado no capítulo anterior.

Nesta mesma reportagem de *Placar*, o argumento apresentado era de que o campeonato anterior fora disputado por 26 equipes, dividido em quatro grupos, sendo dois com sete equipes e dois com seis. Portanto, coube aos diretores cebedenses corrigir a distorção apresentada, igualando o número de participantes distribuídos em quatro chaves de sete equipes, distorção evidenciada no ano de 1972. Mas em 1973 os participantes somavam 37 convidados, abrindo a possibilidade, mais uma vez, a Antonio do Passo indicar mais três equipes, novamente arredondando os números. Os clubes seriam o Olaria

---

<sup>61</sup> Ver Capítulo 1.

<sup>62</sup> Guarani Futebol Clube de Campinas e Esporte Clube Olaria (RJ).

carioca, que desde de 1971 esperava um convite. É preciso mencionar que o referido diretor cebedense torcia para esta equipe, tendo a presidido nos anos de 1960. O outro escolhido era a Desportiva Ferroviária, clube este mantido pela companhia estatal Vale do Rio Doce e, por fim, a equipe paulista, a despeito da celeuma em Placar, seria o Guarani, para não provocar uma diferença de número de participantes entre paulistas e cariocas, pois se mantida uma certa diferença, certamente, a CBD, receberia uma ‘enxurrada’ de críticas.

Mas eram evidentes o desconforto e a cisão que tais escolhas ad hoc instilavam no interior da própria CBD, tal como podemos observar na nota oficial publicada no dia 07 de junho de 1973:

- “Ilmo
  - Sr.Dr. João Havellange (Presidente da CBD)
  - *Estávamos em 36 convidados. No entanto, o desejo de participação manifestado pela maioria dos clubes brasileiros e o propósito de integração Nacional, objetivo maior da competição levaram-nos a 37 convidados (clubes), voltando à apontada distorção.*
  - *Caso Vossa Senhoria entenda, aceita essa proposta (aumenta para 40 clubes, tomamos a liberdade de sugerir também como convidados, para completar o agrupamento de clubes, um do Espírito Santo (Desportiva), um de São Paulo (Guarani) e um do Rio de Janeiro (Olaria).*
  - *Finalmente aceita a nossa proposta, permita-nos sugerir ainda que Vossa Senhoria tornasse público ser definitivamente inalterável o número acima fixado de participantes no campeonato, não apenas para evitar novas distorções, mas, sobretudo, pela absoluta falta de datas para a realização do certame, com a presença de novo número de competidores”.*
- Antonio do Passo (Diretor de Futebol da CBD).*

Mas os debates em torno do número ideal de participantes e a duração do *nacional* jamais foram consensuais. Se, por um lado, o projeto de integração pelo esporte era posto em prática pela CBD, por outro lado haviam dirigentes que propunham um campeonato mais curto (nessa época os regionais ainda eram fortes), tal como a proposta do Fluminense, de realizar o certame em apenas dois meses. Outros dirigentes, tais como o presidente da federação gaúcha, Sr. Hoffmeister, defendia um campeonato nacional com 60 clubes, mas apelava para o caráter mais regionalizado.

Atentemos um pouco mais para os usos diferenciados de critérios que norteavam a inclusão ou não dos clubes nesses nacionais. Embora o expediente do “convite” dominasse

tais critérios, não era suficiente para contentar alguns estados que insistiam em indicar representantes através dos desempenhos meritocráticos.

Pernambuco, em 1971, obteve um representante “convidado”, mas coube ao Estado indicá-lo, priorizando outro critério, a renda (espécie de desempenho financeiro de um clube) no campeonato estadual. O outro representante seria o campeão estadual. No ano seguinte, os indicados neste Estado foram escolhidos (convidados) pela CBD. Já em março de 1973, Placar publica uma matéria enfatizando que a federação pernambucana reivindicava a volta dos critérios meritocráticos, indicando campeão e vice do torneio regional.

Nota-se que o critério por desempenho, de certo modo, atrelava os regionais ao *nacional*, preservando tanto a importância dos regionais, embora muitos fossem deficitários (excetuando o de São Paulo e Rio de Janeiro), quanto o poder local das federações estaduais. Já em outros estados foram escolhidas as equipes mais populares ou aquelas consideradas mais “tradicionais”, seletivas também foi outro critério adotado.

O campeonato nacional pretensamente representava o “moderno” no futebol brasileiro, algo que se afinava aos campeonatos nacionais jogados pela Europa, contrastado ao conservadorismo dos dirigentes locais e seus respectivos campeonatos estaduais. No entanto, tal dicotomia não se verifica, uma vez que as relações tradicionais e os clientelismos foram mantidos, e a idéia do novo campeonato nacional transparecia muito do continuísmo das práticas já há muito adotadas, tal como revelam os inúmeros exemplos dados aqui.

### **3. Normas e regulamentos do nacional de 1973**

De modo geral, as grandes equipes mostravam-se refratárias à expansão do campeonato nacional devido aos argumentos já relacionados neste trabalho, sobretudo o caráter deficitário das rendas dos jogos de longa distância e de pouco apelo para o público. Visando conter tais descontentamentos a CBD dispunha de algumas normas e dispositivos para aplacar tais críticas. As quatro grandes equipes de São Paulo e Rio de Janeiro (Corinthians, Palmeiras, São Paulo e Santos; Flamengo, Fluminense, Vasco da Gama e Botafogo), mais as duplas de gaúchos e mineiros (respectivamente, Internacional e Grêmio; Atlético Mineiro e Cruzeiro) forma alçados a um *status* superior, e assim nos confrontos

fora de seus domínios, contra equipes de menor expressão, receberiam uma cota maior. Tal iniciativa não era válida para os jogos entre essas equipes, ou seja, não se aplicava quando da disputa os “clássicos”.

Na décima-segunda rodada, os oito primeiros colocados teriam um acréscimo em suas cotas de participação. A CBD pretendia premiar em dinheiro os quatro primeiros colocados no campeonato, a equipe que marcasse o maior número de gols na fase classificatória e subseqüentes, as equipes que obtivessem o maior número de vitórias ao término de cada fase.

Uma norma colocada já posta em prática em 1972 seria mantida e dizia respeito às equipes menores, que deveriam manter uma média de renda para que pudessem retornar no próximo *nacional*. Nota-se, portanto, o caráter precário na conquista da vaga, configurando uma nítida situação de favor (clientelista), mais do que propriamente méritos. Além do mais, o objetivo da CBD era assegurar às grandes equipes em um determinado *status*, dando-lhes cotas maiores e assim eliminar qualquer tentativa de crítica à entidade e seu mandatário, João Havellange.

Definidos os 40 participantes, faltava a divulgação da fórmula do torneio, que, mais uma vez, mostrava-se complexa e confusa. Ao todo o campeonato teria 656 jogos, disputados entre 26 de agosto de 1973 a 20 de fevereiro de 1974 (Placar, 12/06/73). Para uma equipe conseguir o título de campeã, seriam necessários disputar 40 jogos.

Primeiramente, as 40 equipes seriam divididas em 2 grupos com 20 cada, as equipes jogaram entre si dentro dos seus respectivos grupos, perfazendo um total de 380 jogos nesta fase. Na segunda fase, as equipes foram reagrupadas em 4 grupos com 10 cada, obedecendo ao critério de regionalização, nesta fase foram mais 180 jogos. Para a semifinal classificaram-se os 20 primeiros colocados, independentemente do grupo que pertenciam, ou seja, os pontos obtidos nas 2 primeiras fases foram somados para poder apurar as 20 melhores equipes de forma global, portanto, não havia preocupação com a classificação dentro do grupo.

Os 20 classificados foram divididos em 2 grupos com jogos dentro das chaves, soma-se nesta fase mais 90 jogos. Nesta fase, as duas melhores equipes por grupo

disputaram o título nacional em um quadrangular de turno único, fazendo os últimos 6 jogos do nacional - 73.

Observa-se uma grande quantidade de jogos disputados em curto espaço de tempo, acompanhados de longas viagens, pouco tempo para treinamento e recuperação de lesões, e assim repetiam-se os mesmos problemas dos nacionais anteriores. Com relação à fórmula do campeonato, o objetivo era garantir a presença das grandes equipes fora do eixo tradicional, e, em definido o calendário, era impossível um confronto entre todas as equipes. Por outro lado, fica dificultado às pequenas equipes receberem a visita de todos as grandes, principalmente após a fórmula apresentada. Quando do reagrupamento das equipes a finalidade era provocar um maior número de clássicos, prevalecendo a rivalidade regional e assim as equipes economizariam em viagens<sup>63</sup>.

Simultaneamente às disputas do nacional-73, foram apresentadas algumas sugestões para o campeonato seguinte, que estava previsto para começar em março, um mês após as finais do torneio anterior. O calendário futebolístico de 1974 era considerado atípico, pois em junho estava prevista a realização do décimo campeonato mundial na Alemanha, portanto a CBD estaria com toda a sua atenção voltada para os preparativos do selecionado brasileiro. Em 1970, como já destacado no capítulo anterior, os clubes ficaram livres para disputar amistosos e realizar excursões, pois as disputas dos regionais estavam marcadas para começarem logo após a Copa do Mundo. Quatro anos mais tarde a CBD marcaria o início do Campeonato Nacional mesmo com as ausências dos principais jogadores dos grandes clubes.

As tensões entre os propósitos nacionalizantes do futebol, capitaneados pela CBD, e os interesses locais dos clubes e federações estaduais ganharia ainda os contornos de uma galhofa na imprensa numa matéria intitulada “O banquete vira boca-livre” (*Placar, Maio de 1973*), que deixava evidente que a CBD não estava atualizada em relação aos acontecimentos regionais do futebol brasileiro, muito voltada para a própria campanha de Havellange à FIFA.

---

<sup>63</sup> Neste nacional registrou-se o primeiro caso de doping, no jogo Atlético (MG) e Vasco da Gama, e o jogador envolvido foi o centro-avante atleticano Campos, que foi punido por uso de substâncias proibidas.

A CBD convidou um clube que havia paralisado suas atividades profissionais em dezembro de 1972. Esta equipe era o Cruzeiro de Porto Alegre, que devia duzentos mil cruzeiros e não tinha condições de saldar essa dívida. Além disso, não possuía rendas e nem torcida e assim seus dirigentes transformaram seu campo em um cemitério, dividido em 13.600 covas, vendidas a 5.000 cruzeiros cada pagáveis em 5 anos. Esse negócio possibilitou que o clube saneasse suas finanças e planejasse a sua volta ao futebol em 1975. Porém, o convite da CBD faz com que seus diretores começassem a planejar a montagem de uma equipe. Por fim, a reportagem apontava uma questão óbvia: como um time pode participar de um campeonato brasileiro sem time, sem campo e sem jogadores?

O provável convite ao Cruzeiro de Porto Alegre provocou uma polêmica entre os dirigentes gaúchos, pois Hoffmeister, presidente da federação, afirmava que o convite não estava garantido e ainda através de um relatório provaria que o clube não teria condições de participar do *nacional* e, assim, caberia a ele indicar o terceiro representante do Estado, em 1974. É bom lembrar que, desde 1971, Hoffmeister vinha brigando para conseguir uma terceira vaga para o Estado. O Esporte Clube Caxias tinha a preferência do presidente da federação, mas as questões de infra-estrutura impediam a indicação e, além do mais, Antonio do Passo, diretor da CBD, declarava que os clubes do interior não teriam chances de serem convidados. O que não se confirmaria, pois ao divulgarem a lista dos convidados de 1974, observava-se a presença do Treze de Campina Grande (não era um time da capital) e o Itabaiana (preterindo qualquer outro clube de Aracaju).

## **Segunda parte: João Havellange**

### **1. O nacional de 1974 e o fim da “era Havellange”**

Para o Brasileiro 74 dois clubes foram substituídos por deficiências técnicas e por não atingirem a cota de renda exigida pela CBD. Estas equipes foram o Sergipe, substituído pelo Itabaiana, e o Sampaio Correia, pelo Moto Clube.

No Paraná, depois de muita discussão, o Colorado seria convidado, baseado no argumento que o Campeonato Nacional seria reformulado, sofrendo acréscimos no número de participantes. Um outro Estado que deveria ser contemplado com mais uma vaga era Goiás, sendo o provável indicado o Vila Nova, clube de maior torcida no Estado. Em Santa

Catarina, a segunda vaga seria destinada ao Avaí, que fora preterido no ano anterior, para 1974 a equipe representaria o Estado juntamente com Figueirense. Em Mato Grosso, a disputa estava entre os dois maiores rivais de Campo Grande, pois se sabia que Cuiabá não teria condições de indicação, contudo a briga foi encerrada com a notícia de que o Estado ganharia mais uma vaga e, sendo assim, os dois indicados seriam o Comercial e o Operário. Por fim, destaca-se o convite ao Espírito Santo, que preferia indicar o Rio Branco para preencher a sua segunda vaga, clube de terceira torcida no Estado.

No entanto, todas esses novos convites, realizados às pressas por Havellange e Antonio do Passo, não se confirmariam, pois o CND (Conselho Nacional de Desportos), órgão responsável pelo custeio das passagens dos clubes participantes freou o aumento dos participantes, fixando em quarenta o número de clubes para o nacional de 1974.

Para exemplificar os prejuízos financeiros proporcionados aos clubes, que rapidamente promoveram contratações e providências de toda a ordem destacam-se os seguintes números levantados pela Revista Placar (08/02/1974): Cruzeiro de Porto Alegre - 100 mil cruzeiros; Vila Nova - 300 mil cruzeiros; Operária de Mato Grosso - 1 milhão de cruzeiros; ABC do Rio Grande do Norte - 600 mil cruzeiros.

Nesta mesma edição, Placar publica ainda uma matéria enfatizando o fato e ressaltando a importância de se criar um Campeonato Nacional com mais de uma divisão, dada a demanda, reivindicando a CBD a observância, de fato, dos critérios mais técnicos para compor o *nacional*, sendo necessário até mesmo a diminuição do número de participantes.

A rotina dos critérios variados e entregues ao sabor dos interesses locais se perpetuou também nesse certame. Para classificar os times no nacional, alguns Estados como Piauí, Sergipe e Maranhão realizaram a disputa na forma de uma seletiva, em outros, os escolhidos foram os campeões estaduais (Rio Grande do Norte), nos demais estados a CBD utilizou seus próprios critérios.

\*\* \*\* \*

Um dos temas mais presentes na revista *Placar* e na revista *Veja* após o fracasso brasileiro no mundial da Alemanha foi a reformulação na estrutura do futebol brasileiro. Ao assumir a pasta da Educação e Cultura, o ministro Nei Braga, em reunião com João

Havellange, presidente da CBD, afirma que somente pensaria no desporto brasileiro após a Copa da Alemanha (*Placar*, abril de 1974). Tais propostas de mudanças vinham de todos os lados, dos órgãos de imprensa, sindicatos de atletas, Ministério de Educação e Cultura, e da própria CBD. Mas a única alteração ou reforma deu-se em 1975, quando foi colocado em vigor o voto unitário nas eleições de federações e confederações, fatos que abordaremos mais adiante.

Em 19 de julho de 1974, ao abordar a questão da reforma em seu editorial, a revista *Placar* apontava para a grave situação dos clubes, enfatizando o caso do Flamengo, que vendera sua maior estrela (Paulo César Lima) para amenizar suas finanças, ou seja, mesmo com os euro-dólares não solucionaria tal problema. O editorial alertava ainda para o perigo de outros clubes seguirem o caminho da equipe carioca, e para o mundial de 1978 o Brasil ser obrigado sair repatriando jogadores, tal como acontecia com argentinos e uruguaios.

Para além do ecletismo das fórmulas de disputa e o complexo processo de escolha dos times na composição do *nacional*, muitos outros problemas eram enfrentados pelos clubes, os mais imediatos era a situação do mercado de jogadores, consideravelmente inflacionado pelos altos salários pagos aos jogadores. Os clubes paulistas, pretendendo conter seus gastos, diminuíram pela metade os prêmios pagos aos jogadores por vitórias ou empates. Uma das propostas apresentadas pelo ministro Nei Braga foi a volta do Campeonato de seleções estaduais. (Veja, 7 de agosto de 1974). Colocava-se em dúvidas a própria viabilidade do *nacional*. Uma outra alternativa aventada e que, de certo modo, estava na contramão do projeto ufanista dos primeiros anos de *nacional*, era reorganizar melhor os campeonatos regionais.

Outras propostas apontavam para novas parcerias na tentativa de romper tanto com o paternalismo estatal via CND, quanto à importância que se atribuía às rendas e a presença dos torcedores nos estádios. Embora muito tímidas, veiculava-se à época as possibilidades do uso da propaganda comercial nas camisetas dos clubes como fonte alternativa de recursos. Até aquele momento não havia registro de equipes brasileiras que estampavam propagandas. A revista *Veja* exemplifica que em 1970, na França, os clubes relutaram em fazer parceria com as empresas, mostrando-se receosos em colocar propaganda em suas camisetas. O primeiro contrato a ser registrado foi do Olympique de Marselhe, com a verba

de 100 mil francos, significando na época 150 mil cruzeiros. Ressalta-se que passados quatro anos, algumas equipes haviam conseguido quadruplicar este valor.

Sobre este mesmo tema, a revista *Veja* realizara uma enquete em que foram ouvidos diretores dos 40 clubes que participaram do último *nacional*. Em princípio o uso do marketing seria bem recebido, tal como sinalizava parte do empresariado, tais como Mario Amato, ex-diretor de árbitros da Federação Paulista de Futebol e ex-conselheiro da CBD, que afirmou disposição para que algumas de suas 16 empresas fizessem anúncios na camiseta dos clubes.

Para desencadear a reforma no esporte brasileiro, o ministro Nei Braga designou Nelson de Melo e Souza, que trabalhou como diretor de planejamento da organização dos Estados Americanos (OEA), e que há cinco anos estava morando em Nova Iorque, mais distante, portanto, dos constrangimentos políticos do campo esportivo brasileiro. Uma de suas propostas era a redução do número de participantes no Campeonato Brasileiro, e que o CND deixasse de custear o transporte dos clubes, eliminando muitos clubes que não teriam condições infra-estruturais de financiarem seus times na competição.

Após quatro meses de trabalho, a equipe chefiada por Melo e Souza entrega ao ministro Nei Braga um relatório contendo os caminhos possíveis que deveria seguir o esporte brasileiro, conforme publica a revista *Veja* em 12 de março de 1975.

Uma das alternativas apontadas por Melo e Souza foi a massificação do esporte olímpico, através de uma estrutura ambiciosa e cara a ser financiada pela Caixa Econômica Federal, em convênio com o MEC. Essa massificação, segundo Melo e Souza, seria conseguida através de incentivos e financiamentos de atividades esportivas em conjuntos habitacionais, favelas e pequenas cidades<sup>64</sup>.

Os moradores dos locais citados deveriam se organizar, montando clubes ou qualquer tipo de entidade coletiva, dos quais elegeriam suas diretorias. Uma vez organizada estas entidades ou clubes, elas poderiam procurar o futuro órgão executor do planejamento desportivo que custearia integralmente a construção de quadras, pistas de atletismo, piscinas, ginásio e compra de material específico. Além disso, o órgão ofereceria

---

<sup>64</sup> Até 1972 o Brasil havia conquistado apenas três medalhas de ouro. O objetivo deste projeto seria no futuro uma melhor participação em jogos olímpicos, além de oferecer uma nova forma de lazer à população.

assistência técnica especializada aos esportes que o grupo pretendia praticar. Para os clubes que observassem e contratassem os melhores atletas oriundos deste grupo, o governo daria apoio financeiro.

No entanto, em relação ao futebol, a política era de não interferência diretamente na CBD, embora aventassem a possibilidade de sucessão para João Havellange. Podemos até mesmo considerar estas observações como uma intervenção “branca” na entidade, significando talvez um passo na direção da reforma do futebol.

Em 8 de outubro de 1975 o Congresso Nacional aprova um projeto de lei dando novas normas à prática do desporto brasileiro, conforme destaca Manhães (1986).

Segundo a lei 6.251, publicada em 8 de outubro de 1975, para efeito de definição de sistema desportivo nacional, seriam reconhecidas as seguintes formas de organização desportiva: comunitárias, estudantis, militares e classistas (Manhães, 1986:92).

Segundo o autor, uma das mudanças relevantes na lei 6.251 dizia respeito à ordem das entidades comunitárias (ligas, federações e confederações). A mudança se daria de forma abrupta, com a introdução do voto unitário.

A implantação de tal medida colocaria todos os clubes com o mesmo peso de voto nas eleições de ligas e federações. Exemplificando, em São Paulo a Sociedade Esportiva Palmeiras teria o mesmo valor de voto de um clube pertencente à segunda divisão. Nas eleições das confederações, as federações mais fortes seriam iguais as mais fracas, isso introduziria um elemento universalizante nas decisões hierarquizantes que privilegiavam os grandes clubes e federações. Para o futebol, a introdução do voto unitário praticamente anulou os objetivos das grandes equipes nas federações, pois com o agrupamento dos clubes médios e pequenos, poderiam assim assumir o controle das federações. Por outro lado, os presidentes de federações não atenderiam boa parte das idéias dos clubes pequenos, devido à importância histórica das equipes tradicionais. Contudo, observa-se que a partir de 1976 ocorreram campeonatos estaduais com fórmulas complexas.

### **1a. A transição na CBD**

Após a vitória de João Havellange nas eleições da FIFA em junho de 1974, o cargo mais cobiçado das entidades esportivas era a presidência da CBD. O atual vice-presidente,

Silvio Pacheco Correia, que já ocupara a presidência cebedense entre 1956 a 1958, lançava sua candidatura. Por outro lado, os planos de João Havellange era permanecer ocupando a presidência das duas entidades, sendo assim, entregaria o cargo somente em janeiro de 1976, quando findava seu mandato. Porém, Havellange fora convencido a renunciar em setembro, pelo Ministro da Educação e Cultura Ney Braga que, tal como o exposto acima, pretendia reformular a estrutura do desporto brasileiro.

Com a ausência de Havellange, os presidentes de federações, principalmente os das fortes federações discutiam os rumos da entidade. Numa dessas ocasiões, conforme relata a Revista Placar, de 16 de agosto de 1974, reunião motivada por uma mudança súbita no regulamento do final do campeonato deste ano, a questão da sucessão veio à tona. Valeria a pena reconstituir alguns dos termos desses debates.

Nesse encontro participaram, a exceção da federação carioca, o presidente da Federação Paulista, José Emilio de Moraes, Rubens Hoffmeister, presidente da federação gaúcha e o coronel José Guilherme, presidente da federação mineira. O estopim, como dito acima, foi a inversão de mando da final do Campeonato Brasileiro de 1974, entre Vasco e Cruzeiro. O presidente da Federação Paulista, mesmo não tendo nenhum filiado envolvido na questão, fez declarações condenando a medida da CBD, imediatamente o presidente da Federação Gaúcha solidariza-se com o colega paulista, enquanto que José Guilherme mostra-se ao lado de seu filiado, o Cruzeiro Esporte Clube.

A esperança dos presidentes de federações era que, com a subida de Silvio Pacheco ao comando da CBD, as federações participariam ativamente das decisões mais importantes, como por exemplo, a fórmula de disputa do *nacional*.

Hoffmeister aproveitou a oportunidade para criticar a maneira como Antônio do Passo conduzira o futebol brasileiro. Ao analisarmos as falas contidas na reportagem da referida revista fica evidente que os presidentes das federações estavam interessados em privilegiar seus estados ao planejarem colocar membros de sua confiança em postos chave da CBD, como por exemplo, a Comissão Nacional de Arbitragem, Comissão Técnica e Diretoria de Futebol da CBD.

José Emilio e Hoffmeister apresentavam divergências com relação ao destino do Campeonato Nacional; o presidente da Federação Gaúcha defendia um campeonato com 52

clubes, distribuídos por critérios mistos: geográficos e técnicos. Por outro lado, o desejo do presidente da Federação Paulista era uma distribuição em quatro áreas, a saber: (1) São Paulo e região sul; (2) Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; (3) nordeste e centro-oeste e (4) norte. Classificando quatro equipes das regiões São Paulo e Rio e duas equipes das demais regiões. Essas duas equipes participariam de um turno final. Um outro projeto do dirigente paulista voltava-se para a implantação de um calendário que destinasse sete meses para os campeonatos regionais, três meses para o nacional e um mês para amistosos e excursões.

A Loteria esportiva voltava a ser objeto de discussão nesse encontro. Hoffmeister o repasse dos recursos da loteria, restritos aos quarenta participante do *nacional*. Seu objetivo era de que todas as equipes inseridas nos concursos da loteria recebessem um determinado percentual<sup>65</sup>. Outro objetivo do presidente gaúcho seria o perdão da dívida das equipes com o INPS, e a partir desse momento, deveriam ser estabelecidos novos critérios a serem seguidos na relação com este órgão governamental.

Por fim, José Emílio de Moraes defendia a mudança da sede da CBD para Brasília, enquanto Hoffmeister acreditava ser fundamental transferir o CND para o distrito federal, pois este era um órgão do governo, enquanto a CBD poderia continuar no Rio de Janeiro, mas com um novo regime de sucessão (Placar 16/08/1974).

Voltando a questão da sucessão na CBD, o acordo era que após 11 de junho, data da vitória de Havellange na FIFA, este entregaria um relatório de suas contas, renunciando e entregando a presidência da CBD a Sílvio Pacheco, sucessor natural de Havellange ao posto máximo da entidade brasileira. Segundo a Revista Veja, de sete de agosto de 1974, passado dois meses das eleições na FIFA, não havia sido entregue qualquer relatório de prestação de conta, e Havellange apenas licenciou-se da CBD. A Revista Veja relata uma intensa disputa pelo poder da CBD, apontando os seguintes nomes como possíveis candidatos: Antônio do Passo, ex-diretor da Comissão Técnica e diretor de futebol da CBD; Otávio Pinto Guimarães, presidente da Federação Carioca; José Emílio de Moraes, presidente da Federação Paulista e aquele que reunia as maiores chances de assumir o cargo, o atual vice-presidente, Sílvio Pacheco.

Porém, como salienta a revista *Placar* (agosto de 1974), Pacheco era pouco hábil politicamente e este era um fator preponderante para que seu nome não fosse indicado. Com um leque significativo de apoios, o almirante Heleno Nunes saiu como candidato único, apoiado por Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura, Nelson Mello e Souza, encarregado de fazer a reestruturação do futebol brasileiro e ainda o apoio irrestrito do Presidente da República, General Ernesto Geisel.

O Almirante Heleno de Barros Nunes, filho de um ex-capitão da marinha, Adalberto Nunes<sup>66</sup>, assumiria a presidência da CBD ao 59 anos, tendo exercido por três vezes o cargo de deputado estadual e uma secretaria no Estado de Rio de Janeiro. O novo presidente da CBD estava inserido numa linhagem de políticos conhecida, a destacar também que era parente do conhecido jogador Gerson de Oliveira Nunes<sup>67</sup>, irmão do ministro da marinha do governo Médici, Adalberto de Barros Nunes, e irmão do general Antônio Luis de Barros Nunes, que exercia o cargo de relações públicas da Petrobrás. Heleno Nunes ocupou ainda o cargo de diretor de futebol do Vasco da Gama, tendo passado pelo cargo de diretor de futebol da CBD no ano de 1967, por desincompatibilidade com Havellange deixara o cargo naquele mesmo ano.

Observando o material oriundo das revistas *Veja* e *Placar* o nome de Heleno Nunes não era citado como possível candidato, por tanto, não seria indicado por Havellange, sendo os nomes de Sílvio Pacheco e José Emílio de Moraes os seus preferidos. Ao enfatizar a apresentação do novo comandante da entidade, a Revista *Veja*, de primeiro de janeiro de 1975, destacava o visível constrangimento de Havellange ao encontrar dificuldades em enaltecer as qualidades de seu sucessor e, acuado, afirmava que Heleno Nunes também era seu candidato, contudo, o nome do novo presidente da CBD foi claramente imposto pela esfera federal a partir do empenho de Ney Braga e Mello e Souza.

Em sua primeira entrevista, Heleno Nunes ressaltou que trabalharia em conjunto com o MEC, a entidade voltaria suas atenções aos esportes amadores e não se preocuparia somente com o futebol. Em relação ao Campeonato Nacional, Heleno Nunes sinalizava

---

<sup>65</sup>Exemplificando, o jogo Bagé x Cachoeira, serve para completar treze pontos, portanto estas equipes deveriam ganhar uma cota de participação.

<sup>66</sup> Em 1915, Adalberto Nunes, fundou a primeira Liga de Esportes da Marinha.

<sup>67</sup>Gerson de Oliveira Nunes foi tri-campeão do mundo no México em 1970, jogou no Flamengo/RJ, Botafogo/RJ, São Paulo e Fluminense.

com a proposta de continuar com a multiplicidade de participantes implementada por Havellange. De certo modo, garantia-se o projeto de nacionalização do *nacional*. Oficialmente, o nacional passaria a ser chamado de Campeonato Brasileiro<sup>68</sup>.

Em sua rápida passagem pela direção de futebol da CBD, em 1967, Heleno Nunes, transformou o antigo Rio – São Paulo, que contava com dez clubes, em Taça de prata, com dezoito clubes, sendo convidadas equipes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pernambuco.

Segundo o novo dirigente da CBD, a Loteria esportiva deveria seguir como um dos principais arrimos desse arranjo institucional (lembrar que o patrocínio das televisões ainda era irrisório), destinando um montante maior para o futebol que deveria ser entregue às equipes no custeio das viagens. O novo Campeonato Brasileiro não deveria ser regionalizado.

Para ocupar o lugar de Antônio do Passo foi indicado o ex-diretor de esportes aquáticos da CBD, André Gustavo Richer. Em 24 de janeiro de 1975, o novo diretor de futebol apresentava seu plano administrativo. Aos campeões estaduais estariam asseguradas as vagas pelos critérios técnicos, meritocráticos, portanto, e em relação às competições sua proposta era integrar todas a um calendário único. Outro projeto do recém nomeado diretor de futebol da CBD foi a continuidade de aumento no número de disputantes no Brasileiro, sendo que a metade entraria pelo fato de ser campeã estadual e o restante pelo sistema do convite.

### **1b. 1975: primeiro campeonato nacionalizado sem Havellange**

Em junho de 1974 por 64 a 58, João Havellange vence Stanly Houss, passando assim a assumir a presidência da FIFA. Como foi dito, os planos do dirigente era permanecer ocupando as duas presidências, entregando a CBD em janeiro de 1976, quando findaria seu mandato. Por intervenção do Ministro da Educação e Cultura, Nei Braga, Havellange é forçado a renunciar, assumindo o seu lugar o Almirante Heleno Nunes. Para diretor de futebol da CBD, Antônio do Passo foi sucedido por André Richer, ex-presidente do Flamengo.

---

<sup>68</sup> Antes a CBD o denominava de Campeonato Nacional, porem a Revista Placar já chamava de Campeonato

Os objetivos dos novos administradores eram colocar os clubes em primeiro plano e, assim, planejavam organizar um campeonato brasileiro que não tivesse prejuízos. A discussão, em fins de 1974, era como seria organizado o Brasileiro 75, com data de início prevista para o segundo semestre do ano. Como pode ser observado, o calendário da CBD impunha a ocorrência de dois campeonatos regionais seguidos.

O jornalista Jairo Regis, na Revista *Placar*, de 13 de dezembro de 1974, alertava para o retrocesso do Campeonato Brasileiro, se fosse mantida o princípio da regionalização. O argumento utilizado pelo jornalista era de que esta fórmula acabava com o projeto de integração nacional através do esporte. A regionalização não permitia um maior fluxo e trânsito dos grandes jogadores pelo país, tais como, por exemplo, Gerson e Pelé. Somente um campeonato nacionalizado poderia deslocar as estrelas para outros centros e regiões fora do eixo Sul/Sudeste, além do que jogadores de menor expressão teriam maiores chances de serem conhecidos nacionalmente, como foi o caso do jogador do Bahia, Osni, que abriu as portas de um novo mercado profissional na região Sul/Sudeste para outros jogadores do nordeste.

Outra discussão focava, mais uma vez, o destino da verba oriunda da loteria e a força popular na captação de tais recursos. Desde 1971, quem custeava o transporte das equipes era o CND, dinheiro este recolhido da Loteria Esportiva criada em 1970, mas quem, de fato, pagava os custos da competição era o contingente de torcedores que apostava semanalmente nos concursos da loteria e corria aos estádios.

Em abril de 1975, a CBD divulga a fórmula de disputa, num campeonato que teria 42 clubes, divididos em quatro grupos, sendo dois com dez equipes e dois com onze equipes. O clube vencedor desta competição ganharia a Copa Brasil, troféu oferecido pela Caixa Econômica Federal, de posse transitória, ficando em definitivo com o clube que o vencer três vezes seguidas ou cinco alternadas.

De acordo com a Revista *Placar* (abril de 75) a divisão dos grupos obedecia a critérios mais lógicos, pois reduzia o número de viagens<sup>69</sup>, mas a novidade estava na fórmula de pontuação. Objetivando incentivar as equipes mais competitivas na busca pelos

---

Brasileiro desde 1973, portanto sendo o primeiro órgão de imprensa assim denominar.

<sup>69</sup> Em outros campeonatos os clubes eram obrigados a fazer longas viagens devido a uma tabela mal distribuída. Em 1975, os clubes também fariam grandes viagens, mas em menor quantidade.

resultados, a vitória por dois ou mais gols daria a equipe vencedora três pontos, ao invés dos costumeiros dois pontos. Cabe uma observação neste item, o futebol brasileiro derrotado no mundial da Alemanha em 1974, mostrou uma postura excessivamente defensiva, recebendo inúmeras críticas da imprensa, afirmando que o futebol brasileiro perdera sua identidade.

Tal medida não foi consensual: alguns técnicos “de ponta”, tais como Zagallo e Osvaldo Brandão, eram favoráveis à nova regra, porém outros, tais como Orlando Fantoni e Ênio Andrade mostravam-se reticentes. Grande parte dos dirigentes também ficou descontente com a nova pontuação, por exemplo, Pascoal Giuliano (Palmeiras), Agatino Gomes (Vasco) e Élio Maurício (Flamengo). O descontentamento dos dirigentes e técnicos refere-se à possibilidade de um certo desequilíbrio na classificação das equipes, pois como era de hábito, a vitória somava dois pontos, e com essa medida algumas equipes poderiam somar três, gerando assim um desequilíbrio na classificação. Ainda, para os técnicos, a medida não aumentaria o número de gols, pois as equipes não alterariam a maneira de jogar.

Foi criada ainda uma “repescagem”, o chamado grupo dos perdedores, para as agremiações que não conseguissem classificação direta à segunda fase. As melhores equipes classificariam para a terceira fase e desta vez o critério da renda não foi incluído. Uma falha no regulamento apontada pela revista Placar, em 4 de julho de 1975, era de que mais da metade dos jogos do campeonato, cerca de 221, nada valeria, servindo apenas como treinos técnicos ou amistosos, pois todas as equipes se classificariam, mesmo que fossem para a chave dos perdedores. Outra crítica dirigia-se ao tempo reservado para a chave dos perdedores e chave dos vencedores, ou seja, o mesmo, um mês, sendo que a equipe que ficasse na chave dos vencedores disputaria 10 jogos, enquanto que a equipe classificada na outra chave, a da repescagem, jogaria 4 vezes, o que demonstrava que, embora numa aparente condição inferior, a classificação entre os mais fracos seria facilitada. Um ponto defendido por Placar era a criação das várias divisões, critérios de acesso e descenso, jogos em dois turnos, preservando que o campeão saísse do melhor desempenho.

### **1c. João Havellange: um breve perfil**

Jean-Marie Faustin Godefroid Havellange, ou simplesmente João Havellange, apresenta um vasto currículo esportivo em várias modalidades. Como nadador, especialista em piscinas de longa distância, conquistou os títulos paulista, carioca, brasileiro e sul-americano; no pólo aquático, praticamente os mesmos resultados, acrescentando o vice-campeonato Pan-americano em 1951 e a participação nas Olimpíadas de Helsinque, no ano seguinte. Na vida fora do esporte foi advogado da Viação Cometa, desde 1940 e oito anos mais tarde assumiria o cargo de diretor. Em 1972, ainda ocupava um alto cargo executivo nesta empresa, a vice-presidência. Nesse meio tempo tornou-se dono de uma fábrica de inseminadores, com trezentos funcionários, apresentando um faturamento mensal de 1,5 milhão de cruzeiros e, ainda, exercia a função de conselheiro de um banco.

Em 1956 chega à CBD quase contra sua vontade, nomeado à revelia. Era um dirigente sem maior expressão, ocupando o cargo de presidente da Federação Carioca de Natação, estava na Europa quando seu amigo, Sílvio Correia Pacheco, então presidente da CBD, o nomeou pra a vice-presidência. Havellange relutou em aceitar o cargo, mas passados dois anos empenhava-se ao cargo de presidência da entidade, sendo eleito com duzentos e oitenta e oito votos dos trezentos possíveis. Na eleição seguinte apenas seis votos não foram a seu favor, na terceira eleição Havellange venceu por aclamação.

No início de 1958 Sílvio Pacheco entrega a presidência da CBD para João Havellange e assim, como dirigente de uma entidade que zelava por vinte e dois esportes, é que o então presidente da CBD teve contato com o futebol.

Neste mesmo ano, Havellange, nomeia como chefe da Delegação Brasileira, que iria participar de mais uma Copa do mundo na Suécia, o empresário das comunicações, e diretor do São Paulo Futebol Clube, Paulo Machado de Carvalho, que tinha a função de cuidar dos preparativos do selecionado brasileiro. Passado os quatro anos, devido ao êxito da Copa anterior, no Chile, a Comissão Técnica é praticamente mantida, com a exceção do treinador<sup>70</sup>, o que teve como consequência a conquista de mais um título.

Para o mundial da Inglaterra, Havellange queria trazer para si os “louros” da possível conquista do tri campeonato, por isso, demite Paulo Machado de Carvalho,

---

<sup>70</sup> Em 1958, o técnico da seleção brasileira foi Vicente Feola e, em 1962, o técnico foi Aimoré Moreira.

assumindo ele próprio o comando da delegação brasileira. Porém, os preparativos para a Copa da Inglaterra foram confusos, embora contasse com quarenta e quatro jogadores durante a fase de preparação optou-se por manter a base que havia conquistado as duas últimas edições do Campeonato Mundial. Porém, mais velha e despreparada fisicamente, a equipe brasileira fracassa e é eliminada na primeira fase da competição. Ao retornar para o Brasil, Havellange, assumiu a culpa pela derrota brasileira.

Já durante as disputas dessa Copa, nos bastidores, Havellange trabalhava sua candidatura à presidência da FIFA para 1970. Entretanto, com a desastrosa participação brasileira naquele mundial, os planos teriam que ser adiados para 1974.

Mas o seu prestígio pessoal aumentou com a conquista de duas copas do mundo seguidas<sup>71</sup>, e apesar da derrota na Inglaterra, em 1966, sua gestão foi marcada pela construção da nova sede, onde foram gastos 1,5 milhões de cruzeiro (avaliada, em 1972, em 10 milhões de cruzeiros), consolidando assim seu poder com a conquista em definitivo da taça do mundo *Julies Rimet*, em 1970, no México.

A Revista *Veja* de junho de 1972 aponta que o então máximo mandatário da CBD mantinha boas relações com os Presidentes da República, desde João Goulart até Médici, e sempre nas visitas entregava presentes para os chefes do executivo. Ainda fez algumas incursões na política partidária, sendo candidato derrotado a deputado estadual, na Guanabara, pela legenda do PSD<sup>72</sup>, tendo recebido cerca de seis mil votos.

Mantenedor do *status quo* que ele próprio soube conduzir, nas eleições das federações apoiava os candidatos da situação ou, imediatamente, aqueles que as venciam.

Em 1974, Havellange, para chegar à presidência da FIFA, derrotou o inglês Stanley Hous, que ocupava este cargo desde 1962. Ao verificar as Revistas *Veja* e *Placar*, compreendendo o período que antecedeu as eleições na FIFA realizadas em junho de 1974, as possibilidades de vitória do brasileiro mostravam-se em princípio muito reduzidas.

Objetivando conseguirem o apoio do presidente da FIFA para a eleição de 1974, Havellange convida o próprio Stanley Hous para visitar o Brasil, em 1968. Contudo, em 1970, o inglês anunciava sua candidatura à presidência da entidade. Com o apoio do

---

<sup>71</sup> As Copas foram conquistadas nos anos de 1958, na Suécia e, em 1962, no Chile.

<sup>72</sup> Partido Social Democrata.

presidente da Confederação Sul Americana, Teófilo Salinas, Havellange lançou sua candidatura sabendo das dificuldades de derrotar o atual presidente.

Para alavancar sua campanha fez inúmeras viagens para África, Ásia e América Central, rincões do futebol mundial. Outra estratégia foi promover um torneio internacional de seleções que seria denominado de taça independência, popularmente conhecida como Mini Copa. Em 1973, respondendo às demandas de seus potenciais parceiros, a seleção brasileira excursionou pela Europa e pela Ásia, com o objetivo de angariar votos para o brasileiro. Lembrando que as viagens de campanha de João Havellange e Abílio de Almeida (secretário particular de Havellange e Diretor de Esportes da CBD), seu cabo eleitoral, eram financiadas pela CBD.

A partir de 1971, os defensores da candidatura Havellange começaram a organizar a Taça Independência, realizada em 1972. Todas as seleções sul americanas foram incluídas, além de convites feitos aos asiáticos e africanos, porém na Europa, houve um forte desinteresse das seleções em participar desta competição, primeiro os países campeões mundiais (Alemanha ocidental, Inglaterra e Itália) anunciaram que não disputariam este torneio devido ao calendário que agendava a Copa Européia de Seleções, em seguida foram os espanhóis e franceses que desistiram de participar. Na América, os mexicanos também declinaram e para montar uma seleção centro-americana que representasse a região foram convocados jogadores de cinco países diferentes. Os países que disputaram esta competição tiveram os custos de viagem, acomodação e alimentação pagos pela organização do evento e além disso, foi dada uma cota por participação.

Por outro lado Stanley Hous subestimou a candidatura Havellange, chamando-o de o “Homem da Natação”. Em entrevista concedida à revista Placar de 23 de junho de 1972, o inglês desmente os partidários da candidatura do brasileiro, que diziam existir um acordo em que Hous apoiaria Havellange nas eleições previstas para 1974, aproveitando a oportunidade para reforçar sua própria candidatura.

Para conseguir a maioria dos votos Havellange planejavam consegui-los na África e Ásia, prometendo expandir o futebol até esses continentes, além da criação de um

Campeonato Mundial de juvenis<sup>73</sup>. Até 1971, Havellange contabilizava os votos dos países sul americanos e do México, o que revelava uma candidatura ainda frágil.

Rous, por outro lado, também prometia expandir o futebol para todos os continentes e em entrevista à *Revista Veja* em 15 de maio de 1964, classifica esta eleição como uma disputa entre a América do Sul, seus 10 países, contra o resto do mundo, ressaltando que a Europa detinha a primazia no comando da FIFA.

Havellange, neste mesmo período, preparava-se para fazer sua última viagem antes das eleições, começando pelo México e mais oito países da América Central. Neste meio tempo, os soviéticos anunciam seu apoio ao brasileiro, pois estavam descontentes com Rous por permitir o jogo entre URSS<sup>74</sup> x Chile no Estádio Nacional da capital chilena<sup>75</sup>. Próximo ao dia 11 de junho (data da eleição), Havellange estava praticamente eleito, contabilizando a seu favor 72 votos. A sua habilidade foi fundamental para conseguir 36 votos na África, prometendo expandir o futebol a este continente. Sabiamente, o candidato brasileiro a presidência da FIFA com a colaboração do Itamarati apoiou publicamente, em nome do Brasil, o ingresso China na entidade máxima do futebol mundial<sup>76</sup>.

Após três anos de campanha, em 11 de junho de 1974, João Havellange, em dois escrutínios, vencia Stanly Rous, sendo que na primeira votação em que era necessário 2/3 dos votos o brasileiro vence o inglês por 62 a 56. Na segunda votação, em que valia a maioria simples, João Havellange obteve 68 dos votos, enquanto Rous ficou com 52 votos. Assim, apoiado em uma experiência largamente praticada na própria CBF, Havellange vencia as eleições, considerada no começo da campanha pelos seus apoiadores como praticamente impossível.

Vimos ao longo desse segundo capítulo como Havellange, habilmente, contornou as demandas de alguns presidentes das federações que desejavam incluir seus clubes no *nacional*. Na segunda edição, baseando-se no argumento da lógica da infra-estrutura dos estádios, os dirigentes da CBD adiaram como puderam o sonho de algumas federações de terem suas equipes nacionalizadas. Porém, na terceira edição, não houve como conter tais

---

<sup>73</sup> Esta categoria compreende jogadores com idade entre 17 e 20 anos.

<sup>74</sup> União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

<sup>75</sup> Este jogo valeria vaga para a próxima Copa do Mundo, porém os russos recusaram-se a comparecer ao Chile devido ao golpe em que foi deposto o presidente chileno Salvador Allende.

pressões, e muitos dos presidentes das federações apoiaram-se em políticos, buscando alianças externas ao campo esportivo, tais como no executivo estadual, para ampliar a força de barganha frente a CBF.

A estrutura organizacional *pessoalizada* que Havellange mantinha sob controle não podia se desmantelada, principalmente porque estava em curso seu projeto visando à presidência da FIFA e, desta forma, era importante manter um equilíbrio, ainda que instável, em meio ao leque de demandas que enfrentava.

E, nesse sentido, soube maximizar, através do argumento de que para ingressar no nacional os clubes e Estados precisariam de grandes estádios, embora as rendas não confirmassem tais necessidades, as representações em torno de uma idéia que permeava o próprio regime em vigor, pois os grandes estádios constituíram numa marca simbólica visível, numa representação estável do Brasil grande apregoado pelo regime.

Com sua saída da CBD, em fins de 1974, observa-se uma dura disputa pelo controle político da entidade. Contudo, uma interferência externa oriunda de um ministro de Estado subordinado ao chefe do executivo federal acabou indicando o candidato que assumiria a presidência da CBD. Heleno Nunes, ao contrário do próprio Havellange ou de alguém indicado por ele, seria o homem ideal, naquele momento, para consolidar de vez, sem constrangimentos, um amplo campeonato nacional, até mesmo por estar descompromissado com algum outro projeto pessoal.

De qualquer forma, em linhas gerais, os novos gestores do futebol mostraram-se interessados em manter a estrutura implementada anteriormente. As mudanças introduzidas em outubro de 1975 pouco alteraram a estrutura do esporte brasileiro. O voto unitário ampliou o poder dos clubes pequenos em eleições nas federações e de pequenas federações no contexto da CBD; por outro lado, dificultava qualquer tentativa de surgimento de oposição.

Neste período, o Estado brasileiro vivia o momento ditatorial marcado pelo fechamento do legislativo e pela forte interferência no judiciário. As eleições para o

---

<sup>76</sup> Este país se recusava a filiar-se na FIFA, pois deseja que Formosa fosse excluída da entidade.

executivo federal e estadual eram indiretas, portanto sem a participação popular que elegeia apenas o legislativo estadual e federal<sup>77</sup>.

Mesmo antes da conquista do tri-campeonato mundial no México, o futebol recebia uma atenção dos chefes do então regime e a preparação da seleção brasileira rumo à Copa era acompanhada de perto pelo governo, que se incumbiu de indicar o chefe da delegação brasileira.

O desejo de promover a integração nacional por meio da bola não era um objetivo único e somente da CBD, mas também do Estado que nas primeiras edições do certame financiou os custos logísticos necessários a sua viabilização. Assim, o governo via com bons olhos o ingresso da totalidade dos Estados na competição, o que ocorreu, de certa forma, de maneira mais lenta no período Havellange, dirigente que atendia ao *status quo*, mas que também costurava as alianças no ritmo de seus próprios dividendos políticos. O período subsequente será marcado por uma adesão ainda mais efetiva da CBD aos propósitos da máquina política que sustentava o regime, tal como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>77</sup> Em alguns municípios considerados de Segurança Nacional, os prefeitos são indicados pelo governo. Nas capitais dos Estados os prefeitos são escolhidos pelo governador e nos demais municípios eram permitidas as eleições nos dois âmbitos.

## **CAPÍTULO 3 - Expansão e crise do modelo personalista**

**Primeira parte: A Completa Integração** (1. O “brasileirão” de 1976: 1a. *tabelinha* entre futebol e política; 1b. São Paulo: mais vagas; 2. Heleno Nunes; 3. o “brasileirão” rumo à integração; 3a. conhecendo o país: um *guia do nacional* para os torcedores; 4. 1977 e 1978; 4a. contornando a crise; 4b. A transição CBD-CBF; 5. a completa integração em números).

**Segunda Parte: Balanço Final** (1. A estrutura do futebol brasileiro: uma retomada panorâmica; 2. os campeonatos estaduais; 3. fórmula e regulamento do campeonato nacional).

## **Primeira parte: a completa integração**

### **1. O “brasileirão” de 1976**

Os quatro últimos campeonatos brasileiros (1976-1979) organizados pela CBD foram caracterizados pelo aumento excessivo do número de participantes, o que acarretou imediatamente num aumento da quantidade de jogos, culminando em grandes prejuízos para as equipes, como veremos adiante (tabela sinóptica). Observamos anteriormente que nas primeiras edições do Campeonato Brasileiro<sup>78</sup> o objetivo político de cada Estado era garantir um representante esportivo e vimos inúmeros exemplos<sup>79</sup> da relação estreita entre os governadores estaduais<sup>80</sup> e a administração Havellange, ocasiões em que o então presidente da CBD, numa estratégia de marketing pessoal que lhe valeu muitos dividendos políticos, era a peça central que girava o carrossel de “favores esportivos” prestados aos Estados.

Estes quatro últimos certames atestarão a expansão e ao mesmo tempo o esgotamento desse modelo que defino como sendo um processo de “interiorização” do campeonato brasileiro capitaneado pela CBD. O término desse processo será o próprio fim da CBD e o surgimento da CBF, confederação futebolística que definitivamente gerenciará exclusivamente a maior modalidade esportiva do país.

Finalmente, com a inclusão de todos os estados no Campeonato Brasileiro deu-se a maximização desse processo de “interiorização”, e algumas cidades médias de maior expressão política e econômica acreditavam reunir também as condições técnicas e estruturais para serem incluídas na maior competição esportiva profissional do país.

Era comum nos meses que antecederiam o início do campeonato a sede da CBD no Rio de Janeiro ser visitada e cortejada por vereadores, prefeitos e deputados estaduais e federais, sempre acompanhados do presidente da equipe interessada em ser incluída no certam. Foram várias caravanas à CBD, objetivando pressionar para que seus clubes

---

<sup>78</sup> Como foi salientado no capítulo anterior, esta denominação passou a ser utilizada a partir de 1975, quando a competição passa a ser chamada de Copa Brasil, substituta, como vimos, da denominação Campeonato Nacional.

<sup>79</sup> Particularmente no segundo capítulo, onde mostro o papel decisivo de Havellange na costura e administração das demandas vindas dos Estados que almejavam ser incluídos no “brasileirão”.

representantes ingressassem no Campeonato Brasileiro. O almirante Heleno Nunes, então presidente da CBD, afirmou a seguinte frase destacada pela revista *Veja*, em junho de 1976: “*se eu fosse atender todos os pedidos, teríamos um Campeonato com 200 clubes*”.

Ao chegarem à cede da CBD, Heleno Nunes prometia estudar os pedidos e demandas e a estratégia do dirigente pautava-se pela cautela e subterfúgios no adiamento de quaisquer pretensões dessas cidades e clubes que não possuíam condições de serem incluídos, embora fossem representativas politicamente.

Para além da potencial vantagem para a cidade em ter um time no campeonato a participação ativa dos políticos nesse processo pode ser considerada como uma prática comum frente a seus eleitores, mostrando que, de fato, brigaram pelos interesses clubísticos de seus eleitores. Como se pode notar, esta consistia numa estratégia que ajudava os políticos a manterem visibilizados nos seus “nichos” eleitorais<sup>81</sup>.

### **1a. Tabela entre futebol e política**

Heleno Nunes assume a presidência da CBD em janeiro de 1975 prometendo priorizar as demandas mais locais, ou seja, os clubes periféricos. O primeiro Campeonato Brasileiro organizado na sua gestão não sofreu grandes modificações, com a inclusão de apenas dois clubes, mas já em 1976, no entanto, as diretrizes seguidas foram completamente distintas. Primeiro, o Campeonato Brasileiro daquele ano recebeu doze novos convidados, o que, como se nota, convergia com a agenda eleitoral nacional, pois neste ano estavam previstas a realização das eleições municipais em algumas cidades brasileiras<sup>82</sup>.

Com relação às eleições, observa-se que em 1974, quando da renovação de um terço do Senado, Câmara Federal, Assembléias Legislativas, a ARENA<sup>83</sup>, o partido do Governo sofreu uma dura derrota, perdendo a maioria das assembléias em vários Estados, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros. Desse modo, as eleições municipais

---

<sup>80</sup> Conforme destacado nesse estudo, exemplificado pelos casos de Santa Catarina e Maranhão, entre outros.

<sup>81</sup> . Para uma análise sobre as práticas políticas assistencialistas e a noção de “área” eleitoral ver Kuschinir (2000). *O cotidiano na política*, Rio de Janeiro, editora Zahar.

<sup>82</sup> Não havia eleições nas capitais estaduais, cidades consideradas de segurança nacional e as de pontos turísticos, sendo as mesmas governadas por indicação, no caso das capitais federais o governo estadual indicava e nas demais, o governo federal.

de 1976 significavam um verdadeiro teste para o governo do presidente Geisel e seus resultados poderiam provocar alterações nos planos da política de distensão.

O general Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República em março de 1974 prometendo realizar a retomada da democracia, de forma lenta, gradual e irrestrita. Porém, no primeiro teste popular, nas eleições de 1974, o partido governista foi derrotado, dando um caráter diferencial para as futuras eleições municipais<sup>84</sup>.

Dentro dessa conjuntura política instável, no campo futebolístico, como já destacado, não faltaram pedidos de inclusão no campeonato brasileiro. Nos próximos parágrafos daremos alguns exemplos de como este processo se intensificou em alguns Estados da federação, conforme mostrados pelas revistas *Placar* e *Veja*.

No Paraná, o Colorado, que desde 1972 buscava sua inclusão, tentou o apoio tanto de políticos arenistas quanto de emedebistas. Porém, os indícios mostraram que o Londrina seria o terceiro representante do Estado no campeonato brasileiro. No Rio Grande do Sul, Rubens Hoffmeister, presidente da federação, batalhava pela terceira vaga gaúcha, desde 1971. No entanto, esta foi praticamente assegurada em 16 de dezembro de 1975, quando Heleno Nunes fora homenageado em um concorrido jantar após assistir o jogo Caxias X Juventude. A partir desta data as duas equipes locais passaram a disputar a preferência da CBD, sendo que ambas as equipes possuíam condições distintas: o Caxias melhor time, e o Juventude, melhor estádio.

Já no interior baiano, Alagoinhas e Feira de Santana disputaram acirradamente a escolha pela terceira vaga do Estado no campeonato brasileiro. Até a data de 25 de junho de 1976, a preferência recaía sobre o Fluminense de Feira de Santana, que contava com o aval do governador, que ainda prometera ajudar financeiramente a equipe. Um aspecto interessante sobre a provável escolha do Fluminense baiano foi que o primeiro a saber da

---

<sup>83</sup> Aliança Renovadora Nacional.

<sup>84</sup> “A derrota nas eleições de 1974 é fundamental para a criação da Lei Falcão, que abole os debates políticos nos meios de comunicação (...). Como resposta às urnas [de 1976], o governo fecha o congresso e modifica vergonhosamente as regras eleitorais com o intuito de garantir a maioria das cadeiras do parlamento. As bancadas do Nordeste, reduto da Arena, passam a contar com maior peso proporcional na Câmara e Senado e o mandato presidencial é aumentado em mais um ano. A maior aberração fica por conta do surgimento do “senador biônico”, este era eleito pelas assembleias estaduais, indiretamente, claro”. [www.duplipensar.net/principal/2004-03-ditadura40-presidentes](http://www.duplipensar.net/principal/2004-03-ditadura40-presidentes)

indicação do clube foi o candidato a prefeito da cidade, Ângelo Carvalho, pertencente à ARENA, que por sua vez não possuía qualquer vínculo com o futebol de Feira de Santana.

Nota-se, neste pequeno mas representativo exemplo, como os dividendos políticos advindos do futebol mobilizavam as várias esferas da vida política nacional. Outra característica da cidade, que lhe colocava à frente na disputa com Alagoinhas, era seu potencial eleitoral, segundo maior colégio eleitoral do Estado, com cerca de 80 mil eleitores, porém conhecida como o maior reduto do MDB<sup>85</sup>, o que a cercava de cuidados da parte da máquina partidária da qual a CBD governista estava enredada. Nas eleições municipais de 1976 confirmava-se o eleitorado oposicionista em Feira de Santana: ARENA 41,41% contra 54,50% dos votos ao MDB (Anexo).

Podemos verificar que a indicação da equipe feirense não obedecia qualquer critério exclusivamente técnico-esportivo, aliás, sobrepujado pela conjuntura política. O que contrastava com a demanda e as estratégias oferecidas por Alagoinhas. O prefeito, filiado ao MDB, mais cauteloso e tentando desideologizar os critérios de escolha, objetivando trazer a vaga para o Atlético, enviou para a CBD documentos, fotos do estádio, informações sobre as condições de hospedagem e transporte. Além do mais, julgava-se que o Atlético local era capaz de participar do brasileiro pois, apesar de ser uma equipe jovem<sup>86</sup>, havia participado de 6 campeonatos estaduais, conquistando o terceiro lugar nas últimas três edições, o que, por critérios meritocráticos, o colocava efetivamente como a terceira força do Estado. Desta maneira, a equipe reclamava em termos técnicos sua inclusão baseada nas suas campanhas nos últimos campeonatos estaduais.

## **1b. São Paulo: mais vagas**

Em São Paulo, Alfredo Meditieri assumira a presidência da Federação Paulista com o forte apoio dos clubes do interior, iniciando a campanha para colocar mais representantes do Estado no Campeonato Brasileiro. Em princípio, uma vaga fora garantida em abril de 1976 e provavelmente seria destinada ao Botafogo de Ribeirão Preto. No entanto, não tardou surgirem as primeiras reclamações: na própria cidade, o Comercial, histórico rival do Botafogo, acreditava reunir as condições para ser convidado.

---

<sup>85</sup> Movimento Democrático Brasileiro.

<sup>86</sup> O Atlético de Alagoinhas foi fundado em 8 de abril de 1970.

Outras cidades também desejavam tal indicação, como Bauru (Esporte Clube Noroeste), São José do Rio Preto (América Futebol Clube), Piracicaba (XV de Novembro...) e Campinas (sobretudo a Associação Atlética Ponte Preta). Mas vamos no deter no caso de Ribeirão Preto. É interessante verificar o comportamento do eleitorado dessas cidades no pleito de 1976, o que, de certa forma, não obstante o diminuto universo citado, confirma a frase que se popularizou nos anos setenta: “aonde a ARENA vai mal, um time no nacional”. A ARENA venceu pleitos acirrados em Bauru (50,18% contra 42,52% do MDB) e São José do Rio Preto (54,95% contra 39,71% do MDB), perdendo por uma margem irrisória em Piracicaba (44,81% contra 44,92% do MDB), porém derrotada por ampla margem de votos em Campinas, conhecido reduto oposicionista (29,52% contra 62,33% do MDB). Aí, entre os campineiros, a ARENA, de fato, ia mal, mas em Ribeirão Preto confirmava-se o predomínio arenista (53,35% contra 34,23% do MDB), fazendo com que a troça popular se ampliasse: “Aonde a Arena vai mal, um time no nacional. Onde a Arena vai bem, um time também”.<sup>87</sup>

Ao pesquisarmos o Jornal *Diário da Manhã*, de Ribeirão Preto, verificamos uma intensa disputa entre as equipes locais pela vaga no brasileiro. Em fevereiro de 1976, as primeiras notícias davam conta de que o Botafogo poderia ser convidado, quando a equipe indicou um representante no Rio de Janeiro para trabalhar a inclusão da equipe no torneio. Se naquele momento não fosse possível o convite para o “brasileirão”, os dirigentes sonhavam em colocar a cidade como sub-sede da Copa do Mundo de 1978, caso a Argentina perdesse o direito de realizar o campeonato, o que, de fato, acabou não ocorrendo.

Em maio de 1976, com a garantia do presidente da Federação de que o Estado teria o sétimo representante, os dirigentes da outra equipe local, o Comercial, se mobilizaram para conseguir a preferência da CBD. Os comercialinos argumentavam que se a vaga pertencesse à Ribeirão Preto, não significava que seria imediatamente dada ao Botafogo, sugerindo uma disputa entre as duas equipes pleiteantes.

Para conseguir a vaga, o Comercial designou um dirigente que deveria acompanhar o processo na CBD, pois até aquele momento, oficialmente nada estava decidido. A atitude

---

<sup>87</sup>Dados do TSE, anexados ao final da dissertação.

do rival irritou os botafoguenses, pois sua diretoria acreditava ser do Botafogo a sétima vaga paulista, alegando que há muito tempo pleiteava o convite, enquanto que o Comercial somente se interessara em disputar o brasileiro quando percebeu que havia a real possibilidade do Botafogo ser convidado.

Ao estabelecer uma comparação entre as duas equipes, no campeonato paulista daquele ano, vemos que o desempenho do Botafogo fora amplamente superior à equipe comercialina, que nem se classificou para o turno final, enquanto que seu oponente, além de se classificar, terminaria a competição estadual em terceiro lugar.

Se verificarmos as condições estruturais de Ribeirão Preto, a cidade teria boas condições para receber jogos desta importante competição, a começar por seus estádios, uma boa rede hoteleira, facilidades para transportes, porém com um reparo: o aeroporto local não possuía capacidade para receber grandes aeronaves, e este fator poderia ser um empecilho para a cidade ser indicada. O prefeito Welson Gasparini afirmou ao jornal *Diário da Manhã* (junho, 1976) que não havia recursos para reformar o aeroporto, realçando que iria pedir apoio do governo estadual.

Preocupado em garantir a presença do Botafogo no brasileiro, o seu presidente afirmara que se necessário fosse, enviaria uma aeronave de menor porte até Campinas ou São Paulo para buscar as delegações que deveriam jogar em Ribeirão Preto. Só não disse quem pagaria as contas, o Botafogo ou a Prefeitura.

Como já mostrado não foi somente Ribeirão Preto que pleiteou um convite para ingressar no campeonato brasileiro. Outras cidades sonhavam conquistar a sétima vaga paulista nesta competição. São José do Rio Preto era uma delas. Apesar de ser menor que Ribeirão Preto, contava com aproximadamente 180 mil habitantes, possuía uma boa rede de serviços, sendo que nos últimos campeonatos paulistas, o América sempre ficara à frente na classificação final, em relação às equipes de Ribeirão Preto.

Com objetivo de alcançar tal conquista, foi enviada ao Rio de Janeiro uma comitiva formada pelo presidente do América, vereadores, o vice-prefeito e um deputado estadual. Dirigiram-se à sede da CBD, onde apresentaram as condições que a cidade oferecia para sediar jogos desta importante competição.

A cidade de Bauru possuía as mesmas condições de São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, no entanto, o baixo desempenho do Noroeste no Campeonato Paulista dificultava qualquer possibilidade de inclusão. Para o presidente bauruense, o argumento de que a cidade se localizava no centro do Estado e que, se era para integrar que se começasse pelo centro, propunha então a realização de um torneio seletivo envolvendo as equipes interessadas em participarem do Brasileiro. É preciso notar, portanto, que não se pode estabelecer uma relação unívoca e simplista entre a conjuntura política do bipartidarismo e o futebol. Por mais que algumas cidades como Bauru ou São José do Rio Preto confirmassem uma “vocalização” governista nas urnas outros fatores estruturais as enfraqueciam na disputa das vagas no nacional.

Em Piracicaba, Romeu Ítalo Rípole, presidente do XV de Novembro local, enfatizava o merecimento de sua equipe, ressaltando ainda que a cidade de Piracicaba possuía uma grande quantidade de indústrias, outro fator destacado era que a cidade integrava uma região de significativa densidade populacional, cerca de dois milhões de habitantes. O fator histórico não deixou de ser lembrado por Rípole, ao mencionar que o XV foi a primeira equipe a vencer a divisão de acesso paulista<sup>88</sup> e, segundo o dirigente, financeiramente a equipe de Piracicaba estava equilibrada, com dinheiro em caixa e um bom estádio.

Ironizando em meio ao debate que se travava, Rípole reconhecia que Piracicaba estava muito próxima de São Paulo e Campinas (como se estivesse diluída entre as maiores cidades), porém argumentava que se a distância fosse o critério para se escolher as cidades para o Brasileiro, então porque não convidar o Japão (sic).

Campinas foi a primeira cidade do interior paulista a garantir uma vaga no Campeonato Brasileiro, isso aconteceu no ano de 1973, quando o Guarani Futebol Clube foi convidado. Contudo, esse fato desagradou metade da cidade, deixando os torcedores pontepretanos fora da festa do Nacional<sup>89</sup>. Com a certeza da sétima vaga paulista no

---

<sup>88</sup> Isso aconteceu no ano de 1948, campeonato este equivalente a uma segunda divisão.

<sup>89</sup> Em 1970, a Ponte Preta participou da então taça de Prata, porém, disputou seus jogos na cidade de São Paulo, pois naquela época considerava-se que o interior não possuía condições de receber jogos de cunho nacional.

Campeonato Brasileiro, Campinas há época com 610 mil habitantes, tinha 250 mil eleitores, como salientado um reduto do MDB no interior do Estado<sup>90</sup>.

Até o mês de julho (1976) sabia-se apenas que o Estado de São Paulo teria sete vagas<sup>91</sup> no Brasileiro, porém não era oficialmente conhecido o ocupante da sétima vaga e nem estava determinado qual o critério seria utilizado pela CBD na escolha. No mês de abril a entidade acenava com a possibilidade de indicar os melhores classificados no Torneio Paulista.

Na verdade, a disputa maior concentrava-se entre as cidades de Campinas e Ribeirão Preto. Para derrotar seus adversários de Ribeirão Preto o presidente da Ponte Preta, o coronel Rodolfo Péteras, lotado em Brasília, utilizava todos os meios possíveis, como, por exemplo, fotografar o Estádio do Botafogo, cujo os negativos só apareciam barrancos. No entanto, suas atitudes trouxeram inúmeros constrangimentos à equipe campineira e, por não residir na cidade cede, prejudicava sua atuação no exercício da presidência do clube. Devido a todos esses fatores o Conselho deliberativo destituiu o coronel do cargo, sob o argumento que estava causando problemas à equipe diante de entidades maiores, esse argumento fazia parte de um item constante no estatuto do clube. Por coincidência, o coronel estava sendo transferido pra um posto militar em Ribeirão Preto.

Com a saída de Péteras do comando da Ponte Preta assumiu o cargo o arenista Lauro de Moraes Filho, derrotado nas eleições para vice-prefeitura de Campinas em 1972 e para deputado estadual dois anos mais tarde. Passados alguns dias na presidência da equipe campineira, Lauro Moraes Filho, recebeu um telefonema de seu colega de partido e presidente da CBD, Almirante Heleno Nunes, que lhe comunicou que a Ponte Preta estava incluída no Campeonato Brasileiro, juntamente com o Botafogo de Ribeirão Preto. Caberia ainda ao presidente pontepretano viajar até Ribeirão Preto e comunicar a notícia ao presidente do Botafogo e ao presidente da arena local. No primeiro jogo oficial da Ponte Preta pelo Campeonato Paulista foram espalhados no estádio inúmeras faixas com os seguintes dizeres: *“Ponte com Lauro no Brasileiro”*.

---

<sup>90</sup> Nas duas últimas eleições municipais esse partido vencera com uma relativa facilidade, apontando como líder político o ex-prefeito e na época senador Orestes Quéricia.

Cabe salientar que embora Campinas fosse um reduto do MDB o partido internamente apresentava cisões, para o pleito de 1976 o prefeito Lauro Gonçalves defendia que o partido deveria lançar um candidato único contra os três lançados pela ARENA. Mas contrário à essa idéia estava, de outro lado, Orestes Quércia, que acreditava que o MDB deveria ocupar as três legendas<sup>92</sup>. Ainda não estavam definidos os candidatos dos partidos à prefeitura de Campinas naquele ano, mas poderia até mesmo ocorrer um fato inusitado, que seria os dois presidentes dos clubes rivais locais ocuparem duas legendas pertencentes à ARENA, ou seja, tanto Lauro Moraes Filho, presidente da Ponte Preta, e Leonel Martins, presidente do Guarani, participarem do pleito municipal. "Unidos" na legenda política e distantes em relação às preferências e interesses clubísticos.

Nota-se, no plano político, como as disputas eleitorais eram fortemente assentadas no domínio dos interesses mais locais, pois, como sabemos, tais legendas, MDB e ARENA, abrigavam um amplo espectro ideológico, mas não somente isso, outros valores e dimensões simbólicas, como as preferências clubísticas, dinamizavam a vida pública nacional nas suas relações mais capilares. E as disputas pelas vagas do campeonato nacional atestam o embricamento complexo entre política e esporte nesse período.

Os propósitos até aqui foram mostrar, a partir de alguns casos mais tópicos e noticiados pela imprensa, a dinâmica que se travava e as relações entre clubes, partidos políticos, Federações e a CBD na disputa e confirmação dos convites que os clubes recebiam para participarem do Campeonato Brasileiro. Tal dinâmica foi o pontapé inicial do processo que culminou no aumento do número de participantes da competição, sendo 1976 um marco importante desse processo, pois foi um ano eleitoral que descortinou esse processo de embricamento entre política e o modelo vigente de Campeonato Nacional. Neste ano mais doze clubes foram convidados, totalizando 54 participantes. Tal dinâmica se repetiria nos próximos anos conforme veremos mais a seguir.

---

<sup>91</sup> Corinthians, São Paulo, Santos, Palmeiras, Portuguesa, Guarani e provavelmente o Botafogo de Ribeirão Preto.

<sup>92</sup> Nas eleições municipais os dois partidos poderiam lançar no máximo três candidatos, a legenda que somasse mais votos era considerada vencedora, sendo que o candidato mais votado dessa legenda, seria considerado o vencedor das eleições.

## **2. Heleno Nunes**

Em 1975 o Almirante Heleno Nunes assumia a presidência da Confederação Brasileira de desporto com o apoio do Presidente da República, Ernesto Geisel e do Ministro da Educação e Cultural, Ney Braga. Uma de suas plataformas seria o maior apoio aos clubes prometendo conseguir mais recursos junto à Loteria Esportiva.

A administração de Heleno Nunes foi caracterizada pelo atendimento das demandas políticas dos clubes médios e assim a cada campeonato brasileiro aumentava o número de participantes, de 42 convidados em 1975 para 94 equipes em 1979.

Quando questionado sobre os rumos que sua administração, Heleno Nunes respondia que apenas estava cumprindo ordens do governo e que desejava a integração do Brasil via futebol. Dizia ele que não fazia política, pois se fizesse trabalharia para transferir a sede da CBD para Brasília. A mudança de sede da entidade era inadmissível para Heleno Nunes que argumentava que a CBD era uma entidade privada e não poderia sofrer ingerências do governo central. Contudo, o que observamos em nosso estudo é que a atuação do governo junto à CBD ocorreu de maneira sistemática, a própria indicação de Heleno Nunes para à Presidência da CBD deu-se mediante o apoio do Ministro da Educação e Cultura e do Presidente da República.

Quando abordado sobre a viabilidade de um campeonato brasileiro com duas ou mais divisões disputadas em dois turnos, Heleno Nunes afirmava ser uma fórmula que não era rentável, tal como constatava em outros centros esportivos, por exemplo na Inglaterra onde as equipes rebaixadas tinham uma queda na arrecadação por volta de 50%.

O período de vigência do mandato de Heleno Nunes à frente da CBD ficaria marcado pela fraca atuação do selecionado nos mundiais. A seleção brasileira continuava perdendo prestígio internacional, participando do mundial da Argentina com pouco brilho, conquistando apenas o terceiro lugar.

## **3. O “brasileirão” rumo à integração**

O Campeonato Brasileiro de 1976 teve a participação de 54 equipes, envolvendo 31 cidades, estando quase todas as unidades da Federação incluídas, com exceção do Acre e Distrito Federal.

A ausência do Acre pode ser explicada pelo fato de que o futebol profissional ainda estava se consolidando. No entanto, o Distrito Federal ficou de fora da festa do futebol devido à desorganização da Federação metropolitana. A explicação para esse fato é que o CEUB<sup>93</sup> era o representante candango no Campeonato Brasileiro desde 1973, certamente pelos critérios técnicos teria conseguido vagas novamente.

A desorganização começou com a paralisação do campeonato distrital sob a alegação de que a CBD exigira pressa na indicação do representante de Brasília no Campeonato Brasileiro. Decidiu-se realizar um torneio seletivo com quatro equipes (CEUB, Humaitá, Brasília e Taguatinga). Segundo reportagem da revista *Placar* (1976), a equipe do Brasília era a preferida do presidente da Federação metropolitana, Wilson Andrade. Esse torneio seletivo fora caracterizado por algumas irregularidades e principalmente pela má atuação da arbitragem que, segundo a revista, prejudicaram a equipe do CEUB em benefício do Brasília. Devido a esse acontecimento a equipe do Brasília ganhou o torneio seletivo, mas não participou do Campeonato Brasileiro, pois a CBD cassou a vaga do Distrito Federal entregando à Ponte Preta, que tinha um arenista na presidência.

As 54 equipes participantes do Campeonato Brasileiro de 1976 disputariam um torneio dividido em três fases, sendo no total 411 jogos, em quatro meses, compreendendo 615 horas de futebol e pouco mais de trinta mil minutos de bola rolando.

Como nos anos anteriores continuaram as excessivas viagens, jogos disputados em curto espaço de tempo, tempo escassos para treinamentos e recuperação de atletas lesionados. Nesse Campeonato houve a tentativa de distribuição das equipes de uma forma que possibilitou diminuir as viagens e com isso também os gastos, o que propiciou uma certa economia, mas isso acarretou numa certa regionalização do certame.

Apesar dessa regionalização os clubes do sul e sudeste disputaram jogos no norte e nordeste na primeira fase<sup>94</sup>, porém em menor quantidade. Na segunda e terceira fases, as equipes foram distribuídas de acordo com sua classificação. Este critério de distribuição fora seguido nos campeonatos seguintes, mas mesmo assim, recebeu inúmeras críticas

---

<sup>93</sup> Centro Esportivo da Universidade de Brasília.

<sup>94</sup> Exemplificamos ao citar que uma das chaves desse campeonato continha Botafogo/SP, Uberaba/MG, Londrina/PR, Atlético/PR, Coritiba/PR, Confiança/SE, Cruzeiro/MG e São Paulo/SP.

oriundas de Estados que desejavam receber os grandes times. Porém, devido a essa forma de divisão eram escassas as oportunidades de receberem em seus Estados o maior número de grandes equipes.

A fórmula de disputa desse Campeonato foi confusa, pois as 54 equipes foram divididas em seis grupos com nove cada, classificando os quatro primeiros colocados para o grupo principal, que na segunda fase somavam 24 times, distribuídos em quatro chaves com seis times cada uma, classificando os três melhores por grupo. Ainda nessa fase, as trinta equipes eliminadas do grupo principal jogaram uma “repescagem” em que as mesmas foram distribuídas em seis grupos com cinco times, indo para a terceira fase apenas o campeão de cada série. A terceira fase foi composta por dezoito equipes, divididas em dois grupos, passando à semifinal os dois melhores de cada grupo.

A distribuição na segunda fase das equipes em grupos de vencedores e perdedores foi a mesma utilizada no Campeonato anterior, mas tal divisão provocou uma desigualdade pois para uma equipe grande que quisesse passar à terceira fase seria mais fácil disputar a repescagem, pois jogaria um jogo a menos que o outro grupo enfrentando adversários tecnicamente inferiores.

Nos próximos parágrafos citaremos alguns itens do regulamento do Campeonato Brasileiro daquele ano:

Procurando incentivar as equipes a jogarem no ataque a bonificação de um ponto extra, em caso de vitória por dois ou mais gols, permaneceu. O exame antidoping continuou a ser feito, sendo que o jogador que se recusasse a fazê-lo seria eliminado do campeonato, se o fato ocorresse nos jogos finais ele não participaria do campeonato seguinte.

A distribuição da renda auferida nos jogos ficou assim distribuída: 60% da renda líquida para a equipe vencedora, cabendo ao perdedor o restante. Da renda bruta caberia 5% para a CBD, de 5% a 9% para a Federação (dependendo da porcentagem estipulada por cada entidade), seria retirado 2 cruzeiros por ingresso cujo valor arrecadado (20%) seria destinado às Federações, para que essas promovessem torneios envolvendo equipes não convidadas para o Campeonato Brasileiro.

Pela primeira vez foi incluído no regulamento do Campeonato Brasileiro um critério técnico de indicação de equipes para o campeonato seguinte<sup>95</sup>. Nesse item a CBD colocava como critério de ingresso no Brasileiro seguinte a indicação do Campeão Estadual do ano de 1976, isso fortalecia os campeonatos regionais daquele ano e poderia amenizar as críticas feitas à CBD por utilizar alguns critérios não convencionais.

Com relação à tabela do Campeonato não faltaram reclamações, principalmente oriundas dos clubes cariocas. Agatino Gomes, presidente do Vasco da Gama, bradava contra os possíveis prejuízos que teria nos jogos “menores” realizados no Maracanã, por exemplo contra o Goiás, preferindo jogar em seu próprio estádio, São Januário. Francisco Horta, presidente do Fluminense, criticava as condições do campo em Feira de Santana, onde enfrentaria o Fluminense local.

### **3a. Conhecendo o país: um *guia do nacional* para os torcedores**

Pela primeira vez, em 1976, a revista Placar colocou a disposição de seus leitores um amplo guia de informações sobre as cidades que faziam parte do Campeonato Brasileiro. Nesse item vamos apresentar de forma sucinta alguns pontos de destaque da revista. As informações constantes nesse guia enfatizavam os pontos turísticos, os pratos principais de cada cidade, bem como seus preços, desde os mais acessíveis até aqueles de custo mais elevados, preço de transporte (ônibus ou táxi), melhores caminhos para se chegar aos estádios, condições estruturais dos mesmos e a preparação das equipes. É interessante destacar essa integração simbólica via futebol num momento em que a própria mídia, por questões tecnológicas e outras, ainda não detinha a importância que vemos hoje em relação a um certo “agendamento simbólico” dos gostos e estilos de vida<sup>96</sup> que promove nos jornais nacionais e, sobretudo, por intermédio das telenovelas etc. O “guia 76” foi o único que esta pesquisa verificou que realçava outros aspectos da vida nacional e as particularidades regionais de certo modo alheias ao futebol. Alguns exemplos são significativos do tom pedagógico que a revista emprestava ao guia.

---

<sup>95</sup> Ou seja, somente no sexto ano de disputa de um campeonato nacionalizado é que um critério mais meritocrático foi utilizado como fator de definição dos fundamentos esportivos.

<sup>96</sup> Uso os termos conforme Bourdieu (1983): Gostos de classe e estilos de vida. In R Ortiz (org) BOURDIEU, coleção grandes cientistas sociais, São Paulo, Ática.

Começaremos por Londrina, que era caracterizada por ser antiga capital do café, no campo futebolístico a equipe local participaria da competição nacional pela primeira vez. A torcida organizada do Londrina Esporte Clube ganhou um novo ônibus doado pelo candidato a prefeito pertencente à Arena.

Já a citada Ribeirão Preto se tornava conhecida dos torcedores de todo o Brasil pela qualidade de seu chope, no campo cultural por sua sociabilidade estudantil, tendo ainda uma boa rede de serviços. No campo futebolístico os dirigentes do Botafogo relutavam em pedir o apoio de políticos para conseguirem a tão desejada inclusão, entretanto tiveram que pedir auxílio ao prefeito Welson Gasparini que, imediatamente foi ao Rio de Janeiro garantir a presença do Botafogo no Campeonato Brasileiro.

Volta Redonda foi uma das primeiras cidades brasileiras a se expandir no setor industrial, devido à fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942, por causa desse fator, a cidade ficou conhecida com “a Cidade do Aço”. O clube local fora surpreendido com a sua inclusão no Campeonato Brasileiro e apressadamente teve que montar um time para a competição, prejudicando o seu desempenho técnico, pois não houve tempo para treinamento.

Em Manaus, a Zona Franca era a sua principal atração. Outro destaque era o estádio “Vivaldão”, considerado o mais moderno da região; no entanto, seus representantes pouco podiam desempenhar um bom futebol. Em Belém, o estádio Evandro Almeida era desconfortável, sendo boa parte dele descoberta, ou seja, dependendo do clima o torcedor estava exposto ao sol ou chuva.

Seguindo os propósitos de integrar o país através do futebol, a CBD aumentara o número de participantes de 42 para 54 equipes neste campeonato e para confirmar tais objetivos o almirante Heleno Nunes exultava: “*É um torneio importante, principalmente porque permite a integração do país pelo futebol.*” (Placar, 1976). No mesmo período, o presidente da CBD afirmava que 54 equipes era o número ideal, prometendo manter este número nos próximos campeonatos. No entanto, os propósitos explícitos vinham à tona na fala dos próprios jogadores, tais como a do lateral direito do Coritiba, Orlando: “*É uma maratona imbecil, de objetivos políticos, nada econômico, e burro*”. Outros mais

pragmáticos, tais como o goleiro do Avaí viam no campeonato a uma oportunidade de se destacar e conseguir uma transferência para uma grande equipe.

Durante o desenvolvimento do “brasileiro 76” não faltaram lamentações em relação à queda de arrecadação. Em setembro, Placar publica reportagem em que o presidente do Internacional de Porto Alegre critica a forma de distribuição de renda dos jogos. A equipe gaúcha ocupava a terceira posição em arrecadação, mas era insuficiente para cobrir seus gastos.

O presidente da equipe colorada discordava das inúmeras taxas cobradas por Federações e a CBD, tais débitos eram em decorrência de gastos com arbitragens, fiscais da Federação, bilheteiros, ingressos, iluminação para o caso dos jogos noturnos e os atendimentos de saúde. Frederico Balive exemplifica seu descontentamento ao citar que no jogo Santos X Internacional, disputado no estádio do Morumbi, da renda de 1,8 milhões de cruzeiros, coube ao Internacional<sup>97</sup>, como equipe vencedora do confronto, 650 mil cruzeiros, 400 mil cruzeiros para o Santos, para a CBD foram destinados 350 mil, para o fundo destinado às equipes não convidadas para o brasileiro descontou-se 350 mil, 90 mil para a Federação Paulista e 350 mil para os gastos de organização da partida. Pelos números apresentados acima, o presidente do clube gaúcho reconhece a triste realidade e afirma que o Campeonato Brasileiro assim organizado, levaria os clubes à falência.

Sobre a forma de distribuição de renda das partidas, cabe uma observação, que naquele campeonato a divisão das rendas funcionava da seguinte maneira: 60 % da renda líquida para a equipe vencedora, cabendo ao adversário derrotado 40%, em caso de empate cinquenta por cento para cada. Porém não havia um consenso entre CBD, Federações e clubes com relação à forma ideal de divisão da renda, sendo que alguns dirigentes eram favoráveis à divisão igualitária, independente do resultado ou do local da partida; outra parcela dos dirigentes afirmava ser ideal a renda total ficar com o clube mandante, mas em caso de um confronto entre duas equipes de grande porte, o consenso era a divisão das rendas.

Estamos ainda num momento em que a fonte financeira principal dos clubes eram as arrecadações de bilheteria aferidas nos jogos, pois não existiam propagandas na camisa das

---

<sup>97</sup> Santos 1 X 3 Internacional.

equipes, fato que se tornaria realidade somente no começo dos anos 80, e as placas estáticas nos estádios ainda estavam sendo implementadas.

Tendo a mesma opinião do dirigente gaúcho, o presidente do Santos, Modesto Roma, vai mais fundo em suas críticas ao enfatizar que da maneira que estava sendo organizado o Campeonato Brasileiro, somente a CBD e as Federações ganhavam dinheiro, ficando cada vez mais ricos, enquanto que os clubes acumulavam prejuízos.

Para amenizar as reclamações dos dirigentes dos clubes, Heleno Nunes pediu uma verba ao ministro da Educação, que respondera com a liberação de 6 milhões de cruzeiros, prometendo mais 10 milhões adiantados junto à Loteria esportiva.

A imprensa também apontava para o gigantismo do campeonato. Os editores do semanário esportivo *Placar* criticavam a forma de escolha dos participantes no campeonato brasileiro, discordando da forma de disputa, e da confecção de tabela e regulamento. Em suas páginas a revista defendia a redução do número de participantes, e ainda questionava se alguns estados (como por exemplo: Santa Catarina, Paraíba e Piauí) teriam condições de manter duas equipes em uma competição nacional. A preocupação dos jornalistas era em relação aos aspectos financeiros e técnicos, pois ressaltava-se a queda da qualidade dos jogos envolvendo equipes que não se preparavam adequadamente para a competição, pois teriam que fazer contratações faltando alguns dias para estrear. Os gastos com transporte eram praticamente cobertos com as verbas da Loteria esportiva, mas cabia ao clube saldar os restantes das obrigações.

Uma outra tese defendida pela revista esportiva era a da criação de uma nova divisão, que abrigaria os clubes não classificados para a primeira divisão, com uma fórmula de disputa num sistema de dois turnos, onde todos teriam as mesmas condições e por fim, o acesso e descenso motivariam os clubes participantes dessas divisões. No entanto, o presidente da CBD, almirante Heleno Nunes, afirmava que 54 equipes era o número ideal para a realização de um Campeonato Brasileiro e aquele momento parecia inviável a discussão sobre o torneio ser disputado em duas divisões. Heleno Nunes ainda prometeu manter o mesmo número de clubes e se possível conseguir junto ao Ministério da Educação verbas extras.

#### 4. 1977 e 1978

Como foi feito em 1973/1974 a CBD organizou dois campeonatos brasileiros seguidos (não foram intercalados com campeonatos regionais ou outros), englobando os anos de 1977 e 1978. A distância entre estes foi de apenas três semanas, com elevação do número de participantes, jogos em excesso, disputados em curtos espaços de tempo, repescagens, caracterizados pelos prejuízos financeiros e a manutenção dos critérios políticos na indicação de times para a competição.

Até o mês de agosto de 1977 o provável número de participantes dessa edição do Campeonato Brasileiro deveria ser de 55 equipes, devido a volta do representante do Distrito Federal que se juntaria às outras 54 equipes do ano anterior.

No entanto, o anseio de se integrar à competição e a vontade de atender os pedidos de colegas da política fizeram com que essa edição ganhasse mais sete novos convidados. Só faltava definir quem seriam os representantes, novamente deflagrava-se uma forte disputa para a obtenção das vagas, como exemplificaremos a seguir.

No Estado de São Paulo o XV de Piracicaba mantinha seu interesse e em Ribeirão Preto os times do Comercial e Botafogo deveriam disputar uma seletiva. Porém, outros fatores estavam envolvidos nas escolhas. O clube carioca Vasco da Gama, pelo qual torcia o almirante Heleno Nunes, trabalhava em duas frentes para “ajudar” a escolher o representante de São Paulo. Primeiro, argumentava que devido a riqueza e grandeza de Piracicaba, a cidade não poderia ficar sem um representante no certame. Simultaneamente, os diretores vascaínos afirmavam que Ribeirão Preto merecia mais um representante devido o seu porte de cidade progressista e, ainda, por apresentar condições estruturais para abrigar dois times no Brasileiro. Curiosamente, os jogadores Pulinho, centroavante do XV de Piracicaba e Guina, meio-campista da equipe comercialina, foram negociados com a equipe carioca, por fim, a equipe piracicabana foi incluída no Brasileiro de 1977 e o Comercial ganhou sua vaga na competição no ano seguinte.

No Rio de Janeiro, Bangu e Goitacaz de Campos disputavam a preferência da CBD, embora o São Cristóvão tentava entrar na disputa baseado no seu desempenho no último Campeonato Carioca. No Paraná, sem novidades para a equipe do Colorado que dessa vez perdeu a vaga para o Grêmio Maringá, devido à intervenção do governador estadual que

cumpriu uma ordem do Ministro Nei Braga. Em Goiás, o indicado seria o Anapolina, no entanto, descobriram que Anápolis não possuía um estádio compatível com o porte do nacional e devido a esse impedimento estrutural a Federação local optou por fazer um torneio seletivo envolvendo as equipes do Atlético, Goiânia e Itumbiara.

No Rio Grande do sul, Caxias ou Pelotas ficariam com a terceira vaga, com a segunda equipe tendo a preferência da CBD, porém com poucos dias para apresentar um estádio adequado para a competição. Os catarinenses, depois da entrada da equipe do Joinville no brasileiro 77 fizeram com que outras equipes interioranas, como por exemplo o Blumenau e a Chapecoense, passassem a reclamar suas vagas. Essas são alguns exemplos de que a cada período que precedia a disputa do Campeonato Brasileiro, avolumavam-se os pedidos de inclusão na competição.

Antes de abordarmos a questão dos prejuízos financeiros alcançados pelos clubes que disputaram a maratona dos brasileiros 1977/78, destacaremos como estava previsto o calendário do futebol para aquele ano (1978), considerado especial, pois em junho seria disputada mais uma Copa do Mundo.

O calendário para 1978 previa, no primeiro semestre, precisamente de março até o mês de agosto, a disputa do campeonato brasileiro; os campeonatos estaduais ficariam restritos ao resto da temporada, no entanto, a Seleção Brasileira iniciava seus preparativos em março, visando a disputa da Copa do mundo na Argentina, e isto desfalcava as grandes equipes nas duas primeiras fases do campeonato brasileiro.

O mês de junho, em tese, deveria ser reservado para a Copa do mundo, mas vários jogos pelo brasileiro acabaram ocorrendo simultaneamente às disputas realizadas na Argentina. No dia 24 de junho, enquanto Brasil X Itália disputavam o terceiro lugar do campeonato mundial, em Curitiba, Atlético-Pr e Figueirense enfrentavam-se diante de um público inferior a 200 pessoas. Esta sobreposição também ocorreu com outros clubes que ficaram alijados da terceira fase do campeonato brasileiro, e para que seus filiados não continuassem inativos, algumas Federações, em julho, já iniciavam a realização de seus campeonatos estaduais, como ocorreu em Sergipe.

Portanto, foi mais um ano de poucas datas para a realização de muitos jogos, com dois campeonatos gigantescos, deficitários e de pouca qualidade técnica. Para exemplificar

melhor o aperto deste calendário, exemplificamos ao citar que, no período de 16 de outubro de 1977 a 13 de agosto de 1978, foram disputados 2 campeonatos brasileiros, sendo o primeiro em 1977, com 62 participantes, e o segundo no início do ano de 1978, com 74 equipes, totalizando aproximadamente 1000 jogos realizados neste curto espaço de tempo.

Após o fracasso do selecionado na Copa da Argentina, quando a equipe regressa com um terceiro lugar, os alvos da imprensa voltam-se para o futebol doméstico, e a Revista *Placar* publica uma série de reportagens retomando o tema dos males que afetavam o futebol brasileiro.

Uma das preocupações assinaladas na série de matérias citada foi a crítica situação financeira dos clubes, principalmente daqueles escolhidos para participarem dos campeonatos brasileiros da época. A cada edição do campeonato nacional diminuía a frequência do público aos estádios e, por conseqüência, o montante das rendas. A revista abordou ainda o quanto a CBD e as Federações filiadas retiravam de taxas por jogo, enfatizando as despesas gastas na realização das partidas.

Desta forma, os clubes descobriram que aquilo que poderia ser a salvação financeira apresentava-se, na verdade, como porta de entrada para a falência. Para os clubes excluídos do campeonato brasileiro restava a disputa de torneios “incentivos”, altamente deficitários e de pouco apelo torcedor, ou mesmo fecharem seus departamentos de futebol, como ocorreu com o São Paulo de Rio Grande, o Guarani de Bagé e o Palmeiras de Blumenau.

Os grandes clubes de massa, em princípio resguardados pelo arrimo financeiro sustentado pelos contingentes de torcedores, padeciam do mesmo problema. Por exemplo, o Clube Atlético Mineiro conquistou de forma invicta o vice-campeonato brasileiro de 1977 e assim terminou esta competição com um relativo lucro. No entanto, o fraco desempenho no campeonato seguinte, com a equipe mineira terminando em trigésimo quinto lugar, foi fato até comemorado por seus dirigentes, que preferiam ficar de fora da terceira fase para realizar amistosos no interior do País (segundo os dirigentes atleticanos, eram partidas rentáveis). Entretanto, o clube de Minas Gerais não pode contar com a participação de seus principais craques<sup>98</sup> após o Mundial de 78. Isto dificultava conseguir amistosos por uma

---

<sup>98</sup> Reinaldo voltou da Copa machucado, e Toninho Cerezo estava em lua de mel em Bariloche, com as despesas pagas pela CBD.

cota maior, devido à exigência dos contratantes das partidas, que reivindicavam a presença das estrelas do time.

No Ceará, as equipes do Fortaleza e Ceará acumulavam enormes prejuízos com salários atrasados, pois para montarem equipes foram contratando jogadores que exigiam altos salários. Os diretores do Fortaleza apresentavam como solução a velha fórmula do campeonato brasileiro mais regionalizado, pois assim diminuiriam as despesas com transporte, ao menos na primeira fase da competição.

Em Santa Catarina, o Figueirense anunciava não mais disputar o campeonato brasileiro devido aos custos impostos pela competição. Diferentemente dos dirigentes do Fortaleza, os dirigentes do clube catarinense eram contrários à regionalização por entenderem que os jogos contra equipes paulistas e cariocas ainda eram rentáveis. Uma outra crítica dos catarinenses era o excesso de jogos transmitidos pela TV de times mais expressivos, sobretudo de São Paulo e Rio de Janeiro, o que desestimulava os torcedores a comparecerem aos estádios.

A equipe de Chapecó, além dos gastos normais do campeonato brasileiro, ainda teve que arcar com o pagamento de transporte das equipes visitantes, pois a cidade não tinha linhas aéreas regulares devido à falta de capacidade do aeroporto em receber aviões de médio porte. Por fim, a prefeitura local contribuiu com uma parte deste gasto, amenizando as despesas do clube. O presidente da Federação catarinense, José Elias Giuliano, culpava a desorganização dos clubes pela crise financeira em que se encontravam. Para ele, os clubes deveriam melhor se preparar para um campeonato tão importante como o Brasileiro.

A equipe do Colorado gaúcho, que vinha reivindicando um lugar no campeonato acumulou, em 1978, um déficit mensal de 100 mil cruzeiros. Seus diretores reconheceram que não haviam se preparado adequadamente para esta competição. Além disso, o governo do estado destinou uma verba para a reforma de seu estádio, mas os diretores da equipe paranaense desviaram parte desta quantia para contratar jogadores.

As equipes do Maranhão também acumulavam prejuízos. O Moto Clube, quando não disputou, também perdeu dinheiro, e no ano seguinte, quando convidado novamente, ao final de sua participação dobrou o valor de sua dívida. Em Brasília, os dirigentes locais

criticavam o excesso de jogos televisionados, principalmente das equipes cariocas. No entender dos mesmos, este fato impedia o desenvolvimento do futebol profissional, e o gosto do torcedor pelas equipes locais.

Entretanto, na contracorrente daqueles que criticavam o gigantismo e a “interiorização” do certame, sobretudo os times de maior expressão concentrados nos grandes centros metropolitanos, estavam os clubes que nem pensavam em abdicar do direito de participar da competição. Para muitos diretores destas equipes, mais dependentes do modelo assistencialista e conservador de aliciamento esportivo, a CBD não era culpada pelos prejuízos advindos do campeonato, como demonstra o fragmento extraído abaixo:

*“Certo, tomamos prejuízo, mas não podemos criticar o almirante. Afinal ficamos conhecidos nacionalmente.”* (Diretor da equipe do CSA, Revista Placar, 1978).

O presidente do Uberaba Esporte Clube, René Bassan, defendia a continuidade da fórmula do campeonato brasileiro, e em nome da integração era favorável até mesmo da inclusão de mais equipes:

*“Ruim com o Brasileiro, pior sem ele. Sou favorável aos 74 clubes, ou até mais. Sou pela integração”.* (Revista Placar, julho de 1978).

Sendo assim, para os clubes pequenos o campeonato brasileiro era uma forma de se manterem em atividade e na vitrine nacional, tal como reforça a frase abaixo:

*“Mesmo com todos os problemas não abrimos mão da nossa participação no próximo campeonato brasileiro. O Brasileiro é uma vitrine para os jogadores e clubes”* (Dirigentes de clubes. Revista Placar, julho de 1978).

Ainda na série de reportagens publicadas pela Revista Placa intitulada “Como estão matando nosso futebol?”, a responsabilidade recaía, obviamente, na política da CBD presidida pelo Almirante Heleno Nunes, que a cada ano inflava mais o campeonato brasileiro.

Mas as Federações também contribuía com a parcela da culpa ao organizarem campeonatos com regulamentos confusos e nos moldes do brasileiro, o que, não raramente,

provocavam inúmeras disputas judiciais.<sup>99</sup> Muitas Federações para mostrarem seu força política igualmente aumentavam o número de participantes em seus campeonatos contrariando a vontade de muitos clubes, como ocorreu no Rio de Janeiro em 1978, quando o presidente da Federação local, Otávio Pinto Guimarães, queria crescer o número de equipes no campeonato estadual para de 12 para 18, revoltando os grandes clubes que optavam pela diminuição de 12 para 10.<sup>100</sup>

Além de desorganizarem os seus campeonatos, as Federações colaboravam para arruinar ainda mais o calendário esportivo com campeonatos extensos e regulamentos complexos. Citamos como exemplo o campeonato paulista de 1978 que começou suas disputas em agosto daquele ano e terminou em junho do ano seguinte. Esse imenso campeonato fez com que o torneio paulista de 1979 fosse disputado simultaneamente com o campeonato brasileiro daquele ano.<sup>101</sup>

Uma outra incongruência do paulista/1978 destacada em *Placar* foi que as equipes da Ponte Preta e Guarani de Campinas decidiram o segundo turno deste campeonato quando já se conheciam os finalistas do próprio torneio (Santos X São Paulo). As equipes campineiras tiveram que jogar 120 minutos para um público inferior a 10 mil pessoas no estádio do Morumbi.

Mas os próprios clubes colaboravam para o caos financeiro e estrutural em que se encontravam<sup>102</sup> pois no afã de investirem para o brasileiro contratavam jogadores financeiramente inviáveis, arcando com empréstimo bancários ou a benesse assistencialista dos dirigentes “apaixonados” pelos clubes, que disponibilizavam recursos próprios. Elencos as vezes milionários que, ao terminarem os campeonatos, eram desmontados no fluxo dos saldos das dívidas. Para as equipes alijadas do campeonato brasileiro restavam-lhes as

---

<sup>99</sup> No mundo futebolístico essas disputas judiciais foram denominada pela imprensa como briga no “tapetão”, onde era decidido resultados de jogos e até mesmo eram proclamados os campeões de diversos campeonatos regionais.

<sup>100</sup> O aumento de clubes neste campeonato estadual significaria para o máximo mandatário da federação carioca a oportunidade de ter o controle dos votos em futuras eleições. Lembrando que vigorava o voto unitário, exemplificando que o voto do fluminense teria o mesmo peso do que o voto do fluminense de Nova Friburgo e Goitacaz de Campos.

<sup>101</sup> Outro exemplo da bagunça do calendário do futebol em 1979 registrou-se no Rio de Janeiro onde foram realizados dois campeonatos estaduais em seguida, ambos foram realizados no primeiro semestre do mesmo ano.

disputas nos deficitários torneios incentivos. Outras equipes foram eram obrigadas a encerrar as atividades de seus departamentos de futebol profissional, tais como os clubes do Novo Hamburgo (RS) e Palmeiras de Blumenau (SC). Os clubes, como vimos acumulavam prejuízos nas competições nacionais e estaduais. E mesmo os times mais atraentes do ponto de vista do espetáculo já não conseguiam amistosos tão rentáveis. Em 1979, tais amistosos eram fixados no mercado em torno de 10 mil dólares quando na década de 60 Santos e Botafogo recebiam de 60 a 100 mil dólares por jogo disputado.

Com poucos recursos, os grandes clubes tinham dificuldades em contratar as revelações<sup>103</sup> que apareciam no futebol vindas dos clubes médios e pequenos, por sua vez obrigados a ofertar tais jogadores dadas as dificuldades de mantê-los no elenco, tal como foi o caso de Sócrates, jogador do Botafogo de Ribeirão Preto vendido ao Corinthians em agosto de 1978. Um outro problema que à época insinuava alterar o mercado de jogadores era a possibilidade de serem negociados com os clubes estrangeiros. A partir dos anos 80 passa a ocorrer um significativo acréscimo nas negociações de jogadores para o futebol estrangeiro, principalmente para a Europa. Porém, nos anos 70 esse processo ocorria em menores proporções, podendo registrar a venda dos jogadores Luis Pereira e Leivinha para o Atlético de Madri em 1975 e Jairzinho do Botafogo e Paulo César de Lima (Flamengo) após o Mundial de 1974, negociados com o Olympic de Marselha (França). Nota-se que somente jogadores já consagrados saíam do país, assim mesmo com um único endereço, a Europa, situação muito distinta das demandas do mercado globalizado que vemos atualmente.

Marcado pelo nacionalismo da época, grande parte da imprensa inflava o coro dos contrários às negociações dos jogadores no mercado europeu em nome dos possíveis prejuízos à seleção brasileira e aos campeonatos que já se mostravam deficitários. Posteriormente, nos anos 90 o êxodo dos jogadores brasileiros ocorreu de tal forma que passou a ser raro convocar um jogador para a seleção que jogasse no futebol brasileiro.

---

<sup>102</sup> Em 1977 o Botafogo de Futebol e Regatas vendeu sua sede localizada em General Severiano, área nobre da cidade, mudando para o subúrbio do Rio de Janeiro, precisamente, em Marechal Hermes sendo esta região pouco valorizada no Mercado imobiliário permitindo ao clube a possibilidade de sanar suas finanças.

<sup>103</sup> Essa denominação servia para jovens jogadores que poderiam no futuro tornarem-se excelentes jogadores podendo receber da mídia a denominação de “craques”.

O modelo de futebol alicerçado economicamente na presença do torcedor nos estádios e em fórmulas assentadas numa moldura simbólica nacionalista e de cultura política assistencialista dava sinais de esgotamento<sup>104</sup>. A partir dos anos 80 com o ingresso efetivo da televisão e das parcerias privadas no futebol, relativa profissionalização de diretores e gerentes de futebol, ampliação do mercado europeu e abertura de outras fronteiras, por exemplo o Japão, aos talentos nacionais, somados ainda a redemocratização do país, a onda modernizante e de inspiração liberal alterarão os rumos do futebol nacional<sup>105</sup>.

#### **4a. Contornando a crise**

Não obstante, propostas não faltavam para reorganizar o futebol brasileiro. Tais projetos eram oriundos da imprensa esportiva, dirigentes de clubes, CBD e Federações, técnicos e jogadores visando as próximas temporadas esportivas. Embora já mencionadas ao longo deste capítulo, resumo as principais demandas e propostas:

- a redução do número de participantes no campeonato brasileiro: não havia um consenso sobre o número ideal. Enquanto alguns dirigentes defendiam 40 clubes outros queriam 24 equipes e ainda poucos dirigentes eram favoráveis a manutenção e aumento do número de participantes e uma competição nacional.
- fim da repescagem: proposta esta defendida por aqueles diretores favoráveis a manutenção de um campeonato gigantesco.

---

<sup>104</sup> Vale a pena nominar alguns dos dirigentes que se aventuraram aos cargos eletivos. Otávio Pinto Guimarães, presidente da federação carioca, havia sido derrotado nas eleições de 1970 e 1974, concorrendo pelo MDB ao cargo de deputado estadual. Em 1978, voltaria a disputar um mandato de deputado estadual agora pela ARENA, e com o apoio do presidente da CBD, almirante Heleno Nunes, conseguiu apenas a décima suplência do partido. Em Minas Gerais, José Guilherme Ferreira, Presidente da Federação Mineira de Futebol, também foi derrotado para o mesmo mandato. O presidente da federação gaúcha Rubens Hoffmeister, candidato a deputado estadual, obteve pouco menos de três mil votos, o que seria insuficiente até mesmo se concorresse ao cargo de vereador em Porto Alegre. Outro derrotado nessas eleições foi o diretor do Bahia esporte clube, Paulo Maracajá, que dois anos antes fora eleito o segundo vereador da ARENA. Porém, nesta eleição, obteve uma votação inexpressiva, pouco mais de 6 mil votos para o mandato de deputado estadual. Em São Paulo, os amigos de Alfredo Meditieri também foram derrotados: Pedro Pavão, presidente do Marília, Waldemar Balvi presidente do XV de Jaú, Lauro de Moraes Filho, presidente da Ponte Preta e Oto Roberto Sandoval, presidente da Francana, foram derrotados pelo voto popular, onde concorreram aos cargos de deputado estadual.

<sup>105</sup> Para uma visão geral desse processo de modernização consultar, por exemplo, Helal (1997), Weishaupt (1999); Toledo (2002).

- a divisão das equipes por zonas de acordo com suas regiões: essa proposta possibilitaria que os clubes diminuíssem seus gastos nas primeiras fases do campeonato brasileiro.
- criação de um campeonato brasileiro com duas divisões disputados em 2 turnos com todas as equipes se enfrentando: durante toda a nossa pesquisa Revista Placar nos deparamos com vários artigos que pediam esta forma de organizar a competição nacional. Os editores argumentavam que esta fórmula seria mais justa e equilibrada, além de facilitar a compreensão dos torcedores em relação aos regulamentos.
- um calendário melhor distribuído: esta proposta vinha sendo tema de discussão desde o começo da nossa pesquisa, pois exigia-se um calendário racional desde as décadas de 50 e 60. Segundo o jornalista Juca Kfourri, apesar de existirem menos campeonatos os anos 60 possuíam competições com uma grande quantidade de clubes e assim faltavam datas.<sup>106</sup> A melhor distribuição do calendário significaria para os clubes um tempo maior para treinamentos, recuperação de lesões dos atletas, redução de gastos em viagens (devido a diminuição dos jogos) e por conta da melhor preparação dos atletas as equipes apresentariam um melhor futebol. Pelo lado do torcedor, ele poderia planejar e escolher os jogos que desejava assistir, pois saberia com muita antecedência com quem e aonde seu time iria jogar.
- os regulamentos das competições deveriam ser menos confusos: observamos nas várias etapas da nossa pesquisa a complexidade dos regulamentos de vários campeonatos organizados pelas CBD e Federações, o que propiciou várias interpretações, disputas judiciais e até mesmo temporadas terminadas sem que as competições tivessem sido terminadas. Outra consequência disso é que na temporada seguinte, para concluir o campeonato do ano anterior, o calendário era totalmente desrespeitado, e assim sucessivamente de ano para ano.
- a CBD e Federações deveriam diminuir o valor das taxas cobradas em jogos promovidos em seus campeonatos: foi enfatizado ainda que para promover um jogo, Federações e CBD consumiam de 20% a 30% da renda bruta das arrecadações por

---

<sup>106</sup> Entrevista concedida em 14 de dezembro de 2004. São Paulo. Todas as vezes que nos referimos ao jornalista, estaremos nos reportamos a esta entrevista.

partida. Este fato ajudava no processo de caos econômico dos clubes, muitas vezes devedores dessas entidades. A extensão dos campeonatos refletia nas rendas fracas dada a quantidade de jogos pouco atrativos (as vezes não valendo nada para a classificação).

Abaixo segue a tabela 02 que apresenta alguns dos prejuízos acumulados pelas equipes participantes do campeonato brasileiro 1977/1978 e possíveis sugestões vindas dos dirigentes das equipes disputantes para os campeonatos que seguiriam. A tabela abrange todos os estados que participaram destas competições.

**Tabela 02 - Quadro situacional dos clubes pós-brasileiros 1977-1978.**

QUADRO GERAL			
ESTADO	SITUAÇÃO POS/BRASILEIRO	SUGESTÕES PARA 1979	DETALHE
<b>Amazonas</b>	Fast perdeu 400 mil cruzeiros e o Nacional perdeu 960 mil cruzeiros.	Eliminar a repescagem e fazer Brasileiro só com 34 equipes	
<b>Pará</b>	Novo estádio Mangueirão deve ficar fechado até agosto de 79, por cobrar taxas altas. Remo perdeu 1,1 milhão. Paysandu deve 2,8 milhões.	Reduzir número de participantes a 30 clubes que jogarão em dois turnos diretos, todos contra todos.	
<b>Rio Grande do Norte</b>	América perdeu 20 mil cruzeiros por jogo.	Regionalizar o Brasileiro. Criar 3 divisões.	Potiguar de Mossoró quer entrar em 79.
<b>Alagoas</b>	CRB deve 500 mil. Os atletas do GSA em excursão pelo interior, dormem no próprio ônibus.	Reduzir o número de participantes.	
<b>Sergipe</b>	Sergipe perdeu 150 mil. E o Confiança desativou a “república” onde moravam jogadores vindos de outros Estado; perdeu cerca de 10 mil por jogo.	Reduzir o número de participantes.	Vasco de Aracajú e Itabaiana querem entrar em 79.
<b>Ceará</b>	Ceará e Fortaleza nem conseguem calcular o montante de suas dívidas superiores a um milhão.	Regionalizar o Brasileiro.	

<b>Pernambuco</b>	Sport perdeu 800 mil. Santa deve 1,2 milhão. Náutico perdeu milhão a acumulará, até setembro, mais um milhão de dívidas.	Regionalizar fase preliminar do Brasileiro, diminuindo as despesas da CBD e, assim, revertendo integralmente as rendas para os clubes.	
<b>Bahia</b>	Vitória perdeu 2 milhões.		Atlético de Alagoinhas e Botafogo vão entrar em 79.
<b>D. Federal</b>	Brasília perdeu 120 mil.	A CBD dar dinheiro aos clubes.	Haverá mais um clube em 79.
<b>Goiás</b>	Goiás perdeu 1,4 milhão.	Reduzir número de clubes. Ou extinguir o Brasileiro substituindo-o por um campeonato de seleções.	Atlético de Goiânia quer entrar em 79.
<b>Mato Grosso do Norte</b>	Jogadores do Mixto foram despejados do hotel onde moram por falta de pagamento. Presidente do Dom Bosco emprestou, ao time mais de 500 mil.	Permitir que o time com mando de jogo fique com toda a renda.	
<b>Mato Grosso do Sul</b>	Operário quer negociar seus melhores valores, e perdeu 800 mil.	Reduzir o número de participantes para 50 clubes.	
<b>Minas</b>	Atlético perdeu 2,3 milhões de cruzeiros. Cruzeiro perdeu 1,5 milhão. Uberaba chegou a dever 2 milhões quantia que se reduziu, agora a 900 mil.	Reduzir o número de participantes para 30 clubes.	
<b>Rio de Janeiro</b>	Fluminense deve 32 milhões. O Flamengo continua devendo perto de 60 milhões. O Vasco está atrasado no pagamento dos bichos e de salários.	Diminuir para 32 o número de clubes. Exigir publicação no prêmio da Loteria Esportiva.	Alguns clubes ameaçam não participar do campeonato de 79.
<b>Espírito Santo</b>	Rio Branco perdeu 300 mil. Vitória perdeu 400 mil.		Estrela do Norte e Atlético de Colatina querem entrar em 1979.

<b>São Paulo</b>	A Portuguesa vai ter um prejuízo de 3 milhões este ano. O São Paulo está perdendo 125 mil cruzeiros por semana e o Palmeiras reclama de 400 mil cruzeiros de prejuízo por mês. O Corinthians não tem prejuízo, mas está ganhando a metade do que poderia. O Santos apelou para juvenis e o Botafogo está vendendo Sócrates para aliviar os débitos.	Diminuir o número de times do Brasileiro. Diminuir a taxa cobrada pela CBD e pela Federação. Conseguir ajuda da Loteria Esportiva. Campeonato em 2 turnos, lá e cá.	Ferrovária e Marília sonham com uma vaga em 79.
<b>Paraná</b>	Somente em abril, Atlético perdeu 30 mil. Londrina perdeu 1 milhão. Colorado perdeu 100 mil mensais.	Organizar calendário. Eliminar equipes de cidades que não garantam média mínima de 100 mil de renda.	
<b>Rio Grande do Sul</b>	Inter deve 20 milhões. Grêmio perdeu 180 mil no jogo com Palmeiras (2 turno da fase final)	Diminuir taxas. Evitar evasão de renda.	
<b>Santa Catarina</b>	Figueirense perdeu 1 milhão. Chapecoense perdeu 800 mil.	Acabar com a regionalização.	

Fonte: Revista Placar Agosto de 1978.

#### 4b. A transição CBD-CBF

Descontentes com os rumos da administração do futebol brasileiro, alguns presidentes dos clubes de massa, sob a liderança de Francisco Horta, presidente do Fluminense carioca, ensaiavam a montagem de uma associação de presidentes de clubes brasileiros. O objetivo desta associação era unir esses clubes contra o modelo de campeonato vigente, fortemente assentado no processo de “interiorização” (lê-se também “integração nacional”) imposto pela política da CBD e federações aliadas, que mantinha às custas do próprio futebol as equipes pequenas e médias.

No plano da política esportiva reivindicava-se, sobretudo, a quebra do voto unitário nas eleições das Federações, pois tal isonomia fazia com que os grandes clubes perdessem sistematicamente o controle nas Federações.

Esta tentativa de formação de uma união entre os clubes durou apenas três reuniões, pois houve uma grande restrição por parte dos líderes das Federações para que este movimento prosperasse. Citamos como exemplo o caso de Pernambuco, onde as três maiores equipes<sup>107</sup> do Estado foram intimidadas pelo presidente, Rubens Moreira, a comparecerem sob pena de serem retaliadas.

Com a saída de Francisco Horta da presidência do Fluminense a idéia da associação perdeu força. Em 1987, mais fortalecidos e contrários a grave situação do futebol brasileiro formou-se o clube dos 13 maiores times brasileiros, que passaram a exigir maior participação na organização dos campeonatos brasileiros, enfraquecendo o centralismo da Confederação.

O ano de 1979 foi significativo para a história do futebol brasileiro. Depois de muitas disputas internas envolvendo dirigentes nascia a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O novo governo<sup>108</sup> desejava fazer modificações e entre elas uma demanda antiga, ou seja, a criação de uma Confederação exclusiva para o futebol. Outro tema focado nesta época seria a criação de uma secretaria especial dos esportes, mas esta proposta acabou não se concretizando. Para a realização destas modificações o almirante Heleno Nunes deveria deixar a presidência da CBD. Para a execução dos projetos governamentais foi escolhido como presidente do Conselho Nacional do Desporto o empresário Giulite Coutinho, amigo do Presidente da República de longa data.

Mesmo sabendo de seu desgaste político Heleno Nunes consegue, em janeiro de 1979, sua re-eleição para a presidência da CBD, por um mandato de 3 anos, eleito por aclamação dentro de uma lógica de alianças ancorada na própria estrutura do campeonato nacional, com vimos. *Placar*, à época, destacava que os gastos de viagens e hospedagens dos presidentes de Federações, os eleitores, bem como convidados foram custeados pela entidade máxima do futebol brasileiro. Embora sendo eleito por aclamação, semelhante ao período de João Havellange na presidência da CBD, ensaiava-se uma oposição.

Heleno Nunes havia prometido re-organizar o futebol brasileiro em 1979, mas ainda prevalecia a desordem porque em meados daquele ano algumas equipes sinalizavam a

---

<sup>107</sup> Santa Cruz, Náutico e Sport.

<sup>108</sup> . A posse do presidente da Republica General João Batista Figueiredo, que iniciaria seu governo sob o fim do Ato Institucional nº 5, seria marcado pela retomada do processo de redemocratização do país.

possibilidade de não participar do campeonato brasileiro, pois a entidade novamente redefinia o número de participantes, ou seja, 82 clubes participariam desta edição do “brasileirão”, fato que descontentou muitos dirigentes de clubes que até acenaram com a realização de um campeonato paralelo.

O argumento já amplamente conhecido era de que este campeonato seria totalmente deficitário, principalmente, em suas primeiras fases. Aproveitando a oportunidade os clubes voltam a reivindicar: calendário unificado, fim da seleção permanente, fim do voto unitário, diminuição das taxas cobradas pelas entidades nos jogos. Mesmo assim, a CBD consegue realizar um campeonato brasileiro com 94 clubes, disputado no período de setembro a dezembro. Em princípio a entidade queria prolongar este campeonato até abril de 1980, porém o CND impôs que o campeonato terminasse em dezembro.

Em maio de 1979, por um decreto governamental, foi criada a Confederação Brasileira de Futebol, que teria 120 dias para aprovar seus estatutos. Com isso as Federações estaduais teriam que se adequar às normas desta entidade. Desde que o governo sinalizou, por intermédio do Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portela, com a criação de uma entidade exclusiva para o futebol, o almirante Heleno Nunes mostrou-se totalmente contrário ao projeto, pois, certamente, perderia muito de sua influência assentada numa política de aliciamento há muito instalada na administração do futebol e que também se nutria da fraqueza política de outros esportes filiados à entidade. Um argumento formal utilizado por Heleno Nunes para que tal desmembramento não ocorresse era de que os estatutos da CBD obrigavam a permanência do futebol na entidade, levado à cabo pelo referido decreto governamental:

Ao perceber que a CBF seria realmente implantada, Heleno Nunes lança sua candidatura à presidência da mesma. Nesta eleição, o então presidente da CBD teria como oponente o Presidente do CND, Giulite Coutinho.

O objetivo de Heleno Nunes era repetir o mesmo feito ocorrido na política paulista em 1978, quando o candidato apoiado pelo governo, Laudo Natel, foi derrotado por Paulo Maluf na convenção estadual na ARENA, na escolha do candidato do partido às eleições ao governo estadual. Assim sendo, Heleno Nunes ao ganhar a CBF acreditava que teria uma boa convivência com o governo federal, mesmo não sendo o escolhido pelo mesmo. Giulite

Coutinho teria que reverter a diferença favorável ao seu oponente e para essa finalidade contou com o apoio do governo federal que não mediu esforços para reverter o quadro eleitoral.

Rubens Moreira, presidente da Federação Pernambucana e vice-presidente da região Norte-Nordeste da CBD, sempre foi fiel a Havellange e Heleno Nunes e por isso exercia forte influência junto aos presidentes das Federações desta região. No entanto, com o avanço do governo neste processo eleitoral, Moreira observa que suas bases se enfraqueceram, pois alguns votos começaram a migrar para a candidatura oficial. Outro seguidor dos dois últimos presidentes da CBD, Rubens Hoffmeiser, estava indeciso em quem votaria, pois estava negociando a melhor alternativa para o Estado do Rio Grande do Sul.

Para mostrar o seu poder de influência, o então recente governo Figueiredo impediu que candidatos que haviam decidido não votar em Giulite Coutinho viajassem para o Rio de Janeiro, foi o que ocorreu com presidente da Federação acriana. Outros artifícios foram utilizados pelo governo. O presidente Figueiredo telefonou para o governador do Paraná, Ney Braga, conhecido aliado de Heleno Nunes, para exigir que o presidente da Federação local apoiasse o candidato do governo. Para os presidentes das Federações que assumiram oficialmente o voto à Coutinho o governo procurou facilitar as condições de transporte, colocando-lhes a disposição até carros oficiais.

Desta maneira, a primeira eleição da história da CBF ocorreu em dezembro de 1979, registrando a vitória de Giulite Coutinho sobre Heleno Nunes por um placar de 16 votos a 10.

Quando presidiu o CND, Giulite Coutinho fora questionado pelo repórter Marcelo Rezende da Revista *Placar* sobre o gigantismo do campeonato brasileiro e, à época, respondeu que 94 participantes era uma “loucura”. Para o então presidente do CND, a “interiorização” implementada pelas últimas gestões da CBD teve o seu mérito em procurar o caminho para o futebol, mas isto custou à saúde financeira dos grandes clubes. Sobre o voto unitário, Giulite Coutinho considerava uma infelicidade, pois igualava poderes entre clubes com valores e tradições diferentes, prejudicando os clubes de massa. Ainda na

presidência do CND, Giulite Coutinho impediu que a CBD protelasse o campeonato brasileiro de 1979 até abril de 1980.

A primeira expressiva modificação realizada pela nova entidade foi a criação do campeonato brasileiro de 1980 em duas divisões, uma nítida reviravolta no processo de “interiorização”, fazendo prevalecer os clubes mais tradicionais. Deveriam ser estabelecidos critérios mais técnicos na distribuição dos clubes, mas o que se notou foi a continuidade de certas práticas assistencialistas. A primeira divisão passou a ser denominada de Taça de Ouro, que seria composta por 40 equipes, de acordo com os seguintes critérios:

- Federações que possuíam na primeira divisão de 6 a Oito equipes nos seus respectivos campeonatos, contariam com uma equipe, de preferência a campeã estadual.
- as Federações que possuíam em seu campeonato principal até 12 clubes indicariam o campeão e o vice dos respectivos campeonatos. O Estado do Rio de Janeiro tinha 12 clubes, sendo 3 equipes consideradas fundadoras<sup>109</sup>, e portanto, deveria classificar 5 equipes para a competição nacional.
- em São Paulo haviam 20 equipes na primeira divisão, 4 clubes eram considerados fundadores, campeão e vice estaduais e o Guarani, campeão brasileiro de 1978, portanto classificariam 7 equipes nesta nova versão de campeonato brasileiro.
- O Internacional de Porto Alegre embora tenha sido o 4º colocado no campeonato gaúcho e foi convidado por ser o último campeão brasileiro da era CBD.

A inclusão do América (RJ) na Taça de Ouro deixava claro que os critérios políticos permaneciam na escolha dos clubes. O América não se enquadrava como equipe fundadora e havia terminado o último campeonato carioca abaixo da 5ª colocação, e pelos critérios utilizados não deveria ser convidado, por fim o semanário esportivo *Placar* lembrava que Giulite Coutinho era torcedor do clube carioca.

Apesar da diminuição do número de equipes de 94 para 40 clubes a Taça de Ouro ainda apresentava um regulamento confuso, pois permitia que 4 equipes oriundas da Taça

de Prata (espécie de segunda divisão no futebol brasileiro) disputasse a segunda fase da Taça de Ouro; ou seja, no mesmo campeonato havia o acesso de equipes da divisão inferior para a superior, e não estava previsto o rebaixamento de nenhuma equipe. No segundo grupo do campeonato brasileiro de 1980, denominado de Taça de Prata<sup>110</sup>, foram alocadas 64 equipes, sendo que a distribuição dos clubes em grupos obedeceu aos critérios regionais. Outra possibilidade de acesso ao grupo principal era a promoção do campeão e vice, que segundo o regulamento das competições garantiam a eles o acesso a Taça de Ouro de 1981.

A maior parte dos elogios a este novo campeonato vieram, principalmente, dos grandes clubes e daqueles clubes médios e pequenos convidados para esta nova disputa. Citaremos como exemplo a frase publicada por *Placar* em que o presidente do Cruzeiro, Felício Brandi elogia a diminuição do número de equipes no campeonato brasileiro. “*Quarenta clubes não é o ideal, mas é melhor que oitenta*”.

Em São Paulo todos os clubes grandes aprovaram a nova versão do campeonato brasileiro, como por exemplo, o presidente do São Paulo, Nunes Galvão, que acreditava em grandes jogos e arrecadações. Um ponto importante ressaltado e elogiado pela *Placar* era que estava prevista no regulamento a classificação para a próxima Taça de Ouro de todos os campeões estaduais. Este fato certamente colaboraria no incentivo das disputas regionais, principalmente nas localidades onde o número de vagas era igual ou inferior a duas, incentivaria as equipes de porte médio a investirem, pois teriam no futuro lucros financeiros em participar do campeonato brasileiro.

Críticas também não faltaram à nova entidade organizadora deste novo campeonato, principalmente das equipes não convidadas para o campeonato principal (ouro e prata). O dirigente do América mineiro, Paulo Alves, questionava o desconhecimento de Giulite Coutinho em relação às tradições do clube de Minas Gerais, conforme mostra o fragmento a seguir: “*É uma vergonha. Como esse Giulite desconhece as tradições do América?*”.

É bom lembrar que as tradições do clube mineiro foram conquistadas nas primeiras décadas do século XX. Porém, com o fortalecimento da dupla Cruzeiro e Atlético, o

---

<sup>109</sup> As equipes consideradas fundadoras eram aquelas que primeiro participaram do torneio Rio-São Paulo no ano de 1933

<sup>110</sup> Não confundir este campeonato com o torneio Roberto Gomes Pedrosa também chamado pela imprensa como Taça de Prata que envolvia as melhores equipes do futebol brasileiro.

América passou a ser a terceira força esportiva do Estado, sendo colocada no campeonato nacional em 1971 por intermédio do governador do Estado e ao longo de suas participações do campeonato brasileiro não apresentou resultados significativos, sempre desclassificado nas primeiras fases.

Em Pernambuco a revolta era porque uma equipe considerada grande teria que disputar a Taça de Prata, esta equipe era o Sport, fato que provocou duras críticas à CBF de seu presidente, José Moura Neto: “*Pernambuco tem 3 grandes times [Náutico, Santa Cruz e Sport Recife], mas a CBF quer mudar a realidade*”. A manutenção das regras de acesso, onde campeões estaduais galgariam seus lugares no “brasileirão” abrandaram muitas das críticas, sobretudo dos clubes de pequeno porte.

## 5. A completa integração em números

Neste tópico, pretendemos analisar algumas informações obtidas no cd-rom “Placar Banco de Dados do Campeonato Brasileiro”, lançado em 2003 (Tabelas 03,04,05). Por meio das informações coletadas formulamos três tabelas para colaborar com a análise.

**Tabela 03 - Números do campeonato Brasileiro, 1971-1973.**

Ano	J	G	MG	C
1971	229	419	1,83	20
1972	352	731	2,08	26
1973	656	1267	1,93	40
1974	447	948	2,12	40
1975	430	975	2,27	42
1976	411	950	2,31	54
1977	485	1204	2,48	62
1978	791	1771	2,24	74
1979	583	1366	2,34	94
1980	306	825	2,70	44
1981	306	752	2,46	44
1982	291	801	2,75	44
1983	322	866	2,69	44

Fonte: Banco de dados Cd rom Revista Placar 2003

Legenda: J – Jogos; G – Número de Gols; MG – Média de Gols; C – Número de clubes

Um primeiro dado curioso pode ser notado no ano de 1973, quando 40 clubes disputaram o campeonato, mas devido a complexidade da fórmula do torneio houve 656 partidas e a equipe para ser campeã teve que entrar em campos 40 vezes, possivelmente o maior caminho que um clube percorreu para se chegar ao título<sup>111</sup>. E nem sempre o

<sup>111</sup> O campeão daquele ano foi a Sociedade Esportiva Palmeiras.

aumento no número de participantes refletiu numa maior quantidade de partidas. Podemos verificar que em 1978, campeonato que teve 74 clubes, foram realizadas 731 partidas, no ano seguinte, com 94 equipes, o número de jogos foi reduzido para 583. Isso demonstra que o gigantismo por si só não era o único problema dos campeonatos, uma vez que sempre estiveram associados às fórmulas e regulamentos pouco transparentes.

Quanto maior o número de partidas realizadas, maior o número de gols no campeonato. Neste critério, o ano de 1978 foi o que registrou o maior número de gols: 1771. Após 1980, com a drástica redução do número de participantes diminuiu o número de gols. Excetuando 1971 e 1973, as médias foram sempre superiores a 2 gols por partida. Se considerarmos apenas a década de 1970, o ano que registrou a maior média foi em 1977 com 2.4 gols por partida, sendo realizados 485 jogos e que foram marcados 1204 gols. Porém, se expandirmos nosso foco de análise até o ano de 1983, veremos que as três maiores médias foram registradas na Taça de Ouro, sendo que a maior delas foi a de 2.78 gols por jogo no ano de 1982.

Sobre esta questão, cabe uma observação, pois ao observarmos os vários artigos das revistas Placar e Veja, verificamos uma forte crítica ao esquema tático implementado pelos técnicos dos clubes e até da seleção. Diziam estes artigos que o futebol apresentado era pobre tecnicamente e fortemente caracterizado pelo sistema defensivo, despreocupando-se com o ataque. Quando verificamos que durante a Copa do Mundo da Alemanha em 1974 o selecionado brasileiro marcou seis gols em apenas sete jogos apontamos que estes artigos tinham uma certa razão. Porém, ao observarmos o número e média de gols vimos que o campeonato brasileiro não estava em decadência devido a falta do mesmo. As médias deste período foram sempre superiores a 2 gols por partida, talvez poderia se questionar a qualidade técnica do futebol apresentado pelas equipes convidadas para o Campeonato Brasileiro.

Com relação ao número de clubes os anos 70 registraram um aumento linear a cada edição até chegar aos 94 clubes em 1979. Com a criação da CBF e o desejo de mudanças na estrutura do futebol brasileiro esse número foi reduzido para 44 equipes, permanecendo assim até o ano de 1983. Não obtivemos um gráfico que possibilitasse as análises da média de público dos Campeonatos Brasileiros, entretanto, pelos dados que possuímos ficou

evidente que a pior média dos anos 70 aconteceu em 1979 quando a mesma foi inferior a 10 mil pessoas por jogo. O ano de 1971, pelo fato de ser o primeiro campeonato e de serem realizados os principais confrontos<sup>112</sup> clássicos do futebol do Brasil, a maior média foi aproximadamente de 20 mil pessoas por jogo. Mas tais números devem ser observados também à luz dos desempenhos oscilantes da seleção brasileira e a permanência dos melhores jogadores no país. Em 1971 todos os craques vencedores da copa em 1970 estavam no campeonato. Em 1979, o país ainda se refazia do fracasso do mundial da Argentina. Isso leva a uma análise mais conjuntural desses dados e menos linear do ponto de vista de isolar o campeonato brasileiro de outros eventos esportivos e/ou políticos.

**Tabela 04 - Quadro informativo por região e Estados participantes do Campeonato Brasileiro, 1971-1979.**

Ano	Sul			Sudeste				Centro Oeste				Nordeste							Norte				
	RS	SC	PR	SP	RJ	MG	ES	GO	MS	MT	DF	BA	SE	AL	PE	PB	PI	CE	MA	RN	AM	PA	
1971	2		1	5	5	3						1			2			1					
1972	2		1	5	5	3						2	1	1	2			1		1	1	1	
1973	2	1	2	6	6	3	1	1	1		1	2	1	1	3		1	2	1	1	2	2	
1974	2	1	2	6	6	3	1	1	1		1	2	1	1	3		1	2	1	1	2	2	
1975	2	1	2	6	6	3	1	2	1		1	2	1	1	3	1	1	2	1	1	2	2	
1976	3	2	3	8	7	4	2	2	1	1		3	1	2	3	2	1	2	1	2	2	2	
1977	4	2	4	9	8	5	2	2	1	1	1	3	2	2	3	2	2	2	1	1	3	2	
1978	5	3	5	12	9	6	2	3	2	2	1	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	
1979	7	5	6	8	7	7	3	6	4	2	3	5	3	3	4	3	3	3	3	3	3	3	

Fonte: Banco de Dados Cd Rom Revista Placar (2003)

A tabela 04 mostra que nas primeiras edições do Campeonato Brasileiro os 4 Estados tradicionais (SP, RJ, MG e RS) possuíam a maior quantidade de clubes e até o ano de 1976, com a exceção de Rio de Janeiro e São Paulo, que incluíram mais um clube cada um, gaúchos e mineiros tiveram que esperar a chegada de Heleno Nunes à CBD para aumentarem suas cotas.

A tabela 04 indica a presença de todos os Estados a partir de 1975, o que venho denominando de “completa integração”. Consolidada essa demanda estadual (“política dos governadores”) as pressões passam a incluir as cidades de médio porte (“política dos prefeitos”), tal como vimos em alguns exemplos (Ribeirão Preto, Campinas). Os Estados

<sup>112</sup> Este campeonato foi caracterizado pela realização de vários clássicos interestadual e estadual, possibilitando que se alcançasse a maior média do Campeonato Brasileiro daquele período.

futebolisticamente e politicamente mais fortes conseguiram obter mais vagas, exemplo notório do Estado de São Paulo, que em 1978 possuía 12 representantes.

Em termos absolutos, São Paulo apresenta mais representantes, mas se olharmos o crescimento de representatividade no Campeonato Brasileiro a partir da primeira edição destaca-se o Estado do Paraná, que tinha 1 clube em 1971 e passou a 6 equipes no Campeonato de 1979. Em relação aos Estados que foram incluídos a partir de 1972, aquele que mais cresceu em quantidade de representantes foi Goiás, que em 1979 teve 6 times, enquanto que no ano de sua estréia era representado somente pelo time do Goiás Esporte Clube.

**Tabela 05 - Comparação de representatividade no Campeonato Brasileiro, 1971-1979, segundo suas respectivas regiões.**

Ano	Sul	Sudeste	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Total
1971	3	13		4		<b>20</b>
1972	3	13		8	2	<b>26</b>
1973	5	16	3	12	4	<b>40</b>
1974	5	16	3	11	5	<b>40</b>
1975	5	16	4	12	5	<b>42</b>
1976	8	21	4	16	5	<b>54</b>
1977	10	24	5	17	6	<b>62</b>
1978	13	29	8	19	7	<b>74</b>
1979	18	25	15	30	9	<b>94</b>

Fonte: Banco de Dados Cd Rom Revista Placar (2003)

Ao olharmos a tabela 05, destacamos que até o ano de 1978 a região sudeste possuía o maior número de clubes, sendo seguido pela região nordeste, que por ganhar vagas durante a década de 70 ultrapassa o sudeste em 1979, quando sobe de 19 representantes em 1978 para 30 clubes no ano seguinte, o que indica um deslocamento ou “interiorização” do campeonato, enquanto que a região sudeste perdia 4 vagas, caindo de 29 clubes em 1978 para 25 no ano seguinte. Segundo a mesma tabela, a maior evolução registrada ocorre na região nordeste, quando no primeiro campeonato foi representada por apenas 4 equipes e oito anos mais tarde era a região que possuía o maior número de clubes da competição nacional. No entanto, fica evidente que a região sudeste foi a que menos evoluiu, se a compararmos com outras regiões, que proporcionalmente e percentualmente, foram superiores a esta região.

A região sul sempre ocupou a terceira posição, tendo nos anos 70 um pequeno avanço, se compararmos a outras regiões. Porém, no ano de 1979 a região sul suplantou a região centro-oeste em apenas 3 representantes, o que significa que a organização do Campeonato Brasileiro não se preocupava com a qualidade técnica dos clubes, pois é sabido que a região sul apresentava um melhor futebol do que a região centro-oeste<sup>113</sup>, que à época ainda “engatinhava” na prática do futebol. Percentualmente, as regiões norte e nordeste foram as que mais evoluíram, se observarmos as primeiras quatro edições do Campeonato Brasileiro. Tal fato ficou evidente com o trabalho de campo que apontou as relações que nortearam as inclusões de equipes nesta competição. Exemplificamos que de 1971 para 1972 a região nordeste aumentou 100% o seu número de vagas, enquanto a região nordeste de 1972 para 1973 houve um aumento igual, passando de 2 para 4 clubes. Por fim, das regiões incorporadas ao Campeonato Brasileiro durante os anos 70, a região centro-oeste foi a que se desenvolveu proporcionalmente, passando de 3 em 1973 para 15 em 1979.

## **Segunda parte: um balanço final**

### **1. A estrutura do futebol brasileiro: uma retomada panorâmica**

O propósito de nosso estudo foi apontar as várias fórmulas de organização do futebol acompanhando suas formas de institucionalização. Destacamos no primeiro capítulo as disputas, ainda no regime amador, entre duas federações<sup>114</sup> pelo controle e reconhecimento do então débil futebol nacional junto a FIFA, em seguida vimos a implantação do modelo profissional que, após inúmeras discussões, acabou se consolidando ao longo da década de 30. Em 1941, com a criação do Conselho Nacional dos Desportos (CND)<sup>115</sup> registra-se a primeira tentativa do Estado em organizar e estruturar o esporte brasileiro. Neste período surge uma questão sempre presente até o aparecimento da CBF: o futebol deveria ser alocado em uma entidade eclética<sup>116</sup>? Com a transferência da capital do

---

<sup>113</sup> Apesar de apresentar um futebol tecnicamente inferior aos grandes centros, a região centro-oeste teve seu apogeu no Campeonato Brasileiro em 1977, quando o Operário (MS) foi eliminado pelo São Paulo nas semifinais. A equipe sulmatogrossense era treinada pelo ex-goleiro Castilho.

<sup>114</sup> Estas Federações estavam situadas nos dois maiores centros urbanos no país, São Paulo e Rio de Janeiro.

<sup>115</sup> . Conforme Manhães (1985).

<sup>116</sup> Lembrar que a CBD administrava o futebol juntamente com outras 20 modalidades diferentes.

Rio de Janeiro para Brasília mobilizou um debate que até hoje persiste, ou seja, onde deveria localizar a sede da entidade máxima do futebol brasileiro, Brasília, ou permanecer no Rio de Janeiro, instalada desde 1916.

Nas décadas de 70 e 80, pontuamos ao longo da análise algumas investidas e iniciativas que objetivavam apresentar propostas que poderia solucionar as questões referentes a estrutura administrativa do futebol. Porém, nenhuma delas foi realmente implantada; como por exemplo, a que fixava um limite de três anos, com direito a uma recondução, do mandato de presidentes de clubes, Federações e Confederação e também a proibição dos dirigentes em acumular ou exercer cargos políticos simultaneamente ao mandato esportivo. Os seis primeiros campeonatos brasileiros organizados pela CBF mantiveram o mesmo número de participante e os campeonatos nacionais continuaram rivalizando com os estaduais. Quando as propostas eram apresentadas aqui ou acolá imediatamente eram rechaçadas, nem mesmo o CND ou qualquer órgão superior, tal como o Ministério da Educação e Cultura, agregaram forças suficientes para colocarem tais propostas em práticas.

Como testemunhos de como os presidentes das entidades (o que valia para os clubes) se perpetuavam nos cargos destacamos alguns casos exemplares e vimos que João Havellange presidiu a CBD de 1958 a 1974, Otávio Pinto Guimarães presidiu a Federação carioca de 1968 a 1985<sup>117</sup>, Rubens Moreira permaneceu na Federação pernambucana cerca de 20 anos e mais recentemente temos o exemplo de Ricardo Teixeira, que comanda a CBF desde 1989, sendo reconduzido ao cargo em 2003 com mandato previsto até 2007.

Uma demanda sempre presente nos debates esportivos em tempos de modernização ampliada dos esportes<sup>118</sup> versa sobre a profissionalização do dirigente, pois se argumenta que o futebol padece institucionalmente devido ao amadorismo de seus comandantes. Como pudemos verificar em nossa pesquisa a má gestão das formas da competição culminou no final da década de 70 com um *déficit* generalizado entre os clubes, desequilíbrios orçamentários e endividamentos com o INPS<sup>119</sup>. Até aquele período os

---

<sup>117</sup> Neste ano assumiu a presidência desta Federação, Eduardo Viana, que até preside esta Federação até os dias atuais. Embora, tenha começado o ano de 2005 afastado por problemas de saúde e judiciais.

<sup>118</sup> Conforme Toledo (2002).

<sup>119</sup> Instituto Nacional de Previdência Social.

clubes negociavam suas dívidas diretamente com o governo para evitar a penhora de suas rendas.

No entanto, o surgimento da CBF representou muito mais uma continuidade do modelo vigente assentado no assistencialismo e personalismo dos dirigentes do que propriamente uma ruptura que acenasse para uma reestruturação rumo à uma estrutura burocrática impessoalizada. Tais mudanças, mais sensíveis de se notar atualmente, ficaram a cargo das iniciativas isoladas de alguns clubes que desde o final dos anos 80 vêm se modernizando, quer no plano administrativo, técnico ou político.

O CND continuou normatizando as leis do desporto brasileiro, mas caberia a então criada CBF autonomia na organização dos campeonatos e cuidar da Seleção Nacional. Segundo o jornalista Juca Kfourri o modelo de um campeonato nacional foi tardio se comparado às experiências dos países europeus, que criaram seus campeonatos nacionais no final do século XIX e início do século XX.

## **2. Os campeonatos estaduais**

Destacamos nos capítulos anteriores a insatisfação dos grandes clubes de alguns Estados com as fórmulas dos campeonatos estaduais organizados pelas suas respectivas Federações. Observamos que o fenômeno de inchaço do campeonato nacional se desdobrava nos níveis locais e os dirigentes para manterem seus poderes junto às suas federações igualmente aumentavam o número de clubes na primeira divisão, incluindo times do interior que não possuíam condições estruturais para participarem, como por exemplo, ocorreu nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

No começo dos anos 80 alguns clubes considerados da primeira linha do futebol anunciavam os prejuízos causados por participarem dos campeonatos regionais deficitários, que traziam mudanças constantes nos regulamentos durante a realização dos torneios, fórmulas confusas e incompreensíveis para o entendimento dos torcedores, diminuição da média de público e renda, casos de suspeitas de suborno e compra de vagas em fases subsequentes dos campeonatos. Embora tais descontentamentos fossem verificados fora do eixo Rio São Paulo, eram mais visíveis nos Estados onde o futebol era mais desenvolvido.

À consolidação do campeonato nacional se seguiu o declínio gradual dos estaduais, que até meados dos anos 70 e início da década de 80 eram simbolicamente importantes e mais rentáveis economicamente. As formas de disputa até a década de 60 era no sistema de todos contra todos em dois turnos e aquela equipe que somasse o maior número de pontos ao final da competição ganhava o título de campeão<sup>120</sup>. Por esta fórmula todos participavam da competição com as mesmas possibilidades de conquista de título, mesmo sabendo da existência de clubes melhores preparados para o torneio.

No entanto, na visão de muitos dirigentes que comandavam o futebol naquele período, esta fórmula não motivava o torcedor. Então, decidiu-se organizar campeonatos com fases intermediárias, subfases, decisões de turno e pontos extras, que na verdade, valiam pouco, pois o que decidia mesmo eram as finais, quando não um único jogo final. Citaremos alguns exemplos; em 1976 após vencer todas as fases do campeonato mineiro, o Cruzeiro teria que decidir o título estadual em um quadrangular que por falta de data foi adiado para 1977<sup>121</sup>. Em São Paulo, fórmulas mirabolantes não faltavam e uma das mais confusas foi implementada em 1978 quando uma equipe poderia ser campeã e rebaixada simultaneamente! Detalhemos esse ponto.

Primeiramente, foi realizado um torneio seletivo envolvendo as equipes não convidadas para o campeonato brasileiro daquele ano. O regulamento deste torneio dizia que o campeão e o vice estariam classificados para o terceiro turno do campeonato paulista. Os dois primeiros turnos envolveram as 20 equipes da primeira divisão jogando todos contra todos, sendo que os clubes foram distribuídos em 4 chaves com 5 equipes cada, na mudança de turno era realizado um novo sorteio para alocar as equipes em seus novos grupos.

Ao final de cada turno, as duas melhores equipes por grupos disputavam o título do turno no sistema eliminatório. Para o terceiro turno, classificavam-se além dos vencedores de cada turno, as duas melhores equipes do torneio seletivo, os dois melhores clubes por média de renda, os dois times com os melhores ataques e, por fim, os dois melhores classificados pelo índice técnico, somando-se os pontos dos dois turnos. As dez equipes foram distribuídas em dois grupos com cinco equipes, todos contra todos nos mesmos

---

<sup>120</sup> Os chamados pontos corridos, tal como ocorre há dois anos no campeonato nacional.

grupos, classificando-se o campeão e vice de cada chave para as semi-finais e os vencedores desta fase disputariam o título na melhor de quatro pontos.

Assim, podemos perceber que de nada valeria a conquista de um dos turnos deste campeonato, pois eram inúmeras as chances e “atalhos” de se obter a classificação para o turno final, e este turno era realmente decisivo, pois as melhores equipes desta fase decidiriam o título estadual. Esse campeonato, concebido em várias fases, possibilitava que uma equipe de porte médio ou pequeno classificasse para a fase decisiva, garantindo também às equipes de massa uma maneira de se classificar para a decisão do campeonato. Estas fórmulas complexas se sucederam e se espalharam por todo o país. Mesmo tendo boas médias de renda e público, tais fórmulas, que visavam a mobilização permanente dos torcedores, mas com um certo esgotamento da emoção, não impediram que os torcedores começassem a se afastar dos estádios.

Ainda se não houvesse as complicações na fórmula e regulamento o primeiro turno deste campeonato foi paralisado em pleno desenvolvimento, devido a descoberta de um caso de *doping* envolvendo o centroavante da Portuguesa de Desportos em um jogo contra o Paulista de Jundiaí. Em seguida, outras equipes passaram a requerer os pontos de suas partidas contra a Lusa. Devido a essas pendências judiciais o campeonato foi paralisado até que se houvesse o consenso de aceitar as medidas deliberadas pela Justiça desportiva, e não mais se recorresse às instâncias superiores da justiça comum.

Como mencionamos, uma equipe poderia ser campeã e ao mesmo tempo ser rebaixada. Ao final do segundo turno esta equipe poderia ser o Paulista de Jundiaí, que fora segunda colocada no torneio seletivo de 1978 e assim garantiria uma vaga no terceiro turno do campeonato paulista. Porém a equipe jundiaense não desempenhou uma boa campanha nos dois turnos e, portanto corria sério risco de ser rebaixada<sup>122</sup>.

Em virtude desta possibilidade a Federação Paulista tenta impedir que a equipe de Jundiaí disputasse a outra fase do campeonato. Descontentes com tal atitude os dirigentes do Paulista buscam apoio na justiça para garantir a vaga adquirida dentro de campo. A equipe de Jundiaí estava precisando de ajuda financeira devido aos gastos que tivera nos

---

<sup>121</sup> Esta edição foi vencida pelo Atlético que tinha uma campanha inferior a do seu rival.

<sup>122</sup> Pelo regulamento a equipe última colocada seria automaticamente rebaixada e a penúltima colocada deveria disputar dois jogos contra a vice-campeã da divisão intermediária.

últimos campeonatos e, por outro lado, a Federação Paulista não desejava que uma equipe que fizesse uma campanha “medíocre” participasse da fase decisiva do campeonato.

Para solucionar o impasse a Federação Paulista propôs a equipe de Jundiaí um acordo pelo qual o clube aceitaria a doação 800 mil cruzeiros, mas em troca o clube deveria desistir da ação judicial abdicando do direito de participar do terceiro turno. E mais, o então presidente da entidade paulista Alfredo Meditieri prometera que ao final do campeonato não haveria rebaixamento. Segundo *Placar* (Maio, 1979) houve uma arrecadação entre os clubes classificados para a fase seguinte do torneio paulista com a exceção da Portuguesa de Desportos que se recusara a participar dessa cotização. O semanário desportivo detalhou que cada clube colaborou com 50 mil cruzeiros, porém o Botafogo de Ribeirão Preto, o maior beneficiário, garantiu 300 mil cruzeiros restantes para completar o valor referido que foi destinado à equipe de Jundiaí. No final, o Paulista recebeu o montante arrecadado, desistiu da ação judicial e foi rebaixado<sup>123</sup>.

Nos demais Estados a desorganização dos campeonatos estaduais proliferavam. No Rio de Janeiro, em 1976, a equipe do Fluminense abandona o campo em seu jogo contra o Flamengo sem sofrer qualquer reprimenda do Tribunal da federação estadual. Em 1978, a mesma Federação Carioca desejava aumentar o número de participantes no campeonato estadual, de 12 clubes para 18 clubes, contrariando a vontade dos grandes clubes que queriam a diminuição para 10 equipes.

Rubens Hoffmeister, no Campeonato Gaúcho de 1979, incluiu as equipes do São Borja e Guarani de Bagé em pleno desenvolvimento do primeiro turno, sem o conhecimento e consentimento das equipes envolvidas neste campeonato. Para mostrar a complexidade dos regulamentos, destacamos a final do campeonato Cearense de 1977 onde as equipes do Fortaleza e Ceará tiveram que jogar três prorrogações, totalizando 180 minutos de futebol. No Campeonato Paulista de 1975 e no Campeonato Carioca de 1977, o campeão foi conhecido mediante as disputas de penalidades máximas, ou seja, não foi utilizado quaisquer critérios técnicos (número de vitórias, saldo de gols etc) que pudessem impedir a decisão pelo meio anteriormente mencionado.

---

<sup>123</sup> O Paulista terminou a competição em penúltimo lugar, tendo que fazer dois jogos contra o Velo Clube de Rio Claro e foi derrotado e assim rebaixado à divisão intermediária.

Em Pernambuco, o Sport Recife após uma briga com a Federação local, na pessoa do seu presidente Rubens Moreira, desiste de participar do campeonato estadual, vendendo seu principais jogadores e apenas participando de jogos amistosos onde não podia cobrar ingresso. Para arrecadar alguns trocados o clube disponibilizava algumas caixas nas quais o torcedor caso se sensibilizasse poderia colocar alguns donativos para o clube.

Atualmente, o jornalista Juca Kfoury é um dos cronistas de renome que é favorável à extinção dos campeonatos estaduais. Para ele “esses campeonatos já morreram faz tempo, só que esqueceram de enterrá-los”. Segundo o jornalista o conservadorismo se apegou ao fato do futebol ser montado a partir dos campeonatos estaduais, o que confirma uma dada ordem privada generalizada no país, que dificulta que mecanismos mais impessoais e universais de aferição dos desempenhos sejam estabelecidos no plano esportivo.

O jornalista destaca ainda que em 2002 ensaiou-se a extinção dos estaduais, com a disputa das copas regionais: “Em uma estrutura de negócios, como é o futebol, nos dias atuais não faz nenhum sentido os grandes clubes subsidiarem os pequenos”. Na visão do jornalista o que ocorre atualmente seria a “socialização da miséria em vez de ser distribuída a riqueza”. Para exemplificar, destaca o auto investimento de algumas equipes, que são obrigadas a colocar seus craques para jogarem em gramados que não apresentam as mínimas condições de competitividade.

Relativizando as disputas regionais ou locais lembra que, tradicionalmente, é corrente se afirmar que o torcedor corinthiano gosta de ganhar mais do Palmeiras do que vencer o Flamengo. Kfoury lembra que ambos os jogos podem acontecer num Campeonato Brasileiro, o que contemplaria, mas numa escala de valores, tanto as rivalidades regionais quanto a nacional. Para o jornalista a questão fundamental não seria “se o Corinthians gosta de vencer o Palmeiras, o São Paulo ou o Santos?” A indagação a ser feita é se “Corinthians prefere ganhar do Flamengo ou do Noroeste? Ganhar do Grêmio ou do XV de Piracicaba?”.

Trata-se, enfim, de uma alteração do eixo da emoção, o que, de fato vem ocorrendo com a maior visibilidade de outras competições tais como a Copa Libertadores e o próprio Campeonato Brasileiro em detrimento dos regionais. Lembra Kfoury que os clubes pequenos apenas vivem para disputarem os campeonatos estaduais, mas deveria haver um

calendário mais organizado que possibilitasse tais equipes ingressarem nas competições mais atraentes.

Nos anos 70 os clubes brasileiros não valorizaram a Copa Libertadores<sup>124</sup>, devido as enormes dificuldades logísticas (comunicação e transporte), além de uma certa cultura esportiva isolacionista cultivada pelos clubes brasileiros no continente castelhano. Argumentava-se que quando as equipes estrangeiras vinham jogar no Brasil eram colocadas em vestiários de boa qualidade e jogavam em campos “gigantescos”, que ofereciam boas condições para a prática do futebol. Ao saírem, as equipes brasileiras não tinham a mesma recepção, em alguns casos eram alvos de agressões e intimidações de toda parte. Nos anos 90, na esteira da globalização e suas conseqüências, as equipes brasileiras passam a valorizar a participação nas competições promovidas pela Confederação Sul-americana. Sendo assim, o investimento dessas equipes passa a ser a conquista de tais torneios.

### **3. Fórmulas e regulamentos do Campeonato Nacional**

Apontamos em nosso estudo as dificuldades de compreender os regulamentos e fórmulas implementadas nos diversos campeonatos organizados pelas entidades futebolísticas. Neste tópico destacaremos algumas disparidades observadas nos campeonatos organizados pela CBD e o primeiro campeonato promovido pela CBF.

Em 1971, ano inaugural da competição nacionalizada, o regulamento foi alterado duas vezes. Durante as disputas da primeira fase ocorreu nova modificação devido a confusão provocada pelo critério renda, pois como já descrevemos no primeiro capítulo algumas equipes almejavam se classificar para fase seguinte utilizando-se deste critério, que nitidamente favorecia os clubes de massa. Tal critério voltaria a ser utilizado no ano de 1974.

A partir 1975 é criado a repescagem ou o chamado “grupo dos perdedores” onde eram alocadas as equipes que não conseguiam uma melhor classificação na primeira fase. Esta fórmula servia para ampliar a oportunidade de classificação para as equipes mais fracas na fase decisiva do campeonato, onde certamente as rendas seriam melhores. Para as equipes grandes tal fórmula amenizava os possíveis percalços durante o campeonato,

---

<sup>124</sup>A única equipe brasileira a vencer este torneio na década de 70 foi o Cruzeiro, no ano de 1976.

conferindo novas chances na buscar o título. Qualitativamente as equipes classificadas no “grupo dos vencedores”, disputariam jogos tecnicamente mais difíceis e jogariam mais vezes em relação às equipes alocadas na repescagem, e assim as equipes poderiam percorrer caminhos distintos para conquistar o título. De acordo com esta fórmula uma equipe que disputasse a repescagem jogaria de 4 a 8 vezes menos que uma equipe classificada no chamado “grupo dos vencedores”. Esta organização de campeonato perdurou até o ano de 1978.

Em 1979 o Campeonato Brasileiro contou com a participação de 94 clubes, mas essas não participaram desde o início da competição. Com o desenvolvimento do torneio e a cada nova fase equipes eram incorporadas ao certame. Por exemplo, os clubes do eixo Rio-São Paulo entraram na segunda fase, com exceção de Palmeiras e Guarani, que foram incluídas na terceira fase pelo fato de terem sido os finalistas do ano interior.

Como já informamos, até a fase final dos campeonatos organizados pela CBD as equipes não disputavam a mesma quantidade de jogos, sendo que em alguns campeonatos certos times conseguiam sua classificação para a fase decisiva jogando a repescagem. Porém, em 1979, mesmo não havendo o torneio de repescagem houve uma grande diferença do número de jogos entre duas equipes para chegar à fase semifinal da competição. Como relatado, as equipes do Palmeiras<sup>125</sup> e do Guarani somente entraram na terceira fase, e assim, o clube da capital paulista precisou de apenas três jogos para se classificar a esta fase, enquanto o seu adversário das semifinais, o Internacional de Porto Alegre, teve que disputar 16 jogos.

Estes dados mostram que apesar da igualdade no número de jogadores dentro de campo, garantindo uma isonomia nos desempenhos, das regras que se pretendem universais e um certo credo individualista que reveste os discursos em torno das competições esportivas modernas, o caso brasileiro, ao menos, descortina as desigualdades tanto fora quanto dentro das quatro linhas.

Dentro de campo, as equipes não possuíam as mesmas condições para obterem seus objetivos, sendo que prevaleceu na determinação dos mandos de campo o desempenho

---

<sup>125</sup>A equipe paulista derrotou o Comercial SP por 5x1, São Bento de Sorocaba também pelo mesmo placar e o Flamengo por 4x1.

técnico, com exceção de 1971, em que a ordem dos jogos foi estabelecida por meio de um sorteio na sede da CBD. Se fosse utilizada a fórmula de dois turnos, em que as equipes teriam as mesmas condições de conquistas de títulos, teríamos a mesma quantidade de jogos, em casa e fora de casa, assim poderiam ter maiores possibilidades de recuperação durante o torneio.

No campeonato de 1971, o campeão foi conhecido por meio de um triangular<sup>126</sup>, disputado em turno único. No campeonato de 1972, as fases semifinal e final foram realizadas em apenas um jogo, sendo que o critério que determinou o mando de campo foi o desempenho das equipes durante o campeonato. Nos anos de 1973 e 1974, um quadrangular de turno único apontou o campeão. Já as finais de 1975 a 1977 foram disputadas em partidas únicas.

*Placar* sempre defendeu em seus artigos que o campeonato realizado em dois turnos seria a fórmula mais justa. No entanto, devido ao “gigantismo” do nacional tornava-se inviável, e as distorções tornavam-se constitutivas das competições. Uma das mais conhecidas ocorreu no brasileiro de 1977 quando a equipe do Atlético Mineiro foi vice-campeã, somando dez pontos a mais que o campeão<sup>127</sup>.

No regulamento da Taça de Ouro<sup>128</sup> de 1980 havia a possibilidade de quatro equipes que disputassem a Taça de Prata serem promovidas para a competição maior e estava abolido o rebaixamento, fato que se repetiu no campeonato seguinte.

Até hoje existem resistências em relação aos critérios de rebaixamento, sobretudo das grandes equipes. Volta e meia são apresentadas sugestões para burlarem as punições para os maus desempenhos em campo, como inserir nos regulamentos que clubes considerados fundadores (de federações e confederação) não sejam rebaixados<sup>129</sup>. No início dos anos 80, com a institucionalização da Taça de Prata, algumas equipes tradicionais<sup>130</sup> do

---

<sup>126</sup> Participaram desta fase, as seguintes equipes: São Paulo, Atlético Mineiro e Botafogo de Futebol e Regatas.

<sup>127</sup> O São Paulo Futebol Clube derrotou a equipe Mineira nas cobranças de penalidades máxima após o empate em tempo normal e prorrogação por 0x0, jogo disputado nos estádio Magalhães Pinto.

<sup>128</sup> Lembrar que o campeonato brasileiro foi desmembrado em Taça de Ouro e Prata pela recém criada CBF.

<sup>129</sup> Este item prevaleceu até o campeonato paulista dos anos 60, muito utilizado para salvar a equipe do Jabaquara de Santos, porém a partir de 1963 este item não foi utilizado para salvar as equipes médias que eram consideradas fundadoras.

<sup>130</sup> Esta competição poderia classificar equipes para a fase final da Taça de Ouro. Portanto, o risco de uma equipe grande ficar de fora do “Brasileirão” foi amenizado. Devido ao caráter atual do futebol brasileiro em

futebol paulista disputaram esse torneio, como por exemplo o Palmeiras e o Corinthians. Apesar da inclusão do rebaixamento no regulamento do campeonato brasileiro a partir de 1988 até os dias atuais verificamos a dificuldade de se digerir a queda de um grande clube<sup>131</sup>.

---

que os negócios de contratos com a televisão e patrocinador são fundamentais. Tal hipótese é totalmente descartada pelos dirigentes. Porém, as pressões da imprensa esportiva para que se cumprisse o que estava escrito no regulamento, observamos nos últimos anos o rebaixamento de algumas equipes tradicionais.

<sup>131</sup> Grêmio de Porto Alegre (1991), Fluminense (1996 e 1997), mais recentemente, em 2002 Palmeiras e Botafogo foram rebaixadas. O exemplo do Fluminense, rebaixado duas vezes seguidas no campeonato brasileiro, mostra muito bem a dificuldade de aceitação da queda de um clube tradicional, principalmente, quando lembramos que a equipe carioca foi uma das fundadoras do futebol naquele Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o interesse da CBD em criar o Campeonato Nacional e quais as condições que permitiram viabilizar esta nova etapa de “nacionalização” do futebol brasileiro? Se observarmos os modelos de campeonatos disputados a partir dos anos 50 verificaremos que o Campeonato Nacional já existia em formato reduzido desde 1967, mas com outro nome, alterado em 1971. O torneio Rio-São Paulo passou a fazer parte do calendário do futebol brasileiro nos anos 50 e em 1967 o campeonato recebia novas equipes, estendendo aos mineiros, gaúchos, pernambucanos, baianos, paranaenses, rebatizado de Taça de Prata, contando com 17 equipes. Paralelamente ao Rio-São Paulo era disputada a Taça Brasil, que indicava o representante brasileiro na Taça Libertadores da América; esta competição foi disputada pela última vez no ano de 1968.

Em 1971 é feito o convite a mais três clubes, totalizando 20 equipes e alterando o nome do campeonato em disputa para Campeonato Nacional de Clubes. O próprio diretor de futebol da CBD, Antônio do Passo, admitia tal fato ao mencionar que este novo campeonato seria um “Robertão” ampliado (Placar, fevereiro de 1971).

No entanto, a mudança do nome estabelecia a idéia do novo, com implicações políticas e simbólicas significativas se observadas do ponto de vista dos atores comprometidos com tal empreitada. Como mostra o jornal O Estado de São Paulo (06/08/1971) o *nacional* suscitava a esperança dos clubes em obter lucros e saírem de uma condição falimentar. Já para o presidente da CBD, João Havellange, o *nacional* consistia em um fortalecimento político pessoal, ressaltando que já em 1970 o dirigente da CBD lançara sua candidatura à presidência da FIFA, eleição que se realizou em 1974.

Em 1971 o Brasil estava em pleno regime militar e a partir de 1968 vivia a euforia pelos resultados obtidos com o “milagre econômico”, traduzido em alguns índices de crescimento econômico, investimentos em grandes obras e o ufanismo que cercava o próprio futebol, apropriado simbolicamente como novo índice de nacionalização.

O governo Médici acompanhou de perto a preparação do selecionado brasileiro visando à conquista definitiva da Taça Jules Rimet, e o ministro Jarbas Passarinho, ocupante da pasta da educação e cultura, pediu a João Havellange o relatório sobre a mudança na comissão técnica; outro destaque e exemplo de ingerência direta do poder

publico no futebol foi a escolha do chefe da delegação brasileira no México, feita pelo próprio presidente Médici, com plena anuência da CBD. Como ícone dessa relação conscientemente estabelecida entre o governo e o futebol, amalgamada na idéia de nação, destacamos ainda a importância da declaração do presidente da república publicada em O Estado de São Paulo: “A vitória do futebol é um símbolo do progresso do Brasil”.

Em relação aos aspectos mais organizativos observados nesta pesquisa constatamos que a CBD não possuía condições financeiras para custear sozinha a primeira edição do *nacional*. Para poder organizá-lo pediu ao governo federal que subsidiasse os gastos dos clubes com viagens e hospedagens, dentro de uma nova realidade territorial até então sem precedentes no desenvolvimento do futebol. A mudança de nome, para além de mais um rótulo, portanto, significou uma nova etapa no desenvolvimento simbólico esportivo.

Neste momento, a CBD encontrou fortes resistências em organizar um campeonato de amplitude nacional, pois ainda enfrentava alguns Estados, tais como São Paulo e Rio de Janeiro, que ainda possuíam seus campeonatos regionais fortes e disputados.

O aumento no número de clubes participantes no Campeonato Nacional deveria ser executado aos poucos, pautado pelas estratégias políticas do aliciamento, da *peçoalização*, enfim, para que fossem minados de forma lenta os focos de resistência. Ajustar um *nacional* ao calendário esportivo também consistiu em um debate e pudemos observar a dinâmica dos dirigentes e o trabalho de bastidor feito no âmbito local, em nível das federações que reproduziam em escala estadual a dinâmica política do favor. Em alguns casos pediu-se a intervenção direta de governadores para favorecerem esta ou aquela inclusão de alguma agremiação no campeonato, tal como ocorreu em Minas Gerais, quando o governador mineiro Israel Pinheiro teve fundamental participação na indicação do América para participar do primeiro *nacional*.

Em seguida procuramos responder as seguintes questões: Qual a dimensão das trocas políticas no âmbito da CBD? No âmbito do governo federal, quais os dividendos políticos resultantes dessas trocas e conseqüências? Como vimos, tanto para a CBD quanto para o governo federal foi importante a realização de um campeonato que abrangesse todo o território nacional. Ressaltamos ainda que um dos impedimentos para a concretização de um certame dessa monta era de ordem logística, dadas as dificuldades de transportes e comunicações, aliás, dois dos grandes projetos de nacionalização ambicionados pela agenda

governamental. Somados a essa conjuntura de ordem federal a CBD não possuía condições financeiras para arcar com os gastos na organização de uma competição de tamanha proporção.

Em 1971, o então presidente da CBD, João Havellange, obteve do governo federal garantias de que os clubes teriam seus gastos com transportes e hospedagens custeados pelo governo. Como vimos, tais verbas seriam oriundas da Loteria Esportiva<sup>132</sup>. Nas primeiras cinco edições do Campeonato Nacional pode ser observado que o Governo Federal não participava na indicação das equipes convidadas para participarem dessa competição, mesmo desejando que o Campeonato fosse disputado em amplitude nacional.

E para a obtenção de uma vaga as primeiras tentativas ficavam mesmo no âmbito mais esportivo, ou seja, entre os presidentes das federações (estaduais) com o presidente da CBD. Em não alcançando tais objetivos, os mandatários das federações buscavam efetivamente o apoio dos políticos, principalmente governadores de Estados, conforme mostramos nesse trabalho. O mais importante para o Governo Federal era garantir que o futebol, no plano simbólico, integrasse o Brasil. Portanto, para que uma unidade da Federação pudesse ser incluída em algumas das edições do certame era fundamental a intervenção dos governadores estaduais.

Estes aspectos das relações entre Estado (política) e CBD (esportes) possuem um desdobramento teórico importante e sustento que a inter-relação entre as várias esferas do social (econômica, política, esportiva) está alicerçada aqui na perspectiva teórica configuracional de Norbet Elias e as observações de alguns comentadores desse autor, tais como Miceli (1999), que vislumbra em Elias a ausência de uma única determinação causal para os fenômenos sociais (tal como Mauss sugere no conceito de fato social total). Tais determinações estariam “esparrramadas” entre as várias instâncias da vida social, inclusive na esfera dos divertimentos e nos esportes de alcance simbólico relevante, tais como o futebol no Brasil.

O fato de o futebol integrar o país através da bola teve também uma conotação instrumental política evidente como instrumento propagandístico. Quando um jogador importante era convidado a participar de partidas pelo país a sua equipe era recebida com

---

<sup>132</sup> . É interessante acompanhar o debate atual (2005) sobre a dívida dos clubes com a receita federal, momento em que se propõe uma nova loteria sustentada pelos torcedores no intuito de saldar parte da dívida dos clubes com a união. Velhas fórmulas dos tempos da “revolução”.

festas e o próprio jogador era homenageado por políticos locais, o caso mais notório foi Pelé.

É significativa, portanto, a ingerência do poder público na consolidação do futebol. No entanto, qualquer relação direta entre dividendos políticos com a instrumentalização do futebol deve ser vista como cautela. Nas eleições de 1974, a oposição obteve vitórias importantes em vários Estados da federação: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais entre outros.

Para a CBD, os gastos em transportes e hospedagens, custeados em parte pelo o Estado, permitiam que a entidade concretizasse os propósitos de realizar um Campeonato Nacional que até 1973 sofreu um aumento significativo de participantes, sendo em 100% o aumento de equipes, pois em 1971 o número de equipes participantes foi de 20, dois anos mais tarde passaria a 40. Em 1974, devido a imposição do CND, foi mantido o mesmo número de participantes do ano anterior. À CBD coube, politicamente, custurar essas demandas e manter a estrutura construída por João Havellange nos últimos 15 anos, fundamental para a suas pretensões, já que estava em plena campanha eleitoral à FIFA, a propósito, custeada em boa parte pela própria CBD.

Enfim, vimos ao longo dessa dissertação um capítulo importante do processo de esportificação (Elias, 1992) do futebol brasileiro. Tal momento, compreendido aqui entre os anos 1971-1979, foi marcado pela consolidação do maior campeonato brasileiro de futebol.

No primeiro capítulo discorremos como se cunhou a expressão campeonato *nacional*, que realçava a importância e a dimensão do futebol, mobilizando de maneira vigorosa as demandas políticas às mais diversas, distinguindo-o em escala, mas também em qualidade, de outras fórmulas disputantes existentes até então. É necessário salientar que estava em jogo também uma nova simbólica para a idéia de nação e integração nacional, que se impunha num momento histórico singular, sustentado pelo projeto de desenvolvimento orquestrado pelo regime militar<sup>133</sup>.

Desse modo, o desejo de promover a integração nacional por meio da bola não era um objetivo acalantado somente pelos dirigentes da CBD, mas também pelo Estado que nas

---

<sup>133</sup> Para uma análise sobre a militarização do futebol consultar Florenzano (2003), “A democracia corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro”, doutorado, PUC/Fapesp, que mostra o processo de blindagem do selecionado brasileiro e algumas formas menos institucionalizadas de crítica ao modelo vigente a partir dos próprios jogadores profissionais.

primeiras edições do certame financiou os custos logísticos necessários à sua viabilização. Assim, o governo via com bom olhos o ingresso da totalidade dos Estados na competição, o que ocorreu, de certa forma, de maneira mais lenta no período Havellange, dirigente que atendia ao *status quo* mas, tal como destacamos no segundo capítulo, também costurava as alianças no ritmo de seus próprios interesses e dividendos políticos, elevando a expressão da *pessoalização* das relações políticas no futebol a graus até hoje não alcançados por outros dirigentes esportivos.

O período subsequente, destacado no terceiro capítulo, foi marcado por uma adesão ainda mais efetiva da CBD aos propósitos do regime no sentido da aceleração da integração, que necessariamente deveria rumar para as cidades de médio porte e aos Estados economicamente menos favorecidos da federação, processo que coadunava com as bases eleitorais da ARENA, partido que dava sustentação política ao governo. Tal processo defini como “interiorização” do campeonato, mas que rapidamente se revelou inviável política e economicamente. Os setores ditos mais modernos da sociedade, agrupados nos grandes centros e metrópoles do país ditaram os rumos do processo de redemocratização, sobretudo a partir de 1979. Tal processo também foi sentido dentro dos domínios do futebol e a idéia do novo ou da renovação pôs fim ao modelo de gigantismo do campeonato implementado pela CBD. O nascimento da CBF como entidade máxima do futebol brasileiro consolidou, no plano institucional, a centralidade assumida pelo futebol, mas possibilitará que investidas institucionais de outras modalidades, agora menos atreladas ao futebol, começassem a desenhar um outro contorno menos monotemático aos esportes no país, justamente num momento em que o modelo do bipartidarismo se esgotava com a própria ditadura, descortinando um espectro político mais plural.

## REFERÊNCIAS

- ACCIOLI, A. R. *Origem e evolução do foot-ball*. Rio de Janeiro: Editora Brasileira de Educação Física, 1949.
- AQUINO, R. S. L. *Futebol, uma paixão nacional*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- AGRAZ LOPEZ, V. *Fútbol, sistema aposicional VET (visión-espacio-tempo)*. Barcelona, Hispano Europea, 1972.
- AIDAR & LEONCINI & OLIVEIRA (org.). *A nova gestão do futebol*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- AZAMBUJA, A. C. de. *Clube empresa: preconceitos, conceitos e preceitos: o 1001 gol*. Porto Alegre, S.A. Fabris, 2000.
- AZEVEDO, F. *A evolução do esporte no Brasil (1822-1922)*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.
- BELLOS, A. *Futebol: O Brasil em campo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002
- BOURDIEU, P. Renato Ortiz (org), *Bourdieu*, coleção grandes cientistas sociais, São Paulo, Ática, 1983
- BRUHNS, H. *Futebol, carnaval e capoeira*. Campinas: Papirus, 2000.
- CABRAL, C. P. *O admirável futebol brasileiro: a história da evolução e das grandes passagens do futebol brasileiro*. Porto Alegre: Gaúcha, 1970.
- CALDAS, V. *O pontapé inicial: contribuição à memória do futebol brasileiro (1894/1933)*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Difusão Cultural, 1990.
- CAMARGO NETTO & GONZALES. *Desporto adaptado a portadores de deficiência: futebol*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- CAMPOS, E. *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1966.
- CARRANO, P. C. R. *Futebol: Paixão e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- CASTRO, K. *Futebol brasileiro.s/l.*, Revan, 1994.
- CORRÊA, M. *Futebol, com a bola entre a cruz e a espada: uma pequena enciclopédia do futebol (1927/1972)*. São Paulo, s/e., 1973.
- COSTA, M. R. & FLORENZANO, J. P. *Futebol: o espetáculo do século. s/l.*, Musa, 1999.

DA MATTA, Roberto et al. *Universo do Futebol*. Rio de Janeiro, edições Pinakhotekhe, 1982.

DAÓLIO, J. *Cultura: educação física e futebol*. Campinas: UNICAMP, 1997.

ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. *Em busca da excitação*. Lisboa, Difel, 1992.

FRANCISCON, Mário. *Futebol: regras e legislação*. São Paulo, editora gráfica Ltda, 1996.

FLORENZANO, J. Paulo. *Afonso e Edmundo: a rebeldia no futebol*, São Paulo, Musa editora, 1998.

\_\_\_\_\_. “A democracia corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro”, tese de doutorado, PUC/Fapesp, 2003.

FREYRE, G. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.

FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1987.

FRISSEILI & MANTOVANI. *Futebol: Teoria e prática*. S/iu., Phorte Editora, 1999.

GOLDENZWEIG, Román E. *Os dois corpos do sujeito: educação física e nação no Brasil sob Vargas*. Dissertação de mestrado, PPGAS-Museu Nacional, 1995.

GUEDES, S. L. *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói, Eduff, 1998.

HAMILTON, A. *Um jogo inteiramente diferente! Futebol!* Rio de Janeiro: Griphus, 2001.

HELAL, R. et alii. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. São Paulo: Mauad, s/d.

HELAL, R. *Passes e impasses futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

KLEIN, M. A. *O Almanaque do Futebol Brasileiro*. São Paulo: Editora Escala Ltda, 1996.

\_\_\_\_\_. *Futebol Brasileiro 1894-2001*. São Paulo: Editora Escala Ltda, 2001.

KUSCHINIR, Karina. *O cotidiano na política*, Rio de Janeiro, editora Zahar, 2000.

LEVER, J. *A loucura do futebol*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

MAGALHÃES, M. *Viagem ao país do futebol*. São Paulo: Dorea Books and Art, 1998.

MANHÃES, E. D. *Política de Esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MANZOLILO, L. *Futebol: revolução ou caos*. Rio de Janeiro, Gol, 1973.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Edusp, 1974.

MAZZONI, T. *Brasil na taça do mundo*. São Paulo, s/e, 1950.

- MAZZONI, T. *História do futebol no Brasil (1894- 1950)*. São Paulo, leia, 1950.
- MAZZONI, T. *Problemas e aspectos do nosso futebol*. São Paulo, A Gazeta, 1939.
- MICELI, Sérgio. “Norbert Elias e a questão da determinação”, in Leopoldo Waizbort, *Dossiê Norbert Elias*, São Paulo, Edusp, 1999.
- MILAN, B. *O país da bola*. São Paulo: Best Editora, 1989.
- MOREIRA, W. W. *Futebol e evolução: o ser humano, a técnica e o espetáculo*. Piracicaba, P.M. de Piracicaba, 1992.
- MOURA, Gisela. *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MURAD, M. *Dos pés à cabeça: elementos básicos de sociologia do futebol*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1996.
- MURPHY, P. *O futebol no banco dos réus: violência dos espectadores num desporto em mudança*. Oeiras: Celta, 1994.
- MURRAY, B. *Uma história do futebol*. S/l., Hedra, 2000.
- NAVARRO, N. *Futebol*. São Paulo: Imep, 1982.
- NETO, J. M. S. *Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: brasiliense, 1994.
- PEREIRA, Leonardo. *Football mania. História social do futebol carioca (1902-1938)*. Tese de doutorado, História-IFCH-UNICAMP, 1997 (publicada pela Nova Fronteira).
- PIMENTA, C. *Torcidas organizadas de futebol: violência e auto-afirmação, aspectos da construção das novas relações sociais*. Taubaté: Vogal, 1997.
- PRONI, M. W. *A Metamorfose do futebol*. Campinas: Unicamp, 2000.
- RAMALHO, M. *Futebol e bola na rede*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1998.
- RAMOS, R. *A palavra é futebol*. São Paulo: Scipioni, 1990.
- RAMOS, R. *Futebol: ideologia do poder*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- RIFFEL, H. N. *Futebol: arte e ciência*. Concórdia: Ediplan, s/d.
- RIGO, L. *Futebol em cinco dimensões*. São Paulo: Esporte e educação, 1974.
- RODRIGUES, N. *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- RODRIGUEZ, N. *À pátria em chuteiras*. São Paulo: Cia das letras, 1996.

- ROSENFELD, A. *Negro, macumba e futebol*. São Paulo: Cia das letras, 1994.
- SALDANHA, J. *Histórias do futebol*. s/l. Revan, s/d.
- SALDANHA, J. *Na boca do túnel*. Rio de Janeiro: Gol, 1968.
- SALDANHA, J. *O futebol*. Rio de Janeiro, Block, 1971.
- SEBE & WITTER (org.). *Futebol e cultura – coletânea de estudos*. São Paulo: Imesp/Daesp, 1982.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo. Sociedade e cultura nos primeiros anos 20*. São Paulo: Cia das letras, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.
- SILVA, E. A. V. *Implantação do futebol profissional no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1986.
- SUSSEKIND, H. *Futebol em dois tempos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- TERRA, M. A. *Futebol que lava a alma*. s/l., Ded. Rideel, 1998.
- TOLEDO, L. H. *Lógicas no futebol*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *No país do futebol*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas: Autores Associados Anpocs, 1996.
- UNZELTI, C. *O livro de ouro do futebol*. São Paulo: Campanhia Brasil, 1949.
- WAGNER, C. *Futebol e orgasmo*. São Paulo: Summus, 1998.
- WITTER, J. S. *Breve história do futebol brasileiro*. São Paulo: FTD, 1996.
- WITTER, J. S. *O que é futebol*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- Fontes: O Estado de São Paulo (junho-agosto de 1971); Diário da Manhã (janeiro-julho de 1976); A Gazeta Esportiva (janeiro-junho de 1970); Placar (julho de 1970 a dezembro de 1978); Veja (janeiro-dezembro de 1980); Banco de Dados Placar, 2003.

## ANEXO

<b>Resultado para Prefeito – 1976</b>											
<b>Município</b>	<b>ARENA</b>	<b>ARENA (%)</b>	<b>MDB</b>	<b>MDB (%)</b>	<b>Branços</b>	<b>Branços (%)</b>	<b>Nulos</b>	<b>Nulos (%)</b>	<b>Total</b>	<b>Eleitores</b>	<b>ABS. (%)</b>
Campinas/SP	59856	29,52%	126387	62,33%	4781	2,36%	11731	5,79%	202755	219452	7,61%
Ribeirão Preto/SP	60.782	53,35%	38.994	34,23%	5.417	4,75%	8.738	7,67%	113.931	125.240	9,03%
Caxias do Sul/RS	31.762	38,94%	43.802	53,70%	3.175	3,89%	2.826	3,46%	81.565	89.247	8,61%
Volta Redonda/RJ	<b>Não havia eleição</b>										
Campos/RJ	66.868	50,01%	57.518	43,02%	3.922	2,93%	5.404	4,04%	133.712	153.612	12,95%
Uberaba/MG	53.029	81,09%	7.329	11,21%	1.749	2,67%	3.292	5,03%	65.399	80.623	18,88%
Feira de Santana/BA	25.973	41,41%	34.182	54,50%	1.302	2,08%	1.265	2,02%	62.722	75.110	16,49%
Londrina/PR	33.061	33,49%	62.392	63,20%	1.186	1,20%	2.075	2,10%	98.714	120.992	18,41%
Campina Grande/PB	30.615	50,11%	26.361	43,14%	1.299	2,13%	2.825	4,62%	61.100	87.742	30,36%
Piracicaba/SP	33.148	44,81%	33.234	44,92%	3.048	4,12%	4.552	6,15%	73.982	78.756	6,06%
Maringá/PR	41.191	61,00%	23.581	34,92%	985	1,46%	1.766	2,62%	67.523	88.105	23,36%
Joenville/SC	32.781	42,30%	40.158	51,81%	1.852	2,39%	2.712	3,50%	77.503	87.770	11,70%
Bauru/SP	32.323	50,18%	27.390	42,52%	1.938	3,01%	2.768	4,30%	64.419	72.157	10,72%
São José do Rio Preto/SP	33.792	54,95%	24.419	39,71%	1.291	2,10%	1.992	3,24%	61.494	70.425	12,68%
Chapecó/SC	12.804	52,65%	10.370	42,64%	691	2,84%	456	1,87%	24.321	27.315	10,96%
Anápolis/GO	<b>Não havia eleição</b>										
Uberlândia/MG	56.765	82,79%	6.606	9,63%	1.941	2,83%	3.257	4,75%	68.569	82.763	17,15%
Itabuna/Ba	15.145	45,91%	16.462	49,91%	481	1,46%	898	2,72%	32.986	49.486	33,34%
Cariacica/ES	11.424	27,06%	25.739	60,96%	1.874	4,44%	3.187	7,55%	42.224	50.389	16,20%
Poços de Caldas/MG	<b>Não havia eleição</b>										

<b>Município</b>	<b>ARENA</b>	<b>ARENA (%)</b>	<b>MDB</b>	<b>MDB (%)</b>	<b>Branços</b>	<b>Branços (%)</b>	<b>Nulos</b>	<b>Nulos (%)</b>	<b>Total</b>	<b>Eleitores</b>	<b>ABS. (%)</b>
Arapiraca/AL	12.100	47,63%	12.306	48,44%	439	1,73%	561	2,21%	25.406	29.923	15,10%
Caruaru/PE	20.921	51,11%	18.852	46,05%	524	1,28%	638	1,56%	40.935	55.550	26,31%
Iatabaiana/SE	9.385	94,76%	103	1,04%	203	2,05%	213	2,15%	9.904	11.422	13,29%
Sorocaba/SP	26.286	29,19%	55.091	61,17%	3.319	3,69%	5.366	5,96%	90.062	97.016	7,17%
Criciúma/SC	20.915	55,77%	15.197	40,52%	675	1,80%	715	1,91%	37.502	42.765	12,31%
Itumbiara/GO	12.904	42,19%	15.886	51,93%	611	2,00%	1.188	3,88%	30.589	35.874	14,73%
Limeira/SP	19.992	43,91%	19.064	41,87%	2.791	6,13%	3.655	8,03%	45.532	48.354	5,84%
Novo Hamburgo/RS	18.382	45,26%	18.766	46,21%	2.077	5,11%	1.386	3,41%	40.611	43.450	6,53%
Parnaíba/RN	<b>Não havia eleição</b>										
Rio Grande/RS	<b>Não havia eleição</b>										
Jaú/SP	16.696	61,81%	8.937	33,09%	481	1,78%	897	3,32%	27.011	29.347	7,96%
Franca/SP	25.073	52,27%	20.279	42,27%	1.040	2,17%	1.580	3,29%	47.972	54.671	12,25%
Colatina/ES	32.299	91,48%	1.803	5,11%	367	1,04%	838	2,37%	35.307	42.012	15,96%
Guará/DF	<b>No Distrito Federal não ocorre eleições municipais.</b>										